



# DESEM BARGA DORES

---

Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul  
1979 a 2022



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL

# DESEMBARGADORES

TJMS – 1979 a 2022

## Administração do TJMS

### **Presidente:**

Des. Carlos Eduardo Contar

### **Vice-Presidente:**

Des. Sideni Soncini Pimentel

### **Corregedor-Geral de Justiça:**

Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva

### **Equipe técnica**

### **Realização:**

Secretaria de Comunicação do Tribunal  
de Justiça de Mato Grosso do Sul

### **Coordenação e pesquisa:**

Carlos Alberto Kuntzel e Diego Espíndola  
Virgílio

### **Colaboração:**

Zeli Paim, Christiane Pádoa, Sérgio  
Getúlio Silva Junior, Sinaldo de Freitas

### **Apoio:**

Fernanda Monteiro

### **Produção e Direção de editorial:**

Carlos Kuntzel, Mariana Sarian e Leo  
Alves

### **Revisão:**

Zeli Paim e Diego Espíndola Virgílio

### **Diagramação e Capa:**

Leo Alves

### **Fotografia:**

Arquivo Tribunal de Justiça

DESEMBARGADORES TJMS – 1979 a 2022. Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul  
Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul / organização: Carlos Alberto Kuntzel, Diego  
Espíndola Virgílio. - 1. ed. - Campo Grande (MS) : TJMS, 2022. 260 p.

ISBN:

1. Poder Judiciário de MS. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Mato Grosso do Sul. 4.  
História Regional  
CDD  
CDU



# DESEMBARGADORES

TJMS – 1979 a 2022

Campo Grande, MS, julho de 2022

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
Gabinete dos Desembargadores



# PREFÁCIO

Esta é uma obra dedicada àqueles que fizeram e fazem a história do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. Cada magistrado(a) aqui celebrado(a) no seu tempo, contribuiu ou ainda contribui com a prestação jurisdicional sul-mato-grossense. Julgadores e por vezes gestores, que dirigiram a Corte de Justiça, encabeçaram comissões, comitês, presidiram Seções e Câmaras.

Seres humanos abnegados, pessoas dedicadas, comprometidas, responsáveis e competentes, com uma vida inteira voltada ao Poder Judiciário, é o que aplaudimos e reconhecemos nestas páginas. Estamos preservando a memória das pessoas que no mais elevado grau da magistratura disseram o Direito e fizeram Justiça.

Pessoas naturais deste Estado ou dos mais diversos rincões da federação que, por concurso ou nomeação, compuseram o Tribunal Pleno sul-mato-grossense, deixando sua marca, sua história e muito do seu saber. Cada qual, ao seu jeito, mas todos com o mesmo compromisso de seriedade e competência, preencheu a lacuna que lhe foi atribuída com os mais valorosos requisitos de caráter.

Desta forma, esta é a mais completa materialização do registro biográfico dos Desembargadores membros do E. Tribunal de Justiça do Estado de Mato

Grosso do Sul desde o seu nascedouro no já longínquo ano de 1979 até o presente, resgatando nomes e ações destes personagens, com o objetivo de despertar consciência sobre os futuros integrantes da mesma Corte, servindo como memória e importância da construção de um Poder Judiciário altivo e respeitado em todo o país.

O trabalho aqui apresentado é resultado de pesquisa documental, bibliográfica e entrevistas, que enriqueceram o conteúdo e deram oportunidade de aproximação de cada leitor com o que há de mais valoroso em cada um de nós: a nossa história!

Sintam-se os senhores Desembargadores de ontem e de hoje abraçados e enaltecidos; os caros leitores, prestigiados com o conhecimento e registro de vidas dignas e honradas; e a mim, o prazer da oportunidade em homenagear cada um dos antigos e atuais componentes do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul – por si ou seus familiares – devotando todo respeito e gratidão.

Campo Grande, novembro de 2022.

**Des. Carlos Eduardo Contar**

Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul

# SUMÁRIO

EPÍTOME HISTÓRICA .....	11
HISTÓRIA DO BRASIL.....	17
EVOLUÇÃO DAS COMARCAS DO SUL.....	19
DESEMBARGADORES .....	21
LEÃO NETO DO CARMO .....	23
JESUS DE OLIVEIRA SOBRINHO.....	27
SÉRGIO MARTINS SOBRINHO .....	30
RUI GARCIA DIAS.....	34
HIGA NABUKATSU.....	36
GERVAL BERNARDINO DE SOUZA.....	38
ASSIS PEREIRA DA ROSA.....	40
ATHAYDE NERY DE FREITAS.....	42
MILTON MALULEI .....	46
NELSON MENDES FONTOURA.....	48
JUAREZ MANCINI.....	51
JOSÉ RIZKALLAH.....	53
JOSÉ NUNES DA CUNHA .....	55
MARCO ANTÔNIO CÂNDIA .....	57
GILBERTO DA SILVA CASTRO .....	59
NILDO DE CARVALHO.....	61
RÊMOLO LETTERIELLO .....	64
JOSÉ CARLOS CORRÊA DE CASTRO ALVIM.....	68
JOSÉ AUGUSTO DE SOUZA .....	70



RUBENS BERGONZI BOSSAY .....	72
ALÉCIO ANTÔNIO TAMIOZZO .....	75
CLAUDIONOR MIGUEL ABSS DUARTE.....	77
JOÃO CARLOS BRANDES GARCIA.....	80
DAGMA PAULINO DOS REIS .....	83
HAMILTON CARLI .....	85
OSWALDO RODRIGUES DE MELO.....	87
JOSÉ BENEDICTO DE FIGUEIREDO .....	89
ELPÍDIO HELVÉCIO CHAVES MARTINS.....	91
LUIZ CARLOS SANTINI.....	95
JOSUÉ DE OLIVEIRA.....	97
FREDERICO FARIAS DE MIRANDA.....	99
CARLOS STEPHANINI .....	101
JOENILDO DE SOUSA CHAVES .....	104
ATAPOÃ DA COSTA FELIZ.....	107
HILDEBRANDO COELHO NETO .....	109
JOÃO MARIA LÓS .....	111
JORGE EUSTÁCIO DA SILVA FRIAS.....	113
ILDEU DE SOUZA CAMPOS .....	115
DIVONCIR SCHREINER MARAN .....	117
PAULO ALFEU PUCCINELLI.....	120
HORÁCIO VANDERLEI NASCIMENTO PITHAN .....	122
JOÃO BATISTA DA COSTA MARQUES .....	124
TÂNIA GARCIA DE FREITAS BORGES.....	127
PASCHOAL CARMELLO LEANDRO.....	130
MARILZA LÚCIA FORTES.....	133
JULIZAR BARBOSA TRINDADE .....	136



ROMERO OSME DIAS LOPES .....	139
CARLOS EDUARDO CONTAR.....	142
SÉRGIO FERNANDES MARTINS .....	146
SIDENI SONCINI PIMENTEL.....	150
DORIVAL RENATO PAVAN .....	154
VLADIMIR ABREU DA SILVA.....	158
LUIZ TADEU BARBOSA SILVA.....	161
FERNANDO MAURO MOREIRA MARINHO .....	166
JÚLIO ROBERTO SIQUEIRA CARDOSO .....	169
DORIVAL MOREIRA DOS SANTOS .....	172
MARCO ANDRÉ NOGUEIRA HANSON .....	174
MANOEL MENDES CARLI.....	177
RUY CELSO BARBOSA FLORENCE.....	179
FRANCISCO GERARDO DE SOUZA.....	183
MARCOS JOSÉ DE BRITO RODRIGUES .....	185
MARIA ISABEL DE MATOS ROCHA .....	188
LUIZ GONZAGA MENDES MARQUES .....	192
EDUARDO MACHADO ROCHA.....	195
MARCELO CÂMARA RASSLAN .....	198
AMAURY DA SILVA KUKLINSKI.....	201
LUIZ CLAUDIO BONASSINI DA SILVA.....	204
VILSON BERTELLI .....	208
ODEMILSON ROBERTO CASTRO FASSA .....	212
NÉLIO STÁBILE .....	216
PAULO ALBERTO DE OLIVEIRA .....	220
ALEXANDRE BASTOS .....	224
JOSÉ ALE AHMAD NETTO .....	227

JAIRO ROBERTO DE QUADROS.....	230
GERALDO DE ALMEIDA SANTIAGO .....	233
JONAS HASS SILVA JÚNIOR .....	235
EMERSON CAFURE .....	237
DILETA TEREZINHA SOUZA THOMAZ .....	241
ELIZABETE ANACHE .....	244
ZALOAR MURAT MARTINS DE SOUZA .....	247
ALEXANDRE LIMA RASLAN .....	250
JACEGUARA DANTAS DA SILVA .....	253
LUIZ ANTONIO CAVASSA DE ALMEIDA.....	257
BIBLIOGRAFIA: .....	259





# EPÍTOME HISTÓRICA

Os primeiros registros da organização da exploração do território que compreende o Estado de Mato Grosso do Sul se dão em meados do século XVI, com a exploração capitaneada por Aleixo Garcia (Costa e Silva, 2012). A expedição tinha objetivo claro, avançar continente adentro, partindo de Santa Catarina, em direção a faladas fabulosas riquezas em ouro e prata do alto Peru. Os registros fazem referência ao Rio Iguatemi, a Serra de Maracaju, ao Rio Miranda e ao Rio Paraguai, percorridos pela expedição que passou pelo que viria a ser a cidade de Assunção (Paraguai) e dirigiu-se às minas do Peru, traçando a rota que mais tarde abriu-se para navegação, ligando Cuiabá ao Rio de Janeiro, pelo Rio da Prata.

No século XVII, ocorreu a implantação de missões jesuíticas no Paraguai, abrangendo parte do território hoje sul-mato-grossense. No século seguinte,



os monçoeiros atravessaram o território para buscar índios e ouro no Rio Cuiabá, seguindo a rota fluvial de Vacaria (Paraná – Pardo – Aquidauana – Paraguai – Cuiabá). Em 1719, os irmãos Leme (de Sorocaba, SP) optaram pela rota do Pardo (Paraná – Pardo – Camapuã – Taquari – Cuiabá), abandonada a partir de 1835, em função da abertura da estrada do Piquiri, que ligava Cuiabá a Santana do Paranaíba.

Em 1719, Paschoal Moreira assina a ata de fundação de Cuiabá, às margens do Rio Coxipó. Em 1727, Cuiabá é elevada à categoria de vila, com nome de Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Apenas em 1818 ela é elevada à condição de cidade, tornando-se a capital da então província de Mato Grosso, cuja capital, desde 1748, era Vila Bela da Santíssima Trindade.

Neste período a coroa Portuguesa começou a fixar limites com os espanhóis, expandindo seus domínios para o norte e para o sul. Assim, em 1775 era fundado o forte de Coimbra. Em seguida ocorre a povoação de Albuquerque e a construção do presídio de Miranda. Cabe acrescentar que, em 1719, foi aberta a fazenda Camapuã, lugar estratégico no apoio aos monçoeiros.

Em 1811, o Paraguai proclamou a independência e, discordando do traçado da fronteira, passou a reivindicar terras ocupadas por brasileiros, que compreendia parte abrangente do território de Mato Grosso do Sul. Em 1850, Carlos Antônio Lopez manda atacar a colônia militar de Fecho dos Morros, no rio Paraguai, próximo ao atual Porto Murtinho, o que na histórica fica registrado apenas como um incidente desperta a atenção da necessidade de novas alternativas estratégicas de vigilância constante da fronteira.

Essas regiões estavam com a colonização em expansão resultando no surgimento de Nioaque (1854), Dourados (1856), Miranda (1859) e o Núcleo Colonial do Taquari (1862), atual cidade de Coxim (MS). Também um importante acordo entre o Brasil e o Paraguai, datado de 1856, abre a navegação do rio Paraguai aos barcos brasileiros e de outras nacionalidades, permitindo ligar Corumbá até o Rio da Prata.



Essa abertura ampliou as possibilidades de comércio e de produção para a exportação do Mato Grosso. Com o objetivo de explorar essa navegação imediatamente, surgiu a Companhia de Navegação do Alto Paraguai, que contou com apoio e incentivo governamental, e iniciou suas operações em novembro de 1859.

A livre navegação se apresentava como o mais eficaz meio de comunicação da província do Mato Grosso com a capital do Império, Rio de Janeiro, e com a rota internacional de comércio.

O traçado era simples, saindo de Cáceres, o trajeto era realizado integralmente pelo Rio Paraguai, depois pelo Paraná, Prata, e daí ao oceano, até o Rio de Janeiro (Silva, 2004). “As embarcações que faziam o trajeto entre o Rio de Janeiro e a foz do Prata eram grandes, oceânicas; enquanto as que navegavam do Prata a Corumbá, eram de porte médio, mas bem confortáveis, e as que dessa cidade seguiam ao interior de Mato Grosso eram vapores bem menores e menos confortáveis”, o que obrigava inclusive que bagagens e encomendas seguissem separadas em embarcações pequenas.

É assim que o progresso chega ao território do futuro Estado de Mato Grosso do Sul, cenário no qual Corumbá se torna a comunidade mais desenvolvida da região, que na época contava com Miranda, Santana do Paranaíba e Coxim. Inclusive, em 4 de julho de 1857, Santana do Paranaíba e Miranda são desmembradas de Corumbá. Santana do Paranaíba passa a ser município em 10 de julho de 1857 e Miranda somente em 1871.

Porém, na configuração geral, em 1859, Miranda já era a terceira comarca de Mato Grosso e, ainda em 1865, Corumbá era Vila de Santa Cruz Corumbá, Distrito da Comarca de Miranda.

De fato, diversos relatos históricos, como a pesquisa da Universidade do Estado do Mato Grosso (Santos, 2012), deixam claro que não havia um entendimento entre os governos do Brasil e Paraguai quanto às pretensões territoriais e o estabelecimento de limites, considerando que cada um partia de pressuposto diferente.

Já a fronteira com a Bolívia foi delimitada em 1867 por meio do Tratado de Ayacucho, que se apresentava como um acordo proveitoso para ambos. Também reforçava a relação impedindo uma possível aliança com o Paraguai. Assim, logo a Guerra do Paraguai se instalou, sendo o maior conflito armado internacional ocorrido na história da América Latina. Foi travada entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, composta pelo Império do Brasil, Argentina e Uruguai. Ela se estendeu de dezembro de 1864 a março de 1870.

O impacto foi grande, cidades em desenvolvimento foram impactadas. Corumbá e Miranda, destruídas pelas tropas paraguaias, foram extintas, em 1869, pelo Ato n. 5, do Barão do Melgaço (então presidente da província), nestes termos:

Art. 1º - Ficam extintos os Municípios de Miranda e Corumbá.

Art. 2º - As freguesias de Nossa Senhora do Carmo de Miranda e Santa Cruz de Corumbá ficam, provisoriamente, anexas ao Município da Cidade de Cuiabá.

Art. 3º - A terceira Comarca constará unicamente do Município de Sant'Anna do Paranahyba.

Apenas em 1871, pelo Ato n. 7, da Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso, eram restaurados os municípios de Corumbá e Miranda.

Findo esse processo complicado da história, o desenvolvimento se instala definitivamente. Em Corumbá, por exemplo, por lei de 21 de maio de 1873, foi criada a comarca e ascendeu à categoria de cidade em 15 de novembro de 1878.

O Tribunal da Relação de Cuiabá foi criado em 1873 (e instalado em 1º de maio de 1874). Era composto na região sul pelas comarcas de Corumbá (que compreendia Coxim) e de Santana do Paranaíba. Depois Miranda, Nioaque, Aquidauana, Bela Vista, Campo Grande (1910) e Ponta Porã (1915).

\*\*\*\*\*

Porém aqui vale destacar que, depois da Proclamação da República, em 1889, Nioac (hoje Nioaque) inicia uma conturbada história judiciária. Em 1894 foi criada como comarca e, em 1928, foi reduzida a Comarca de Maracaju. Em 1929, volta a ser sede de comarca, com a criação de uma nova. Em 1937, foi novamente reduzida a termo, compondo a Comarca de Aquidauana.

Em 1943, por força do Decreto Lei federal nº 5.839, de 21 de setembro daquele ano, passou a integrar o Território Federal de Ponta Porã, sendo que em 1946, de acordo com o que determina o Ato das Disposições Constitucionais, foi incorporado ao Estado de Mato Grosso. Assim, só depois da criação de nova comarca, já pelo Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, é que em 1987 Nioaque se torna definitivamente comarca.

\*\*\*\*\*

No entanto a história aqui também merece uma volta no tempo, para depois tomar seu curso cronológico. O primeiro Tribunal de Relação foi criado no Brasil em 1609, na Bahia. Dez anos depois ele é suprimido e é recriado em 1653. De acordo com Elizabeth Madureira Siqueira (2005), a segunda Corte de Justiça foi a do Rio de Janeiro, criada em 16 de fevereiro de 1751 e instalada aos 15 de julho do ano seguinte. A jurisdição se estendia por todo o litoral sul, funcionando como instância recursal para processos cíveis e criminais desses diferentes espaços do território colonial, julgando-os.

A distância geográfica das terras de fronteira no interior do continente com a sede litorânea da Capitania do Rio de Janeiro impunha dificuldades que resultavam em sentenças por vezes tão tardias que encontravam os réus e beneficiários falecidos. Este cenário se manteve por todo o Período Colonial.

A presença da Justiça em território mato-grossense data de longos tempos. Descoberto oficialmente o ouro de minas em Cuiabá,



no ano de 1719, as autoridades de Lisboa e de São Paulo mantiveram rígido controle sobre as duas principais instâncias: a do fisco e a da justiça. Assim, um aparato fiscalista foi montado com o objetivo de arrecadar, com o rigor necessário, os quintos devidos à Coroa Portuguesa, o mesmo ocorrendo no que tangia ao controle da Justiça, incumbida do cumprimento exato das leis emanadas de Portugal (Siqueira, 2005).

Como o importante era garantir o cumprimento do extenso e intrincado corpo legal nesse longínquo território, em 1724, João Antunes Maciel foi nomeado para o cargo de Regente e Administrador da Justiça, primeiro embrião do Poder Judiciário.

O Tribunal de Relação de Mato Grosso só foi criado em 1873, juntamente com mais seis, em outras Províncias. A Relação era composta de cinco Desembargadores, um secretário “e demais empregados que foram determinados em regulamento” (Art. 1.º, parágrafos 2º e 10). Os primeiros quatro Desembargadores, dos cinco previstos na lei, foram designados, sendo Francisco Gonçalves da Rocha, Vicente Ferreira Gomes e mais Tertuliano Tomás Henrique, Procurador da Coroa e Soberania Nacional e Promotor de Justiça da mesma Relação.

O Tribunal de Relação só mudou com a chegada da República, quando o nome foi modificado para Corte ou Tribunal de Apelação. A denominação passou a ser Tribunal de Justiça somente com a Constituição de 1946.

Com a divisão do Estado de Mato Grosso, membros do Tribunal de Justiça de Mato Grosso foram convocadas para compor o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.



# HISTÓRIA DO BRASIL

Para continuar progredindo na história é preciso parar e relembrar a periodização tradicional que divide a História do Brasil em períodos cujo início se dá em 1500 e segue até 1822, quando o país era Colônia da Coroa Portuguesa. O Brasil Império teve início em 7 de setembro de 1822, quando ocorreu a Independência do Brasil. O período imperial teve fim em 15 de novembro de 1889, quando ocorreu a Proclamação da República.

A Constituição, lei máxima de um país na qual são traçados os parâmetros do sistema jurídico e definidos os princípios e diretrizes que regem a sociedade, também teve seu período e suas versões, até a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, que vigora atualmente, em 2022.

Até a conhecida como Constituição Cidadã, existiram outras seis. A primeira foi a Constituição de 1824 (Brasil Império); a segunda: Constituição de 1891 (Brasil República); a terceira: Constituição de 1934 (Segunda República); a quarta: Constituição de 1937 (Estado Novo); a quinta: Constituição de 1946; a sexta foi a Constituição de 1967 (Regime Militar) (que trouxe o concurso público para a magistratura); até que em 1988 foi outorgada a sétima Constituição (Constituição Cidadã).

Em cada período a Constituição exerceu significativas modificações na forma de se fazer justiça no Brasil. Mudanças no sistema político e econômico do país, supressão da liberdade, de direitos, anulação da independência dos Poderes, restrições, devolução de autonomia, suspensão de garantias dos magistrados, até a comemorada elaboração de um texto constitucional que expressa a realidade pela qual passava a sociedade brasileira, estabelecendo novos direitos e garantias.

Até a Constituição de 1967, quando passou a ser obrigatório o concurso público para ingresso na magistratura, a lei maior permitia que juízes pudessem ser nomeados para o exercício interino de dois anos de mandato, quando então eram submetidos a um concurso específico para magistrado.



# EVOLUÇÃO DAS COMARCAS DO SUL

Em 8 de janeiro de 1938, quando o Órgão Oficial de Imprensa passou a ser chamado de Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, a região sul do Estado contava com as Comarcas de Aquidauana, Bela Vista, Campo Grande, Corumbá, Coxim, Maracaju, Miranda, Paranaíba, Ponta Porã, Porto Murtinho e Três Lagoas.

Nos anos seguintes foram instaladas as Comarcas de Rio Brillhante (1944), Dourados (1946), Aparecida do Taboado (1954), Amambai (1964), Bataguassu (1966), Cassilândia (1966), Fátima do Sul (1966), Rio Verde de Mato Grosso (1968), Glória de Dourados (1969), Jardim (1969), Naviraí (1975) e Nova Andradina (1976).

Na manhã de 11 de outubro de 1977, o presidente Ernesto Geisel assinou a Lei Complementar 31, que criou o Estado de Mato Grosso do Sul, em área des-

membrada do Estado de Mato Grosso. A notícia chegou com alegria pelas ondas das estações de rádio e estampou as capas dos jornais de todo o país no dia seguinte.

Naquele ato ficou estabelecido que a cidade de Campo Grande então se tornaria a nova Capital. A Assembleia Constituinte seria eleita no dia 15 de novembro de 1978 e no dia 1º de janeiro de 1979 nasceria o novo Estado e seus Poderes constituídos.

A região sul do Estado chegou na divisão com 24 comarcas instaladas.

Em 1981, são instaladas: Bonito, Caarapó, Eldorado, Iguatemi, Ivinhema, Pedro Gomes e Sidrolândia. Em 1982: Bandeirantes, Mundo Novo e Ribas do Rio Pardo. Depois Deodápolis (1985), Anaurilândia (1988), Angélica (1988), Sete Quedas (1988) e novamente é reinstalada a comarca de Nioaque (1988), seguida por Chapadão do Sul (1999), Terenos (2000) Água Clara (2001), Rio Negro (2001), Itaquirai (2002), Anastácio (2006), Dois Irmãos do Buriti (2006), Nova Alvorada do Sul (2006), Sonora (2006) e Coronel Sapucaia (2017).

Por um breve período, de 2013 a 2015, as comarcas de Angélica e Dois Irmãos do Buriti foram desinstaladas.

Em 2015, o Poder Judiciário de MS era formado por 54 comarcas, porém com a Emenda Constitucional nº 75, de iniciativa do TJMS, de agosto de 2016, todos os municípios do Estado de MS foram transformados em sede de comarcas. A partir desta data, 24 comarcas passaram a ser atendidas por um serviço itinerante, denominado Carreta da Justiça.

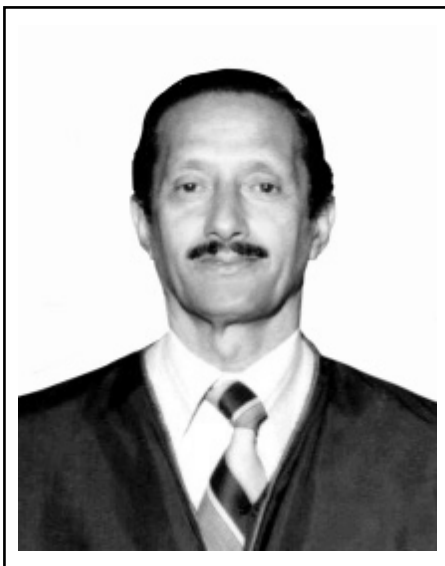
Em janeiro de 2018 foi instalada a Comarca de Coronel Sapucaia, completando as 55 comarcas atualmente instaladas no Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.



# DESEM BARGA DORES



(In memoriam)



# LEÃO NETO DO CARMO

Pelo Art. 13 da LC 31, de 11 de outubro de 1977, foi nomeado para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. Decreto Governamental publicado no Diário Oficial n. 01, de 1º de janeiro de 1979. Assumiu a função em 8 de janeiro de 1979.



**M**ineiro nascido em Uberlândia (MG), em 27 de março de 1932, o Des. Leão Neto do Carmo foi o primeiro a ser nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Assumiu a primeira gestão como presidente do órgão para o biênio 1979-1980, tendo como Vice-Presidente o Des. Jesus de Oliveira Sobrinho e Corregedor-Geral, Des. Rui Garcia Dias.

A experiência de implantar um novo Poder Judiciário num Estado recém-criado foi inédita, mas administrar uma Corte já era parte do curriculum do magistrado, inclusive por ter cabido a estes pioneiros elaborar o 1º Código de Organização Judiciária, o 1º Regimento Interno, a abertura de concursos e a criação de novas comarcas.

Como Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, foi Corregedor-Geral de Justiça (1967-1972), Presidente do Tribunal de Justiça e do Conselho Superior da Magistratura (1968). Foi Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Membro da Câmara Especial (biênio 1973-1974).

Por lá, exerceu outras atividades ligadas à magistratura, como organizador da Revista 'Anais Forenses do Estado de Mato Grosso', coorganizador da 'Revista Juriscível do STF' do nº 01 a 36, e coorganizador da Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados.

Filho de Tibúrcio José do Carmo e Sarah Barbosa do Carmo. Casou-se com Kei Uema. Recebeu ensino primário no Ginásio Senador Hermenegildo de Moraes, em Morrinhos (GO), e o secundário no Colégio Estadual e Escola Normal Dr. Adhemar de Barros, de Catanduva (SP), em 1951. O Direito chega na vida de Leão pela Faculdade Nacional de Direito, antiga Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro (RJ), a qual colou grau em 19 de dezembro de 1958.

O ingresso na magistratura foi por meio do concurso para Juiz de Direito, aos 19 de novembro de 1960, obtendo o primeiro lugar. Em seguida foi nomeado para exercer o cargo de Juiz Substituto na



Comarca de Corumbá, à época ainda Estado do Mato Grosso. A nomeação foi por Ato do Governador do Estado, em 12 de janeiro de 1960. Em 25 de janeiro de 1960 assumiu a nova função. Em novembro do mesmo ano prestou concurso para o cargo de Juiz de Direito vitalício, sendo avaliado como primeiro colocado mais uma vez. Em 8 de fevereiro de 1961, tomou posse na Comarca de Miranda – Primeira Entrância. De lá foi promovido, por merecimento, para a Vara da Comarca de Campo Grande, assumindo o cargo em 13 de novembro de 1963. Também por merecimento, foi empossado, em 5 de maio de 1966, no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

Permaneceu no TJMT, em Cuiabá, até 31 de dezembro de 1978, quando tornou-se Desembargador em Mato Grosso do Sul, após a divisão do Estado de Mato Grosso em 1º de janeiro de 1979.

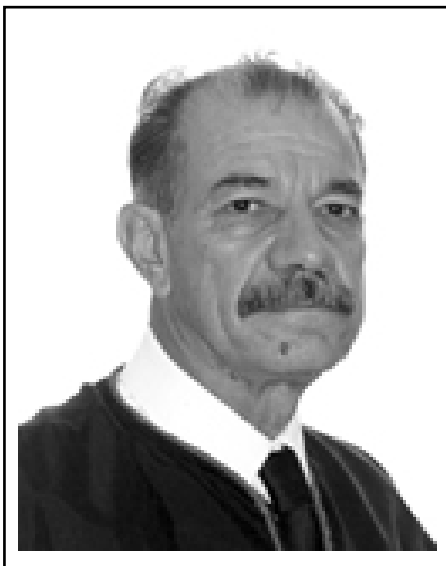
Na Justiça Eleitoral ocupou os cargos de Juiz Eleitoral em Miranda (1961-1964), Campo Grande (1964-1965); Paranaíba e Três Lagoas (13 de maio a 28 de julho de 1965); Três Lagoas (15 de setembro a 10 de outubro de 1965). Após a gestão do biênio 1979-1980 do TJMS, foi Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul no biênio 1981-1982. Foi eleito o segundo presidente da Amamsul, cumprindo o mandato na gestão do biênio 1981-1982. Em 1983 e 1984, foi Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

Desembargador entusiasta da criação de MS, disse em sua posse no TJMS que tinha a certeza de que a Justiça deste (novo) Estado, liderada por juízes de tal jaez, haveria de construir na sua trajetória futura uma história assinalada pela perfeita medida entre o direito e a justiça.

O magistrado, que dá nome ao prédio do TJMS no Parque dos Poderes, em Campo Grande, aposentou-se em 8 de maio de 1986 e faleceu em 15 de janeiro de 1991.

Em sua homenagem, Campo Grande (MS) eternizou seu nome com a Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, no Parque dos Poderes, endereço do prédio do Gabinete dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Eleitoral, Receita Federal e outros órgãos do Estado e da Nação. O prédio do Tribunal de Justiça também é denominado Palácio da Justiça Des. Leão Neto do Carmo.





# JESUS DE OLIVEIRA SOBRINHO

Pelo Art. 13 da LC 31, de 11 de outubro de 1977, foi nomeado para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. Decreto Governamental publicado no Diário Oficial n. 01, de 1º de janeiro de 1979. Assumiu a função em 8 de janeiro de 1979.

**N**atural da cidade de Conceição das Alagoas (MG), o juiz de carreira do Estado de Mato Grosso, que posteriormente se tornou o segundo Desembargador de Mato Grosso do Sul, passou no concurso da magistratura em 1967, cinco anos depois de concluir o curso de Direito, e foi nomeado Juiz de Direito na Comarca de Dom Aquino (MT), iniciando as funções em 2 de janeiro de 1968.

Depois de quatro meses de efetivo exercício, foi promovido para a Comarca de Dourados, que compreendia os municípios de Itaporã, Caarapó, Naviraí e Dourados, com 17 Distritos. Em 1970, foi removido para Campo Grande. A carreira toma outros rumos logo em seguida, quando em 1972 é promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, onde logo foi eleito Corregedor-Geral de Justiça, para o biênio 1973-1974. Exerceu ainda os cargos de Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso.

Assim, a vida do alagoano, nascido em 6 de novembro de 1938, filho de Olavo da Silva Oliveira Júnior e Florispina Nassif de Oliveira, chega ao que parecia ser o cargo máximo do Judiciário estadual e em breve concorreria inclusive ao cargo de Presidente do TJMT. Porém, em 1977, com a publicação da Lei Complementar n. 31, foi anunciada a divisão do Estado e em seguida veio o convite para compor o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.

A decisão de aceitar o convite contou com apoio da esposa Deolinda Sousa de Oliveira, que gostou muito de Campo Grande. A nomeação foi publicada no dia 1º de janeiro de 1979 e a função foi assumida no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul no dia 8 de janeiro de 1979, com a missão desafiadora de instalar completamente o novo Judiciário, juntamente com os outros três desembargadores.

No TJMS foi Vice-Presidente no biênio 1979-1980, presidiu o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, também no biênio 1979-1980, e foi eleito Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul no biênio seguinte, 1981-1982, tendo como vice-presidente o Des. Higa Nabukatsu e como Corregedor-Geral, Des. Gerval Bernardino de Souza.

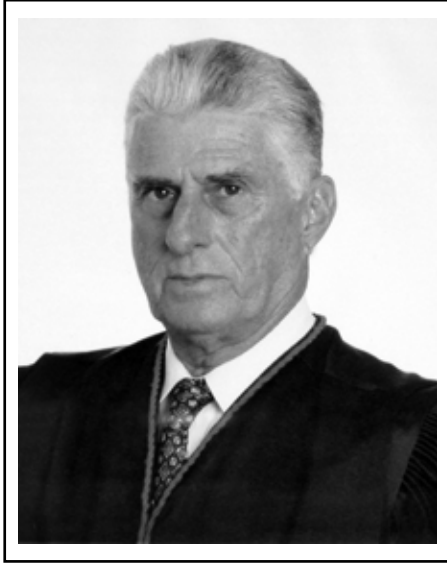
Em 1987, exerceu o cargo de Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul e neste mesmo ano, em 13 de março, aposentou-se.

Desembargador Jesus de Oliveira Sobrinho estudou seus primeiros anos no Grupo Escolar Carlos Luz e o ginásio no Colégio Diocesano, em Uberaba (MG). A formação secundária ocorreu na Escola Técnica de Comércio do Triângulo Mineiro e o bacharelado em Direito na Faculdade do Triângulo Mineiro, em 1963, também em Uberaba. Exerceu a advocacia na cidade natal, Conceição das Alagoas, se destacando como jurista.

Ingressou na docência como professor do Ginásio João Nassif Miziara e lecionou na Escola Normal Imaculada Conceição. Seu prestígio também o levou ao cargo de Provedor do Hospital João Henrique. Entre outros feitos na magistratura, destaca-se a criação da Associação dos Magistrados de Mato Grosso, em dezembro 1968, juntamente com os juízes Dieze, Athayde Nery de Freitas, Milton Malulei e Alceu de Aguiar. A associação ficou inativa até 1973, quando o presidente do TJMT, Des. Milton Armando Pompeu de Barros, incentivou o início das atividades.

O Desembargador Jesus de Oliveira Sobrinho recebeu o título de Cidadão Campo-Grandense pelos relevantes serviços prestados à comunidade.





# SÉRGIO MARTINS SOBRINHO

Pelo Art. 13 da LC 31, de 11 de outubro de 1977, foi nomeado para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. Decreto Governamental publicado no DO n. 01, de 1º de janeiro de 1979. Assumiu as funções em 8 de janeiro de 1979.

**S**érgio Martins Sobrinho nasceu em uma fazenda na região onde hoje está o município de Coronel Sapucaia, no município de Ponta Porã (MT), em 13 de maio de 1932, filho de Manoel Martins e Reassilva Martins. Aos quatro anos, deixa a região de nascimento e muda com a família para a Colônia Penzo. Os estudos começaram em uma escola particular, construída pelo seu pai, Manoel Martins, na Colônia Penzo, que em 1965 se tornou município de Antônio João e deixou de ser distrito de Ponta Porã.

A escola da colônia foi transferida para a cidade de Ponta Porã e depois de passar por alguns lugares provisórios ganhou prédio próprio. Desde então, berço da educação de milhares de crianças, atualmente a unidade homenageia seu fundador como Escola Municipal Manoel Martins.

Após concluir os anos iniciais de estudo, Sérgio Martins Sobrinho mudou-se para Campo Grande, onde cursou o Ginásial no Colégio Dom Bosco, como aluno interno. O curso secundário foi no Colégio Salesiano Dom Henrique, de Lins (SP).

Ao completar 18 anos, foi chamado para o serviço obrigatório do Exército Brasileiro, onde permaneceu por um ano. Em seguida fez vestibular para Direito e passou na PUC de São Paulo (SP). O curso teve de ser interrompido por problema de saúde, o que forçou o retorno precoce para a terra natal.

Desaconselhado pelos médicos a voltar para São Paulo por conta da intolerância de seus pulmões ao clima da terra da garoa, Sérgio resolveu dar continuidade ao curso de Direito no Rio de Janeiro, onde formou-se bacharel em Direito pela Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas, em 1960.





Durante os estudos estagiou no escritório de Paulo Coelho Machado e trabalhou no Banco da Província de Mato Grosso. Nesta época casou-se com Elisabete Fernandes Martins. Formado, mudou-se para Dourados (MS), onde iniciou o exercício da advocacia, sendo o terceiro a atuar no município.

De Dourados foi para Ponta Porã como advogado e se tornou prefeito do município no período de 1964 a 1967. A carreira no Direito também se expandiu gradualmente e logo, em 1969, chegou à magistratura. A primeira comarca foi Cassilândia, de onde logo partiu, por merecimento, promovido para a comarca de Rondonópolis, onde permaneceu de 1970 até 1974.

Também por merecimento foi promovido para a comarca de Cuiabá, em 1974. Foi promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, por merecimento, em 1976. Naquele sodalício foi Corregedor-Geral de Justiça no biênio 1977-1979. Com a divisão do Estado de Mato Grosso, foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, em 1979, tendo sido um dos responsáveis pela sua implantação.

Presidiu o TJMS no biênio 1983-1984, tendo como Vice-Presidente o Des. Assis Pereira da Rosa, que se aposentou em 27 de outubro de 1983 e o Des. Athayde Nery de Freitas assumiu, e como Corregedor-Geral, o Des. Milton Malulei. Aposentou-se em 2 de outubro de 1986. Depois de aposentado exerceu a advocacia por um período.

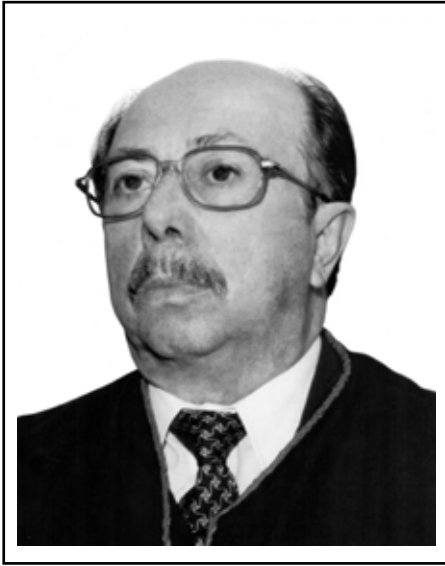
Em paralelo à magistratura foi professor de Língua Portuguesa em Dourados, Ponta Porã e Cassilândia, além de ministrar aulas de Direito Civil na Faculdade de Direito de Cuiabá.

Por reconhecimento aos relevantes serviços prestados à comunidade, recebeu o Título de Cidadão Campo-Grandense (1983), de Cidadão Douradense (1991), de Cidadão Cassilandense (1984), de Cidadão Ivinhemense (1982), de Cidadão Jardinense (1983), de Cidadão do Município de Iguatemi (1984), de Cidadão Costa-Riquense (1984), de



Cidadão Glória-Douradense (1984), de Cidadão Itaporanense (1984), de Cidadão Honorário do Município de Nova Andradina (1983), de Cidadão Amambaiense (2004) e o Colar do Mérito Judiciário em 1998.

O Desembargador Sérgio Martins Sobrinho e Elizabete Fernandes Martins tiveram três filhos. Ana Cristina Martins de Oliveira é formada em Direito e Comunicação Social e tem Mestrado em Educação, Marcos Fernandes Martins é Engenheiro Civil e Sérgio Fernandes Martins, que se tornou o 49º Desembargador do TJMS, poderá ser o primeiro filho de Desembargador a também presidir este sodalício.



(In memoriam)

# RUI GARCIA DIAS

Pelo art. 13 da LC 31, de 11 de outubro de 1977, foi promovido da 2ª Vara Cível da comarca de Campo Grande, Entrância Especial, para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. Decreto Governamental publicado no DO. n. 01, de 1º de janeiro de 1979. Assumiu as funções em 8 de janeiro de 1979.

A história do Des. Rui Garcia Dias se confunde com a história do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, não só pelo fato de ter integrado o primeiro colegiado do novo Estado, em 1979, mas pelos seus 26 anos de magistratura atuante na Alta Corte. Foi também o primeiro Corregedor-Geral de Justiça e, para o Biênio 1985-1986, foi Presidente do TJMS e atuou diretamente na elaboração do primeiro Código de Organização Judiciária, do primeiro Regimento Interno, a abertura de concursos e a criação de novas comarcas.

Nascido em Três Lagoas (MS), no dia 18 de janeiro de 1935, filho de Gandolfo Garcia Dias e Delfina Garcia Dias. Casou-se com Nilce Mesquita Carriço Garcia Dias. A formação em Direito é do ano de 1958, pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro (RJ).

Na magistratura ingressou em 1967, como Juiz de Direito lotado na Comarca de Aparecida do Taboado. Foi promovido para a Comarca de Paranaíba em 1968, de onde foi removido, a pedido, para a Comarca de Três Lagoas. Em 11 de junho de 1971, tomou posse na Comarca de Campo Grande, por remoção, a pedido, onde atuou até a promoção para ser o quarto Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul em 1979.

Durante a carreira como Desembargador também foi Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul no biênio 1983-1984. Aposentou-se em 18 de janeiro de 2005 e faleceu no dia 21 de janeiro de 2011.

O Des. Rui Garcia Dias ocupou a 23ª cadeira da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras.



# HIGA NABUKATSU

Pelo 5º Constitucional pela OAB (Art. 13 da LC 31, de 11 de outubro de 1977), foi nomeado para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. Decreto Governamental publicado no DO n. 13, de 17 de janeiro de 1979. Assumiu as funções do cargo em 30 de janeiro de 1979.

**C**ampo-grandense nascido em 18 de agosto de 1929, filho de Higa Shindo e Higa Matsu, o Des. Higa Nabukatsu. Casou-se com Darcy Rodrigues Higa. Formou-se em Direito, no ano de 1953, pela Faculdade Nacional da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro (RJ).

Dedicou-se à advocacia por 26 anos, quando foi o primeiro advogado indicado pelo Governador Harry Amorim Costa, em 1979, para Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, pelo quinto constitucional reservado a membros da OAB e Ministério Público, tomando posse no dia 10 de janeiro de 1979.

Na mais alta Corte foi Vice-Presidente no biênio 1981-1982. Durante a carreira de magistrado, ocupou a Vice-Presidência e a Corregedoria Regional Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul no biênio 1985-1986. Foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul no biênio 1987-1988, cargo no qual testemunhou e representou o Poder Judiciário durante a promulgação da Constituição de 1988.

Foi eleito Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul para o biênio de 1989-1990, tendo como Vice-Presidente o Des. Nildo de Carvalho e como Corregedor-Geral, Des. Rêmolo Letteriello.

Aposentou-se em 20 de setembro de 1991.



(In memoriam)

# GERVAL BERNARDINO DE SOUZA

Pelo Art. 13 da LC 31, de 11 de outubro de 1977, foi promovido por merecimento do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Três Lagoas, para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. Decreto Governamental publicado no Diário Oficial n. 13, de 17 de janeiro de 1979. Assumiu as funções em 30 de janeiro de 1979.



**M**ineiro nascido em Mutum (MG), em 3 de julho de 1933, filho de Francisco Bernardino de Souza e Alzira Alves de Souza. Casou-se com Aracy Pinto de Souza. Formou-se em Direito, no ano de 1958, pela Faculdade Católica de Minas Gerais. Em 1971, submeteu-se a concurso público para juiz substituto e, aprovado, foi designado para Fátima do Sul, no mesmo ano. Em 1972, como juiz de direito, foi para Bela Vista, de onde foi removido para Aparecida do Taboado no mesmo ano. Foi removido, por ato do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, em 1976, para Cáceres. No mesmo ano, também por ato do Tribunal de Justiça, foi removido para Três Lagoas.

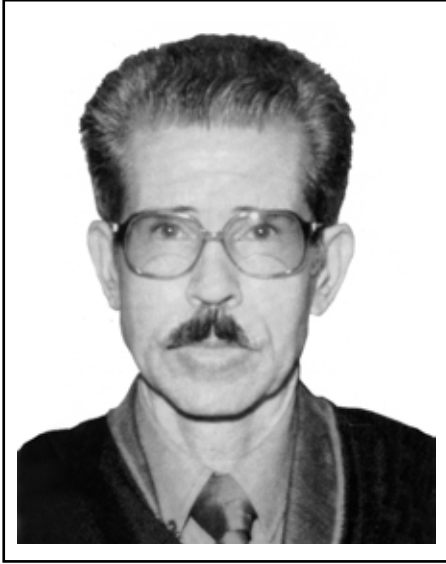
Com a divisão do Estado de Mato Grosso, por merecimento, foi promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul em 1979, vindo a compor, como sexto membro do primeiro colegiado, da mais alta Corte Sul-mato-grossense. Neste sodalício ocupou o cargo de Corregedor-Geral de Justiça no biênio 1981-1982. Presidiu o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul no biênio 1985-1986 e, para o biênio 1987-1988, foi eleito Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, tendo como Vice-Presidente o Des. Gilberto da Silva Castro e como Corregedor-Geral, o Des. Marco Antônio Cândia.

Admirador da arte e visionário com ações de preservação da memória e da história, criou o Serviço de Comunicação Social e de Historiografia do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, tendo entre as primeiras obras publicadas os livros “Arlindo de Andrade”, autoria de Paulo Coelho Machado, Seiscentas Léguas a pé, de Arcyr Vaz Guimarães, e Breve Memória da Justiça Sul-mato-grossense, escrita pelo professor Hildebrando Campestrini. Aposentou-se, a pedido, em 13 de setembro de 1991 e faleceu no dia 31 de julho de 2007.

A cidade de Campo Grande homenageia o magistrado com a nomeação da Avenida Gerval Bernardino de Souza, reconhecendo os relevantes serviços em benefícios da sociedade da Capital.







(In memoriam)

# ASSIS PEREIRA DA ROSA

ANTIGUIDADE: Dr. ASSIS PEREIRA DA ROSA, do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, de Entrância Especial, para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. Decreto Governamental publicado no Diário Oficial n. 13, de 17 de janeiro de 1979. Assumiu as funções em 30 de janeiro de 1979.

**N**atural de Maracaju (MS), nasceu em 1º de junho de 1921, filho de Ataliba Pereira da Rosa e Sinphoriana Benites da Rosa. Casou-se com Maria Iracy Machado Maranhão da Rosa e buscou formação superior no Rio de Janeiro, onde graduou-se em Direito pela Faculdade Nacional do Rio de Janeiro, no ano de 1953.

Iniciou a carreira pública como promotor em Poxoréu (MT), nomeado pelo então Governador Fernando Corrêa da Costa. A carreira na magistratura começou em 1955, quando assumiu como juiz substituto na Comarca de Cáceres. Em seguida foi a Poxoréu (MT), depois em Maracaju e Rio Brillhante na região sul do Estado. Em 1975, assumiu a 1ª Vara Criminal de Campo Grande, onde ficou até tomar posse, quatro anos depois, no Tribunal de Justiça de MS, como desembargador. Foi vice-presidente do TJMS no biênio 1983-1984, quando se aposentou por tempo de serviço, em 27 de outubro de 1983. Faleceu em 20 de julho de 2012.

A vida pública sempre foi dividida com a fé e a filiação à “Irmandade da Terra Santa” rendeu uma obra publicada em livro em 1988, pela editora Nova Dimensão, de Porto Alegre (RS), “Diário de um Peregrino”.





(In memoriam)

# ATHAYDE NERY DE FREITAS

Promovido, por merecimento, do cargo de Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da comarca de Campo Grande, de Entrância Especial, para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. Decreto Governamental publicado no DO n. 248, de 28 de dezembro de 1979. Assumiu as funções em 1º de fevereiro de 1980.



**N**ascido na Fazenda São José do Bocaiuva, Distrito de Paiaguás, a 90 quilômetros da sede do município de Corumbá (MS), no dia 12 de novembro de 1930, décimo primeiro filho de José Gomes de Freitas e Josefina Nery de Freitas. Anos depois, constituiu família casando-se com Vanda Viegas de Freitas. Athayde começou seus estudos como professor contratado pelo pai, em casa, na fazenda, juntamente com os irmãos. Chegou à escola na cidade de Corumbá, aos 12 anos, alfabetizado.

Para o quarto ano primário solicitou autorização ao pai para estudar no Colégio Salesiano Santa Tereza e concluiu o período em primeiro lugar na turma, passando com louvor para a primeira séria ginasial.

Morava em casas de parentes e estudava no modelo tradicional. Depois de dois anos, resolveu ser interno do Colégio Salesiano, mas não queria ser padre e o Seminário era o caminho direto para esse futuro. Diante do fato controverso a seus planos, surgiu a oportunidade para ser admitido no Colégio São Bento, em São Paulo (SP).

Garantido pelas posses do pai foi para São Paulo e logo veio o desejo de cursar Direito. O vestibular compreendia fluência em inglês, francês e domínio de latim, além da língua pátria. Diante da dificuldade com o latim, resolveu se transferir para o Colégio Bandeirantes para garantir a vaga de Direito, na Faculdade do Largo São Francisco, em São Paulo.

Fez o curso até o terceiro ano, quando, por ocasião do falecimento de sua mãe, voltou para Corumbá para auxiliar nas questões de inventário. O período era de véspera de período eleitoral e pelos livros Athayde tomou gosto pela política. Diante da possibilidade de

se enfrentar um pleito, filiou-se ao Partido da União Democrática Nacional, candidatou-se a vereador e foi eleito em 1955.

Exerceu o mandato até 1959, chegando a presidir a Câmara Municipal. Nesta época casou com Vanda Viegas de Freitas e, com o fim do mandato, voltou para São Paulo para terminar o curso de Direito, formando-se em 1962.

O sustento vinha do trabalho na Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo, a Cherp, empresa de construção de usinas hidrelétricas. Assim que se formou, ofereceu-se e foi admitido para uma vaga de advogado residente na empresa Centrais Elétricas do Urubupungá S/A - Celusa, que construía as Hidrelétricas de Jupia e Ilha Solteira.

Em 1965, apresentou seu nome para ser Juiz Substituto do Poder Judiciário de Mato Grosso e foi aceito pelo então presidente, Des. Willian Drosghic, amigo pessoal desde os tempos de vereança em Corumbá, e foi encaminhado para ser nomeado pelo Governador Fernando Corrêa da Costa.

Em 24 de janeiro de 1966 ingressou na magistratura como juiz substituto na comarca de Cáceres-MT. Em seguida, com a vacância da comarca de Corumbá, conseguiu transferência para sua terra natal.

No final de 1967, foi aberto o primeiro concurso para Juiz do Poder Judiciário do Mato Grosso. Athayde, juiz substituto nomeado, se inscreveu, passou nas provas e foi nomeado Juiz de Direito na comarca de Bela Vista.

Em seguida foi removido para comarca de Ponta Porã e, em 1970, foi promovido para Campo Grande.

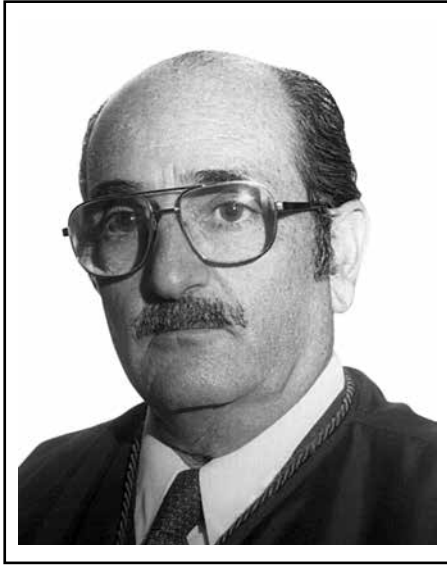
No período em que foi juiz de Ponta Porã, apresentou proposta para criação da Associação dos Magistrados de Mato Grosso. Propôs o estatuto e convidou os juizes Alceu Soares de Aguiar, Augusto Benitez Tiese, Jesus de Oliveira Sobrinho, Milton Malulei e foram para Cuia-bá para criar a AMAM.



O Tribunal de Justiça de Mato Grosso não aceitou muito bem a ideia da criação de uma associação e, por isso, nenhum juiz de Cuiabá compareceu. Estavam presentes apenas os desembargadores João Antônio Neto, Leão Neto do Carmo e Oscar Ribeiro Travassos. Assim, elegeram o Des. Travassos e registraram os estatutos. Somente em 1973 ou 74, foi convocada uma assembleia geral para eleger a nova diretoria da associação.

Em 1977, como Juiz Diretor do Foro de Campo Grande, propôs e realizou o primeiro concurso para nomeação de Oficiais de Justiça ad hoc. Foram aprovados 10 candidatos e nomeados os 10.

Foi promovido, por merecimento, a Desembargador do TJMS, em 30 de dezembro de 1979. Em 1983 foi vice-presidente do TJMS. Aposentou-se em 15 de março de 1985 e faleceu no dia 13 de julho de 2021.



(In memoriam)

# MILTON MALULEI

Promovido por antiguidade do cargo de Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da comarca de Campo Grande, Entrância Especial, para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. Decreto Governamental publicado no DO 248, de 28 de dezembro de 1979. Assumiu as funções em 1º de fevereiro de 1980.

**M**ilton Malulei nasceu em Presidente Prudente (SP), em 2 de julho de 1928, filho de Abraão Malulei e Francisca de Oliveira Malulei. Casou-se com Thezrinha Malulei e formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Largo do São Francisco em 1959. Chegou à magistratura oito anos depois, quando em 1967 foi aprovado como Juiz de Direito, já no novo modelo de concurso disposto pela sexta Constituição do Brasil, promulgada em 15 de março de 1967.

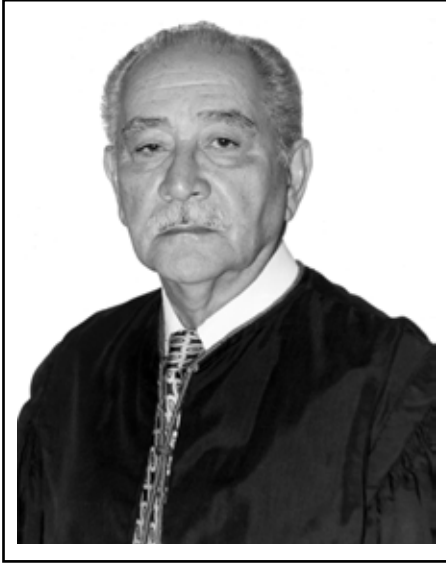
Tomou posse e começou a judicatura em Nova Andradina. Em 1968, foi promovido para Rondonópolis, e, logo após, removido, a pedido, para Dourados. Em fins de 1970, foi removido para Campo Grande, comarca do sul do Mato Grosso. Assim, com a divisão do Estado, foi promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul em 1980. No sodalício foi Corregedor-Geral para o biênio 1983-1984. Para o biênio 1991-1992, foi eleito Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, tendo como Vice-Presidente, Des. José Carlos Corrêa de Castro Alvim, e como Corregedor-Geral, Des. Gilberto da Silva Castro. Como magistrado da mais alta Corte, também presidiu o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul no biênio 1989-1990.

Em 1992, durante sua gestão como Presidente, construiu e inaugurou a creche do Tribunal de Justiça, que posteriormente foi denominado CREI – Centro Recreativo Infantil Milton Malulei. Em 2013, o centro já não atendia mais aos propósitos iniciais e encerrou seu funcionamento. O auxílio foi convertido em pecúnia, ampliando o atendimento aos servidores com filhos na idade de creche em todas as comarcas.

A cidade Nova Andradina, primeira cidade na qual julgou em Mato Grosso do Sul, recebeu homenagem com a criação da Praça Milton Malulei e em Campo Grande foi condecorado com o título de Cidadão Campo-Grandense.

Faleceu em 13 de maio de 1997.





(In memoriam)

# NELSON MENDES FONTOURA

Nomeado pelo 5º Constitucional (MP), da Procuradoria da Justiça, para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, na vaga correspondente ao quinto constitucional reservado aos membros do Ministério Público. Decreto Governamental de 11 de janeiro de 1980, publicado no DO n. 257, de 14 de janeiro de 1980. Assumiu as funções em 1º de fevereiro de 1980.

**N**ascido em Coxim (MS), no dia 12 de fevereiro de 1930, filho de Aparício Mendes Fontoura e Archângela Mourão Fontoura. Casou-se com Nice Maria Souza Fontoura e, em 1957, concluiu o curso de Direito da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (RJ). Foi candidato a deputado estadual nas eleições de 1958, tendo exercido o mandato de deputado estadual na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso por dois anos. No ano de 1965 assumiu novamente o cargo de deputado estadual em MT.

Ingressou interinamente no Ministério Público do Estado de Mato Grosso no dia 8 de março de 1961, ocupando a 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande. Prestou concurso para provimento efetivo do cargo de Promotor de Justiça em 15 de junho de 1964, sendo aprovado. Esteve à disposição da Comissão Especial instituída pelo Decreto nº 81.601, de 25 de abril de 1978, criada para a divisão do Estado de Mato Grosso. Em 1979, exerceu o cargo de Secretário de Estado de Justiça de Mato Grosso do Sul, sendo exonerado, a pedido, no mesmo ano. Apresentou o esboço completo da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul.

Foi promovido, por merecimento, para a 1ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, Entrância Especial. Foi nomeado, em 1º de janeiro de 1979, para exercer o cargo de Secretário de Estado de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo exonerado, a pedido, em 29 de junho de 1979. Foi promovido, por antiguidade, para o cargo de Procurador de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul em 2 de julho de 1979.



Em 1980, foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, na vaga correspondente ao Quinto Constitucional, reservada ao Ministério Público. Foi Corregedor-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul no biênio 1985-1986. Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul no biênio 1989-1990 e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso do Sul no biênio 1991-1992. Foi eleito Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul para o biênio 1993-1994 e teve como Vice-Presidente o Des. Oswaldo Rodrigues de Melo e como Corregedor-Geral, Des. Claudionor Miguel Abss Duarte. Aposentou-se em 17 de fevereiro de 2000 e faleceu no dia 13 de abril de 2010.

Das mãos do vereador da capital, João Pereira, em 1994, Des. Nelson Mendes Fontoura recebeu o título de Cidadão Campo-Grandense.



(In memoriam)



# JUAREZ MANCINI

Nomeado pela Emenda Constitucional nº 26, de  
27 de junho de 1985

**N**ascido em Três Lagoas (MS), em 31 de dezembro de 1928, filho de Antônio Olintho Mancini e Alexandrina de Castro Mancini. Casou-se com Josephina Aparecida Cestari Mancini. Ingressou na Magistratura em 9 de abril de 1960 como Juiz de Direito da Comarca de Porto Murtinho. Aposentou-se no cargo de Juiz de Direito em 7 de julho de 1980.

Por meio da Emenda Constitucional nº 26, de 2 de novembro de 1985, artigo 4º, que concedeu anistia a todos os servidores públicos civis da Administração direta e indireta e militares, punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares; e artigo 3º, que concedeu aos servidores civis e militares as promoções, na aposentadoria ou na reserva, ao cargo, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo obedecidos os prazos de permanência em atividade, previstos nas leis e regulamentos vigentes, o juiz Juarez Mancini passou a ser considerado aposentado no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.

O Decreto Governamental de 5 de dezembro de 1986, publicado no Diário Oficial n. 1960, de 8 de dezembro de 1986, destacou que o Juiz Juarez não assumiu as funções, pois foi aposentado em 7 de julho de 1980, conforme Decreto Governamental de 4 de julho de 1980, publicado no DO 375, de 7 de julho de 1980.

Faleceu no dia 29 de novembro de 2008.



# JOSÉ RIZKALLAH

Nomeado por merecimento do cargo de Juiz de Direito da 5ª Vara Cível da comarca de Campo Grande, Entrância Especial, ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. Decreto Governamental publicado no Diário Oficial n. 1198, de 11 de novembro de 1983. Assumiu as funções em 1º de dezembro de 1983.

**N**atural de Vera Cruz (SP), nasceu em 15 de setembro de 1937, filho do casal imigrante Sírio, da década de 1920, Rizkallah Miguel e Badiyah Jabali. Estudou em internatos e concluiu o Ginásio Clássico. Com a intenção de ser jurista, buscou formação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica PUC/SP e foi aluno de Mário Monteiro, Agostinho Arruda Alvim, Basileu Garcia, José Horácio Meirelles Teixeira, Osvaldo Aranha Bandeira de Mello, Raphael de Barros Monteiro, Frederico Marques, entre outros. Colou grau em 1963 e advogou por cinco anos.

Na busca de uma carreira estável resolveu prestar concurso e ingressou na Magistratura em março de 1968, no Poder Judiciário de Mato Grosso. Casado com Maria Elena Selli Rizkallah, assumiu como juiz da Comarca de Nova Andradina, na região sul do Estado. Mais tarde foi promovido para Cáceres, na região norte. Depois passou por Paranaíba e finalmente Campo Grande, onde permaneceu após a Divisão do Estado. No biênio 1985-1986, presidiu a Amamsul.

A promoção, por merecimento, a Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, aconteceu em novembro de 1983. Na Corte, além das funções inerentes à Magistratura, foi eleito Vice-presidente do TJMS para o biênio 1985-1986. Aposentou-se em 15 de março de 1991 e, a convite do então Governador Pedro Pedrossian, exerceu a função de Secretário de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso do Sul. Pelos relevantes serviços prestados em Nova Andradina, recebeu o título de cidadão nova-andradinense.

(In memoriam)



# JOSÉ NUNES DA CUNHA

Foi promovido por antiguidade, do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Campo Grande, Entrância Especial, ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. Decreto Governamental publicado no Diário Oficial n. 1536, de 25 de março de 1985. Assumiu as funções em 28 de março de 1985.



**C**ampo-grandense nascido em 18 de novembro de 1927, filho de Valentim Nunes da Cunha e Maria Carvalho da Cunha. Casou-se com Astrid Paula Lima Nunes da Cunha. Formou-se em Direito. Iniciou a carreira como promotor de justiça na comarca de Porto Murtinho em 1965, onde posteriormente atuou como juiz substituto, cargo que também exerceu em Dourados, Cuiabá e Campo Grande. Como Juiz de Direito atuou nas Comarcas de Maracaju e Campo Grande. Em 28 de março de 1985, foi promovido a Desembargador e se aposentou em seguida, no dia 25 de julho de 1985. Faleceu em 30 de setembro de 2002.

Em sua homenagem, Campo Grande nominou o logradouro de acesso ao Palácio da Justiça Leão Neto do Carmo, do TJMS, como Avenida Desembargador José Nunes da Cunha.



# MARCO ANTÔNIO CÂNDIA

Foi promovido por merecimento, do cargo de Juiz de Direito de Entrância Especial, da 6ª Vara Cível da Capital, para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. Decreto Governamental publicado no DO n. 1626, de 2 de agosto de 1985. Assumiu as funções em 15 de agosto de 1985.

**N**asceu em Aquidauana (MS), no dia 6 de janeiro de 1944, filho de Nicola Cândia Di Antônio e Eulália Figueiró Cândia. Casou-se com Naila Franco Cândia. Os primeiros anos de estudos foram no Colégio Dom Bosco, em Campo Grande. Estudou o ginásio no Diocesano de Lins (SP) e em seguida foi para o Rio de Janeiro (RJ) buscar formação superior. Coursou Direito pela Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro (RJ), concluindo o curso em 1967.

Em seguida prestou concurso para Juiz de Direito e em 1969 iniciou a judicatura na Comarca de Jardim. Em 1973 foi promovido, por merecimento, para a Vara Criminal de Corumbá. Foi promovido, por antiguidade, em 1979, para a 6ª Vara Cível de Campo Grande.

Em 1985, foi promovido, por merecimento, para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. Neste sodalício, em 1987, foi eleito Corregedor-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul e, posteriormente, exerceu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul no biênio 1993-1994.

Foi eleito Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul para o biênio 1995-1996, tendo como Vice-Presidente o Des. José Augusto de Souza e como Corregedor-Geral, Des. João Carlos Brandes Garcia. Aposentou-se em 5 de fevereiro de 1999.



# GILBERTO DA SILVA CASTRO

Foi promovido por antiguidade, do cargo de Juiz de Direito de Entrância Especial, da 11ª Vara Cível da Capital, para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de MS. Decreto Governamental publicado no Diário Oficial n. 1823, de 27 de maio de 1986. Assumiu as funções em 11 de junho de 1986.

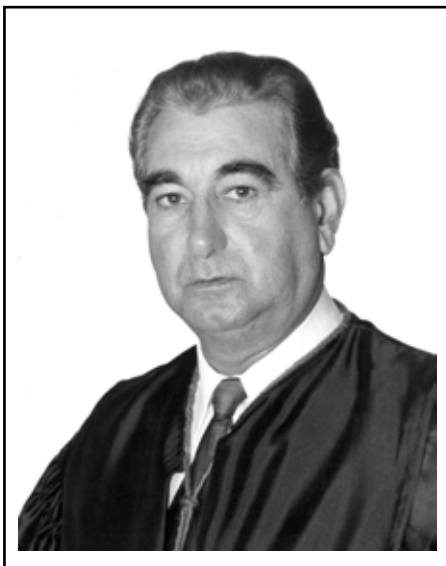
**N**atural de Campo Grande (MS), nascido no dia 15 de janeiro de 1941, filho de Pedro Amaral de Castro e Benta Silva de Castro. Casou-se com Ana Camargo de Castro.

Formou-se em Direito no ano de 1967, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (SP). Iniciou suas atividades profissionais como advogado em São Paulo e Campo Grande, de 1967 a 1972. Somente depois, em 1973, ingressou na Magistratura como Juiz de Direito da Comarca de Fátima do Sul.

Foi promovido, por merecimento, para a 1ª Vara da Comarca de Rondonópolis, de Segunda Entrância, em 1976. Transferido, por permuta, a pedido, da 1ª Vara da Comarca de Rondonópolis para a Vara Criminal da Comarca de Dourados, de igual entrância, em 1977. Foi promovido, por merecimento, para a 1ª Vara Criminal da Comarca de Campo Grande, Entrância Especial, em 1979. Removido para a 3ª Vara de Família e Sucessões em 1980. Removido para a 11ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande em 1984.

Promovido, por antiguidade, a Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, em 1986. Foi eleito Vice-presidente do Tribunal de Justiça para o biênio 1987-1988 e para o cargo de Corregedor-Geral de Justiça para o biênio 1991-1992. Depois foi Corregedor Regional Eleitoral no biênio 1993-1994 e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral no biênio 1995-1996. Aposentou-se em 2 de março de 2009.

(In memoriam)



# NILDO DE CARVALHO

Promovido por merecimento, do cargo de Juiz de Direito de Entrância Especial, da 1ª Vara Criminal da comarca da Capital, para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de MS. Decreto Governamental publicado no Diário Oficial n. 1920, de 10 de outubro de 1986. Assumiu as funções em 30 de outubro de 1986.

**N**ascido em Aquidauana (MS), em 12 de julho de 1936, filho de Adriano de Carvalho e Aidina Mendonça de Carvalho. Estudou seus primeiros anos na cidade natal, seguindo para Campo Grande na juventude para dar continuidade na educação. Para o sustento trabalhava, tendo inclusive passado um período como locutor de uma rádio local e bancário.

Para a formação em Direito, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde continuou bancário e começou a dar aulas em paralelo ao curso superior na Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas e Sociais do Estado do Rio de Janeiro, concluído em 1962. Primeiro diplomado de uma família de sete irmãos, Nildo volta para Aquidauana e logo se casa com Edy Francisca Balter de Carvalho, que havia conhecido no Rio de Janeiro. Após o casamento e já advogando, recebeu convite do sogro para trabalhar em Petrópolis (RJ), onde inclusive nasceram os filhos.

Desde o princípio Nildo almejava ser magistrado e, em 1969, foi nomeado para o cargo de Juiz de Direito da Comarca de Glória de Dourados. Depois foi promovido, por antiguidade, para o cargo de Juiz de Direito de Segunda Entrância, na 2ª Vara da Comarca de Três Lagoas, em 1975, e, por merecimento, para o cargo de Juiz de Direito de Entrância Especial da 3ª Vara Criminal de Campo Grande, em 1979.

Em todas as cidades por onde passou, nunca deixou de dar aulas, desde a disciplina de Educação Moral e Cívica até diversas matérias do ensino superior, tendo inclusive orgulho de ter implementado júris simulados no Curso de Direito da Universidade Católica Dom Bosco. Também sempre esteve envolvido em projetos sociais como os do Lions e Rotary Clubes.

Por merecimento, chegou ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul no ano de 1986, onde logo foi eleito para o cargo de Vice-Presidente do Tribunal de Justiça para o biênio 1988-1989, e uma década depois foi eleito presidente do TJMS para o biênio de 1997-1998, tendo como Vice-Presidente o Des. Oswaldo Rodrigues de Melo e como Corregedor-Geral, Des. Hamilton Carli. Depois exerceu a função de presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais no biênio 1999-2000.

Também foi Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral e Corregedor Regional Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral no biênio 1995-1996. Aposentou-se em 10 de fevereiro de 2006 e faleceu em 22 de fevereiro de 2013.





(In memoriam)

# RÊMOLO LETTERIELLO

Promovido por antiguidade do cargo de Juiz de Direito de Entrância Especial, da 5ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande, para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. Decreto Governamental publicado no Diário Oficial nº 2032, de 24 de março de 1987. Assumiu as funções em 2 de abril de 1987.

**N**atural de Campo Grande, nascido em 20 de março de 1941, filho de Miguel Letteriello e Nélida Andreoni Letteriello. Estudou os primeiros anos no Colégio Dom Bosco de Campo Grande e, em seguida, o colegial no Colégio Oswaldo Cruz. Casou-se com Regina Lúcia Xavier Letteriello.

A formação em Direito foi pela Universidade Federal do Paraná (PR), concluída em 1966, quando passou a se dedicar ao ofício da advocacia em Campo Grande. Chegou à magistratura em 1976, com a aprovação em Concurso Público. No mesmo ano foi nomeado para o cargo de juiz, iniciando o exercício da judicatura em Coxim. Foi promovido por merecimento, em 1979, para Dourados e, em 1983, promovido também por merecimento para a Comarca de Campo Grande.

Em 1987, foi promovido, por merecimento, a Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Foi Corregedor-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul no biênio 1989-1990. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul no biênio 1998-1999. Foi eleito Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul para o biênio 1999-2000, tendo como Vice-Presidente o Des. Luiz Carlos Santini e como Corregedor-Geral, Des. Elpídio Helvécio Chaves Martins.

No biênio de 2001-2002, ocupou o cargo de Ouvidor Judiciário. Presidiu o Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no biênio 2003-2004. Entre outras, sua carreira na magistratura foi marcada pela dedicação à criação e implantação dos Juizados Especiais (Juizados de Pequenas Causas à época), no Poder Judiciário de MS.



Em 1988, o Des. Rêmoló Letteriello exercia o cargo de Corregedor-Geral de Justiça e a Constituição Federal de 1988 trouxe expressa a previsão da criação dos Juizados Especiais nos arts. 24, X, 98, além da Lei Federal 7.244/1984, que já previa que os Estados poderiam criar e colocar em funcionamento o Juizado Especial de Pequenas Causas. No Rio Grande do Sul, em 1986, havia uma experiência embrionária para a criação de uma legislação para o funcionamento do juizado de pequenas causas baseado na Lei de 1984. Sabendo disso, o Des. Rêmoló trouxe o modelo para MS e, com aval do presidente, Des. Higa Nabukatsu, editou uma legislação específica para o MS e levou para aprovação na Assembleia Legislativa, em 1990. Assim, o Poder Judiciário de MS tornou-se pioneiro na organização e na implantação dos Juizados Especiais Cíveis do País. Somente cinco anos depois, efetivamente o Congresso Nacional decreta e sanciona a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que torna os Juizados Especiais obrigatórios em todo o país.

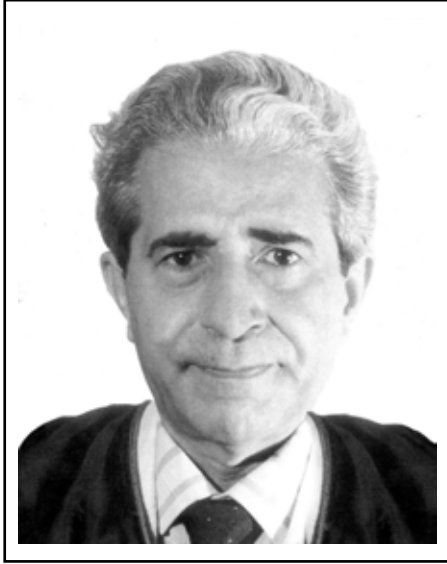
Em 1978, diante da iminente criação do novo Estado, o então juiz Rêmoló convocou os 37 juizes “sulistas”, dos quais 25 se reuniram em Coxim, nos dias 1º e 2 de julho de 1978, e lá, em reunião realizada no Fórum local, fundaram a Associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul (Amamsul), cuja primeira diretoria eleita foi presidida por Rêmoló, tendo como vice-presidente o juiz Milton Malulei.

Ao longo da vida, o Des. Rêmoló publicou diversos livros, entre os quais se destacam: “Ação Reivindicatória” (em coautoria com Paulo Tadeu Haendchen), Editora Saraiva – 6ª Edição; “Ação de Usucapião Ordinária”, Editora Saraiva; “Repertório dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais” – Editora Del Rey; “Mediação de Conflitos – a Emergência de um novo paradigma” – (obra coletiva) Editora Del Rey; “Temas de Mediação no Direito Comparado – A mediação em 66 países” – Editora Conceito; “Repertório da Mediação” (no prelo); “ADRs – Equivalentes jurisdicionais: Arbitragem, Mediação e outros métodos alternativos de resolução de conflitos. Noções Fundamentais” (em coautoria com Joel Dias Filgueira Júnior) (em 2022, até o fechamento

dessa obra, ainda estava no prelo). Na Academia Sul-Mato-Grossense de Letras ocupou a cadeira de número 22.

Aposentou-se em 18 de março de 2011 e então passou a dedicar-se à advocacia e à mediação, tendo alcançado grande destaque na área, o que o levou a ser palestrante em outros países da América Latina. Faleceu no dia 3 de julho de 2021.

O nome do Des. Rêmolo Letteriello, em 2010, figurou duas vezes em lista tríplice na disputa por uma vaga de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a mais alta corte infraconstitucional do país.



(In memoriam)

# JOSÉ CARLOS CORRÊA DE CASTRO ALVIM

Promovido por antiguidade do cargo de Juiz de Direito de entrância especial, da 9ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande, ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. Decreto Governamental de 16 de julho de 1987, publicado no Diário Oficial n. 2110, de 17 de julho de 1987. Assumiu as funções em 7 de agosto de 1987.

**P**aranaense de Ponta Grossa, nascido em 16 de setembro de 1932, filho de Armando Lobo Alvim e Mercedes Corrêa de Castro Alvim. Casou-se com Esther Guimarães C. de Castro Alvim.

Formou-se com 31 anos em Direito pela Faculdade de Direito de Londrina (PR), em 1963. Advogou por quase uma década em Curitiba (PR) até ingressar por concurso na Magistratura em 1974. Atuou como Juiz de Direito nas Comarcas de Amambai, Ponta Porã e Campo Grande, até ser promovido a Desembargador em julho de 1987. Na alta Corte, foi Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, na administração do Des. Milton Malulei, no biênio 1991-1992. Faleceu no dia 1º de maio de 1991. Em sua homenagem, pela Lei nº 1.539, de 23 de novembro de 1994, a sede do Fórum de Ponta Porã foi denominada Desembargador José Carlos Corrêa de Castro Alvim.



# JOSÉ AUGUSTO DE SOUZA

Promovido por antiguidade do cargo de Juiz de Direito de Entrância Especial da 7ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande, ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. Decreto Governamental datado de 16 de julho de 1987, publicado no DO n. 2110, de 17 de julho de 1987. Assumiu as funções em 7 de agosto de 1987.

Natural de Monte Carmelo (MG), nasceu em 8 de maio de 1937, filho de Augusto Ferreira de Souza e Marilda Alves de Souza. Casou-se com Maria Ignez Grassano Streicher de Souza.

Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Londrina (PR), em 1963. Ingressou na Magistratura como Juiz de Direito da Comarca de Nova Andradina, de Primeira Entrância, em 1975. Foi promovido, por merecimento, para a 3ª Vara Cível da Comarca de Dourados, Segunda Entrância, em 1979. Foi promovido, por merecimento, para a 7ª Vara Cível da comarca de Campo Grande, de Entrância Especial, em 1983. Foi promovido, por antiguidade, a Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, em 1987.

Foi eleito Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, no biênio 1995-1996. Foi eleito Presidente do Tribunal Regional Eleitoral no biênio 1999-2000. Exerceu o cargo de Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul no biênio 2001-2002, tendo como Vice-Presidente o Des. Carlos Stephanini e como Corregedor-Geral, Des. Josué de Oliveira.

Como presidente do TJMS, Des. José Augusto de Souza exerceu interinamente por um dia o cargo de Governador do Estado, no dia 30 de abril de 2002, em substituição ao Governador José Orcírio Miranda dos Santos. No biênio 1989-1990, foi presidente da Amamsul. Aposentou-se em 27 de abril de 2007.







# RUBENS BERGONZI BOSSAY

Promovido por merecimento do cargo de Juiz de Direito de Entrância Especial, da 3ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande, ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. Decreto Governamental datado de 16 de julho de 1987, publicado no Diário Oficial n. 2110, de 17 de julho de 1987. Assumiu as funções em 7 de agosto de 1987.

**B**isneto de imigrantes franceses, cujo avô se instalou em terras do sul do Mato Grosso, precisamente em Aquidauana e Miranda, a família cresceu sem deixar de dar valor à cultura e à educação, tornando-se uma tradição valorizada os descendentes terem estudo profissionalizante ou superior.

Neste cenário nasceu Rubens Bergonzi Bossay, em Miranda (MS), no dia 9 de setembro de 1943, filho de Cláudio Proença Bossay e Josefina Bergonzi Bossay. Casou-se com Marise Cicalise Bossay em 1974.

Começou os estudos na Escola Paroquial Nossa Senhora do Carmo e no Grupo Escolar Caetano Pinto, ambas em Miranda. A preparação continuou em Campinas (SP), conquistando o curso ginásial de Técnico em Contabilidade, o que já garantia um ofício. Rubens queria mais, assim o período do curso ginásial também foi dedicado ao preparo para o vestibular, que o levou a alcançar êxito na Faculdade Católica de Campinas (SP), onde formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1969.

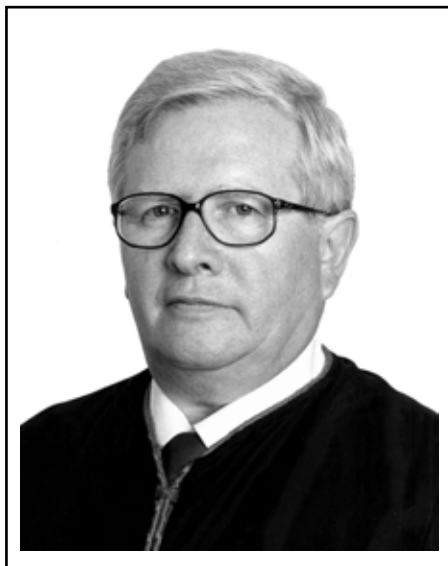
Em 1970 Bossay inicia a breve carreira de seis anos de intensa atuação na advocacia, agora no município de Aquidauana (MS). Com orgulho lembra que foi o primeiro inscrito no Edital do Concurso da Magistratura de 1976, em Cuiabá (MT), no qual logrou êxito e mudou completamente sua carreira.

Ingressou na Magistratura como Juiz de Direito da Comarca de Naviraí, em 1976. Foi promovido, por merecimento, para a 2ª Vara da Comarca de Três Lagoas, em 1979, onde exerceu as funções de Diretor

do Foro de 1980 a 1981. Promovido, por merecimento, para a 3ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande em 1984. Foi promovido, por merecimento, para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul em 1987.

Eleito Vice-Presidente deste Tribunal de Justiça no biênio de 1991-1992. Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso do Sul no biênio de 1999-2000. Exerceu o cargo de Ouvidor Judiciário de 1999-2001. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso do Sul no biênio 2001-2002 e foi eleito Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul para o biênio 2003-2004, tendo como Vice-Presidente o Des. Joenildo de Sousa Chaves e como Corregedor-Geral, Des. Atapoã da Costa Feliz. Aposentou-se em setembro de 2013.

Recebeu os Títulos de Cidadão Naviraiense, Aquidauanense e Anastaciano em reconhecimento aos significativos trabalhos realizado em prol desses municípios. Em particular em Anastácio, o reconhecimento foi pela implantação do primeiro processo totalmente virtual no Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, considerando que, como Presidente do TJMS, num trabalho inédito na justiça estadual, foi implantada, com a garantia da certificação digital, a virtualização dos processos na Vara de Execução Fiscal da Fazenda Pública Municipal de Campo Grande e na 10ª Vara do Juizado Especial. A virtualização eliminou totalmente o papel da movimentação processual e iniciou uma nova fase na história dos processos sul-mato-grossenses.



# ALÉCIO ANTÔNIO TAMIOZZO

Promovido por merecimento do cargo de Juiz de Direito de Entrância Especial, da 11ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande, ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. Decreto Governamental datado de 16 de julho de 1987, publicado no DO n. 2.110, de 17 de julho de 1987. Assumiu as funções em 7 de agosto de 1987.

**G**áucho de Tupanciretã (RS), nascido no dia 31 de julho de 1944, filho de Ermen Augusto Antônio Tamiozzo e Matilde Straliozzo Tamiozzo. Casou-se com Neli Tamiozzo.

Formou-se em Direito no ano de 1971 na Faculdade de Direito de Santo Ângelo, RS. Ingressou na magistratura em 1979, como Juiz de Direito na Comarca de Amambai. Depois foi promovido para Naviraí e Campo Grande. Em julho de 1987 foi promovido a Desembargador. Aposentou-se em 14 de agosto de 1996.

Depois de aposentado, foi Auditor do TJMS nos anos de 2002 e 2003. Em seguida foi Diretor de Finanças do TJMS no período de 2003 a 2007 e atualmente é advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso do Sul.



# CLAUDIONOR MIGUEL ABSS DUARTE

Nomeado para a vaga correspondente ao quinto constitucional reservada aos Advogados, em conformidade com o art. 27, da Lei n. 39, de 18 de dezembro de 1979 (CODJ/MS), com a nova redação dada pela Lei n. 726, de 24 de junho de 1987. Decreto Governamental datado de 16 de julho de 1987, publicado no DO n. 2110, de 17 de julho de 1987. Assumiu as funções em 7 de agosto de 1987.

**N**asceu em Albuquerque, Distrito de Corumbá (MS), em 7 de agosto de 1947, filho de Claudionor Lino Duarte e Jamile Abss Duarte. Casou-se com Lúcia Magalhães Ferreira.

Os primeiros estudos, seguindo o modelo de educação em vigor à época, para alunos das localidades rurais ou do interior distante de escolas, foram na fazenda. Depois, aos 9 anos, Claudionor deixa a fazenda em Albuquerque e vai para Monte Aprazível, no interior de São Paulo, para um ano de curso preparatório ao exame de admissão para ingressar no Curso Ginásial, onde inicia seus estudos regulares. Posteriormente vai para o Colégio Salesiano Dom Luiz Lasagna, em Araçatuba (SP), no qual conquista o Científico clássico da época. Formou-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) – Faculdade Paulista de Direito.

A experiência profissional começou no escritório de Advocacia Agostinho Sartin, passando pelo escritório Felix Ruiz Alonso, Sociedade Civil de Advogados, em São Paulo, até finalmente estabelecer-se em Campo Grande (MS), em 1976, como advogado particular. Foi Procurador do Estado de Mato Grosso do Sul, 1979-1982, e Secretário de Estado de Justiça de MS, 1982-1983. Secretário de Estado (interino) para Assuntos da Casa Civil (MS), 1983. Fez Assessoria Jurídica Empresarial a diversas empresas e foi Vice-Presidente da OAB/MS, 1984-1985, e Presidente, 1986-1987.

Ingressou na Magistratura como Desembargador na vaga correspondente ao Quinto Constitucional reservada a Advogados em 1987. Eleito Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso

do Sul no biênio 1993-1994. Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul no biênio 2001-2002. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso do Sul no biênio 2003-2004. Foi eleito Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul para o biênio 2005-2006, tendo como Vice-Presidente o Des. João Maria Lós e como Corregedor-Geral, Des. Hildebrando Coelho Neto. Também foi Governador interino do Estado de Mato Grosso do Sul no período de 20 de setembro a 1º de outubro de 2006, conforme Resolução nº 025/06 da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, sem prejuízo de suas funções, observada a linha sucessória estabelecida no artigo 87 da Constituição Estadual.

No magistério atuou como professor e instrutor em diversas escolas, faculdade e universidades. Chegou a ser professor concursado de Direito Administrativo da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Curso de Administração Pública e professor de Direito Administrativo da Escola Superior da Magistratura (MS), além de diretor-Geral da Escola Superior da Magistratura do Estado de Mato Grosso do Sul. Como membro das bancas examinadoras ou como elaborador de provas, participou de todos os Concursos de Juiz Substituto em Mato Grosso do Sul, desde o primeiro, em 1981, até o 32º Concurso ocorrido no ano de 2021, última participação antes de sua aposentadoria ocorrida em 23 de fevereiro de 2022. Com mais de 34 anos de efetivo exercício na atividade judicante de segundo grau, alcançou a marca de ser o Desembargador com mais tempo de exercício, oriundo do quinto constitucional, na magistratura nacional.







(In memoriam)

# JOÃO CARLOS BRANDES GARCIA

Promovido por merecimento do cargo de Juiz de Direito de Entrância Especial, ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 96, I, letra “c”, da CF, arts. 103 e 114, letra “h”, da Constituição Estadual e 28 da Lei n. 39, de 18 de dezembro de 1979, modificado pela Lei n. 1.054, de 19 de junho de 1990 e atendendo decisão do Tribunal Pleno, em sessão extraordinária realizada em 26 de junho de 1990, conforme Portaria n. 068/90, da mesma data, publicada no DJ n. 2836, de 27 de junho de 1990. Assumiu as funções em 2 de agosto de 1990.

**G**áucho nascido em Cachoeira do Sul (RS), em 24 de fevereiro de 1943, filho de Leonídio Garcia e Julia Brandes Garcia. Casou-se com Maria Rita Murano Garcia no dia 5 de julho de 1969, na Igreja Matriz Santo Afonso, em Bela Vista (MT). O curso primário foi no antigo Colégio Redentorista da cidade de Aquidauana (MT) e o ginásio foi concluído no Colégio Estadual Cândido Mariano.

Bacharelou-se em Direito, no ano de 1969, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba (PR). Durante o período de estudos trabalhou na Companhia de Seguros Previdência do Sul. Ingressou no Ministério Público do Estado do Paraná em julho de 1970 e desligou-se no mês de agosto de 1976.

Aprovado em concurso público ingressou na Magistratura no cargo de Juiz de Direito da Comarca de Jardim (MT), em agosto de 1976. Foi promovido, por antiguidade, para a 1ª Vara Cível da Comarca de Corumbá, de Segunda Entrância, em 1979. Foi removido, a pedido, para a 2ª Vara da Comarca de Ponta Porã (MS), de 2ª Entrância, em 1980. Foi promovido, por merecimento, para a 8ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande, de Entrância Especial, em 1983. Foi promovido, por merecimento, ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, em 1990.

Foi eleito Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul no biênio 1995-1996. Foi eleito Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul para o biênio 2007-2008, tendo como Vice-Presidente o Des. Ildeu de Souza Campos e como Corregedor-Geral, Des. Divoncir Schreiner Maran. Na administração do Tribunal Regional Eleitoral exerceu o cargo de Vice-Presidente



e Corregedor Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso do Sul. Também foi nomeado Presidente do TRE para o biênio 2005-2006.

Atuou no Magistério, tendo sido professor da disciplina de Processo Civil e Estágio Curricular, no curso de Direito da FUCMAT, hoje Universidade Católica Dom Bosco, no período de 1985 a 1992. Aposentou-se em 22 de fevereiro de 2013 e faleceu em 24 de julho de 2014.





# DAGMA PAULINO DOS REIS

Promovida por antiguidade do cargo de Juiz de Direito de Entrância Especial, da 10ª Vara Cível de Campo Grande, ao cargo de Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 96, I, letra “c” da Constituição Federal, Arts. 103 e 114, letra “h”, da Constituição Estadual e 28 da Lei n. 39, de 18 de dezembro de 1979, modificada pela Lei n. 1.054, de 19 de junho de 1990, atendendo decisão do Tribunal Pleno, em sessão extraordinária realizada em 26 de junho de 1990, conforme Portaria n. 069/90, da mesma data e publicada no Diário da Justiça n. 2836, de 7 de junho de 1990. Assumiu as funções em 2 de agosto de 1990.

**A** primeira mulher a ocupar uma cadeira na mais alta Corte de justiça do Poder Judiciário Sul-mato-grossense, Dagma Paulino dos Reis nasceu em Monte Santo (MG), filha de Geraldo Pereira dos Reis e Joana Paulino da Costa Reis, em 8 de agosto de 1945, e casou-se com Bernard Weitzel.

Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito da USP, São Paulo (SP), em 1968. Foi gerente de banco em Campo Grande (MS) e no primeiro concurso para a magistratura para o qual se candidatou, em Cuiabá (MT), obteve êxito, em 1977. Feito inédito, considerando que apenas duas mulheres se inscreveram e somente Dagma passou. Iniciou a carreira como juíza na Comarca de Coxim. Posteriormente foi para a Comarca de Rio Brillhante, depois Dourados e finalmente Campo Grande. Em 1990, foi promovida a Desembargadora. Cinco anos depois, em 13 de fevereiro de 1995, aposentou-se. Passou então a se dedicar à advocacia, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Mato Grosso do Sul.

Como autora publicou o livro Manual Temático de Direito (Ed. Delrey), atualmente na quinta edição. Exerceu o magistério jurídico por muitos anos, sendo professora de Direito Comercial na Faculdade de Direito de Campo Grande e de Direito Penal na Faculdade de Direito de Dourados. Foi responsável pelo Departamento de Direito Civil da Escola Superior da Magistratura – Esmagis em Campo Grande e é mestre em Direito Processual Civil pela PUC São Paulo, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup>. Doutora Teresa Arruda Alvim Wambier.

Apaixonada por literatura, cursou a Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciência e Letras. Também fez o curso de doutorado para estrangeiros – Direito Comercial – na Universidade de Paris, e diversos cursos de extensão tanto em Direito quanto em Letras. Amante de línguas estrangeiras, estudou francês, inglês, alemão, espanhol e italiano, e participou de diversos congressos jurídicos internacionais. É poetisa nas horas de folga e colaboradora da Revista Jurídica de Fortaleza (CE), “Leis & Letras”.



# HAMILTON CARLI

Promovido por antiguidade do cargo de Juiz de Direito de Entrância Especial da 6ª Vara Criminal de Campo Grande, ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 96, I, letra “c”, da Constituição Federal, arts. 103 e 114, letra “h”, da Constituição Estadual e 28 da Lei n. 39, de 18 de dezembro de 1979, modificada pela Lei n. 1.054, de 19 de junho de 1990 e atendendo decisão do Tribunal Pleno, em sessão extraordinária realizada em 27 de junho de 1990, conforme Portaria n. 075/90, da mesma data, publicada no DJ n. 2837, de 28 de junho de 1990. Assumiu as funções em 2 de agosto de 1990.

**P**aulista de Dourado (SP), nasceu em 2 de agosto de 1938, filho de Turíblio Carli e Izaura Magri Carli. Casou-se com Dalva Rodrigues da Silva Carli.

Formou-se em Direito no ano de 1966 pela Faculdade Católica de Direito de Santos (SP). Após a conclusão da faculdade prestou concurso público para Delegado de Polícia de São Paulo, função que exerceu por nove anos, quando veio a obter êxito no concurso para a Magistratura.

Ingressou na carreira como Juiz de Direito da Comarca de Po-xoréu (MT), de Primeira Entrância, em 1976. Removido, a pedido, para a Comarca de Maracaju, em 1977. Promovido, por antiguidade, para a 2ª Vara Cível da Comarca de Corumbá, de Segunda Entrância, em 1979. Removido, a pedido, para a 2ª Vara Criminal da Comarca de Dourados, de 2ª Entrância, em 1982. Promovido, por antiguidade, para a 10ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande (MS), de Entrância Especial, em 1984. Removido, a pedido, por permuta, para a 6ª Vara Criminal da mesma comarca em 1985.

Por antiguidade foi promovido ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul em 1990, onde, entre outras funções, foi eleito Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul no biênio 1997-1998. Também foi diretor da Escola Superior da Magistratura (Esmagis), biênio 1991-1992. Aposentou-se em 1º de agosto de 2008.



# OSWALDO RODRIGUES DE MELO

Promovido por merecimento do cargo de Juiz de Direito de Entrância Especial, da 4ª Vara Criminal de Campo Grande, ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 96, I, letra “c” da Constituição Federal, arts. 103 e 114, letra “h”, da Constituição Estadual e 28 da Lei n. 39, de 18 de dezembro de 1979, modificada pela Lei n. 1.054, de 19 de junho de 1990, atendendo decisão do Tribunal Pleno, em sessão extraordinária realizada em 27 de junho de 1990, conforme Portaria n. 074/90, da mesma data e publicada no DJ 2837, de 28 de junho de 1990. Assumiu as funções em 2 de agosto de 1990.



**M**ineiro de Piumhi (MG), nasceu em 27 de fevereiro de 1945, filho de Evaristo Rodrigues de Melo e Francisca Maria de Melo. Casou-se com Maria Celina Fiori Grance e formou-se em Direito pela Faculdade de Uberlândia, MG, em 1975.

Prestou concurso de provas e títulos para Magistratura e foi nomeado para exercer o cargo de Juiz de Direito de 1ª Entrância, na Comarca de Bela Vista (MS), conforme Decreto Governamental publicado no DO nº 226, de 26 de novembro 1979. Tomou posse prestando o compromisso legal em 29 de novembro e assumiu as funções do cargo em 13 de dezembro de 1979. Foi promovido, por antiguidade, ao cargo de Juiz de Direito de Segunda Entrância, da Vara Criminal da Comarca de Aquidauana em 1981. Por merecimento foi promovido ao cargo de Juiz de Direito de Entrância Especial, da 4ª Vara Criminal de Campo Grande, em 1986. Também por merecimento foi promovido para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, em 1990.

Na alta Corte foi Presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, de maio de 1991 a maio de 1992. Foi eleito Vice-presidente do Tribunal de Justiça para o biênio 1993-1994. Presidiu a Comissão de Organização e Divisão Judiciária no período de 1993 a 1995. Foi eleito Vice-presidente do Tribunal de Justiça para o biênio 1997-1998. Presidente da Comissão Técnica de Racionalização dos Serviços Judiciais em 1999. Foi Vice-presidente e Corregedor Regional do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, biênio 2005-2006, e exerceu o cargo de Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, biênio 2007-2009. Aposentou-se em 27 de fevereiro de 2015.

Em 2013, recebeu o título de Cidadão Aquidauanense.



(In memoriam)



# JOSÉ BENEDICTO DE FIGUEIREDO

Nomeado para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, na vaga correspondente ao quinto constitucional reservada aos membros do Ministério Público, conforme Decreto Governamental datado de 16 de julho e publicado no DO n. 2850, de 16 de julho de 1990. Assumiu as funções em 2 de agosto de 1990.

**N**ascido em Cuiabá (MT), no dia 4 de setembro de 1933, filho de Benedicto Arthur de Figueiredo e Amélia Faria de Figueiredo. Casou-se com Maria Auxiliadora Campos de Figueiredo.

Formou-se em Direito pela Faculdade Federal de Mato Grosso, em 1963. A carreira como Promotor de Justiça começou logo em seguida, em 1964, tendo atuado nas Comarcas de Coxim, Diamantino, Paranaíba e Campo Grande. Em 1983 foi promovido, por merecimento, ao cargo de Procurador de Justiça. Em poucos anos, em 2 de agosto de 1990, ingressou na Magistratura do Estado, como Desembargador do Tribunal de Justiça, na vaga correspondente ao Quinto Constitucional, reservada ao Ministério Público. Aposentou-se compulsoriamente em 30 de setembro de 2003 e faleceu no dia 5 de junho de 2013.



# ELPÍDIO HELVÉCIO CHAVES MARTINS

Promovido por merecimento do cargo de Juiz de Direito de entrância especial, da 12ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande, ao cargo de Desembargador do TJMS com fundamento no art. 96, I, letra “c” da Constituição Federal, arts. 103 e 114, letra “h”, da Constituição Estadual e 28 da Lei n. 39, de 18 de dezembro de 1979 modificada pela Lei n. 1.054, de 19 de junho de 1990, atendendo decisão do Tribunal Pleno, em sessão ordinária realizada em 28 de junho de 1990, conforme Portaria n. 077/90, da mesma data, publicada no DJ n. 2738 de 29 de junho de 1990. Assumiu as funções em 2 de agosto de 1990.

**N**asceu em Ubaitaba (BA), em 11 de julho de 1940, filho de Edson Rufino de Oliveira Martins e Diva Chaves Martins. Casou-se com Rosa Maria Martins de Oliveira. Os primeiros anos de estudos, na infância e juventude, foram na Escola Estadual Monsenhor Gonçalves, em São José do Rio Preto (SP), onde concluiu o ensino secundário Científico. Depois formou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, no ano de 1969.

Em Curitiba (PR) exerceu a advocacia na Secretaria do Trabalho de Assistência Social, durante o governo de Paulo Cruz Pimentel. Em seguida mudou-se para Paranavaí (PR), onde advogou por mais 10 anos. Em 1980, em virtude de sua aprovação em concurso de provas e títulos a que se submeteu, foi nomeado para exercer o cargo de Juiz de Direito de 1ª Entrância, na Comarca de Rio Brillhante, conforme Decreto Governamental de 20 de agosto de 1980, publicado no DO nº 408, de 21 de agosto de 1980.

Tomou posse, prestando o compromisso legal em 29 de agosto, e assumiu as funções do cargo em 1º de setembro de 1980. Promovido em 1981, por merecimento, ao cargo de Juiz de Direito de 2ª Entrância, na 1ª Vara da Comarca de Naviraí, conforme Decreto Governamental de 10 de dezembro de 1981, publicado no DO nº 731, de 11 de dezembro de 1981. Assumiu as funções do cargo em 17 de dezembro de 1981. Promovido, por antiguidade, ao cargo de Juiz de Direito de Entrância Especial, na 8ª Vara Criminal da Comarca de Campo Grande, conforme Decreto Governamental de 19 de dezembro de 1986, publicado no DO nº 1970, de 22 de dezembro de 1986, assumiu as funções do cargo nessa mesma data. Removido, a pedido, em 1987, por permuta, para a

12ª Vara Cível da mesma comarca, conforme Portaria nº 047/87, de 3 de abril de 1987, publicada no DJMS nº 2045, de 10 de abril de 1987. Assumiu as funções do cargo na mesma data.

Promovido em 1990, por merecimento, ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, por ato do Presidente do Tribunal de Justiça, por meio da Portaria nº 077/90, de 28 de junho de 1990, publicada no DJMS nº 2.838, de 29 de junho de 1990.

Eleito Corregedor-Geral de Justiça para o biênio 1999-2000, merece destaque o engajamento em campanhas de caráter nacional, dentre as quais a do Registro Civil Gratuito e a de Prevenção ao Uso de Drogas, que marcaram a participação do Poder Judiciário na política de promoção da cidadania. No âmbito institucional, tomou a iniciativa de reformular o Regimento Interno da Comissão Estadual Judiciária de Adoção - CEJA-MS, no propósito de alcançar celeridade e adequação às normas pertinentes à matéria fixada em diplomas legais de caráter internacional - Convenção de Haia - e de caráter nacional, que exigiram reformulação, diante da instituição da Autoridade Central Federal, órgão vinculado ao Ministério da Justiça. Buscando o incremento do controle dos atos notariais e registrais, foi instituído o Selo de Fiscalização e Autenticidade e desenvolvido o sistema de reembolso aos registradores do registro civil pela prática dos atos gratuitos do assento de nascimento e de óbito, permitindo a viabilização econômica da exploração da atividade delegada. A par disso, foi retomada a prática de correição no foro extrajudicial pela Corregedoria-Geral de Justiça, no intuito de orientar os delegatários na prática de rotinas que prestigiam o aprimoramento dos serviços. A revisão das normas de serviço para alcançar tal desiderato, no foro extrajudicial e no judicial, resultou imperiosa, razão pela qual foram reformuladas, após minucioso estudo e debates. Nas atividades de magistrado, compôs, além do Tribunal Pleno, a 2ª Seção Cível, a Seção Especial Cível e a 4ª Turma Cível.

Foi eleito Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul para o biênio 2009-2010, tendo como Vice-Presidente o Des. Paulo Alfeu Puccinelli e como Corregedor-Geral, Des. Josué de Oliveira. Aposentou-se em 5 de julho de 2010.



# LUIZ CARLOS SANTINI

Promovido por antiguidade do cargo de Juiz de Direito de Entrância Especial, da 1ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande, ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 96, I, letra “c” da Constituição Federal, artigos 103 e 114, letra “h”, da Constituição Estadual e 28 da Lei n. 39, de 18 de dezembro de 1979, modificada pela Lei n. 1.054, de 19 de junho de 1990, atendendo a decisão do Tribunal Pleno, em sessão ordinária realizada em 11 de abril de 1991, conforme Portaria 63/91, da mesma data, publicado no DJ. n. 3032, de 17 de abril de 1991. Assumiu as funções em 9 de maio de 1991.



**P**aulista nascido em Bauru (SP), em 3 de abril de 1942, filho de Aurélio Santini e Leonor Reginato Santini. Casou-se com Marilene Esteves Santini. Formou-se em Direito pela Instituição Toledo de Ensino em Bauru, SP, no ano de 1968. Professor da UFMS de Direito Constitucional e Ética Profissional desde 1985, para o curso de Direito. Especialização na USP – 1972 e na PUC 1971, em Direito Administrativo e Direito Tributário.

Ingressou na Magistratura como Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Aparecida do Taboado, em 1977. Foi promovido, por merecimento, para a 1ª Vara Cível da Comarca de Aquidauana, de Segunda Entrância, em 1980. Foi promovido, por antiguidade, para a 2ª Vara Cível na Comarca de Campo Grande, de Entrância Especial, em 1984. Foi removido, por permuta, para a 1ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande, de Entrância Especial, em 1987.

Foi promovido, por antiguidade, ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, no ano de 1991. Exerceu o cargo de Vice-Presidente do Tribunal de Justiça no biênio 1999-2000. Exerceu o cargo de Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, biênio 2009-2010, e o cargo de Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul para o biênio 2011-2012, tendo como Vice-Presidente o Des. Hildebrando Coelho Neto e como Corregedor-Geral, Des. Atapoã da Costa Feliz. Aposentou-se em 3 de abril de 2012. A administração do biênio foi finalizada pelo Des. Hildebrando Coelho Neto.



(In memoriam)



# JOSUÉ DE OLIVEIRA

Promovido por merecimento do cargo de Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande, ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme Portaria n. 84/91, de 27 de maio de 1991, publicada no DJ n. 3061, de 29 de maio de 1991. Assumiu as funções em 20 de junho de 1991.

**N**ascido em Pereira Barreto (SP), em 23 de maior de 1944, filho de Antônio Bernardino de Oliveira e Florita Izoldina de Oliveira. Casou-se com Voilice Santine de Oliveira.

Formou-se em Direito, no ano de 1975, pela Faculdade Integrada de Uberaba (MG). Ingressou na Magistratura como Juiz de Direito da Comarca de Maracaju, em 1980. Foi promovido, por antiguidade, para a Vara Criminal da Comarca de Ponta Porã, de Primeira Entrância, em 1982. Foi removido, a pedido, para a 1ª Vara Cível da Comarca de Ponta Porã, Segunda Entrância, em 1983. Foi removido, a pedido, para a 2ª Vara Cível da Comarca de Dourados, de 2ª Entrância, em 1985. Foi promovido, por merecimento, para a 3ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande, de Entrância Especial, em 1987.

Foi promovido, por merecimento, ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, em 1991. Exerceu o cargo de Corregedor-Geral de Justiça, compondo a diretoria do Tribunal de Justiça nos biênios 2001-2002 e 2009-2010. Exerceu o cargo de Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul no biênio 2011-2012. Aposentou-se em 23 de maio de 2014. Faleceu no dia 2 de junho de 2016.



# FREDERICO FARIAS DE MIRANDA

Promovido por antiguidade do cargo de Juiz de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme Portaria n. 141/91, de 26 de setembro de 1991, publicada no DJ n. 3147, de 30 de setembro de 1991. Assumiu as funções em 10 de outubro de 1991.

**N**atural de Cáceres (MT), nasceu em 5 de março de 1942, filho de José Melchíades de Miranda e Constantina Farias de Miranda. Casou-se com Elisa Vaz de Miranda.

Formou-se pela Faculdade de Direito da USP, São Paulo (SP), em 1972. Ingressou na magistratura no ano de 1979, sendo nomeado inicialmente Juiz de Direito na Comarca de Naviraí. Mais tarde foi para a Comarca de Três Lagoas e, por merecimento, foi promovido para a Comarca de Campo Grande. Em 1991, chega ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Aposentou-se em 28 de agosto de 1995.

Foi professor da Faculdade de Direito da Universidade da Grande Dourados (Unigran), em 2010.





# CARLOS STEPHANINI

Nomeado pelo 5º Constitucional, nomeado para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, na vaga reservada a Advogados. Publicação no Diário Oficial n. 3174, de 11 de novembro de 1991. Assumiu as funções em 28 de novembro de 1991.

**P**aulista da cidade de Itapira (SP), é campo-grandense de coraçãõ. Formado em Direito no ano de 1962, pela Faculdade Católica de Campinas (SP), trilhou todos os seus 30 anos de carreira na advocacia em Campo Grande.

Por convite do advogado Gabriel Abrãõ, chegou nas terras do sul de Mato Grosso no dia 14 de dezembro de 1962. Advogado atuante na área criminal, fazia júris para se tornar conhecido e, como sempre gostou de dizer, fazia cível para ter resultado financeiro. Com um pouco mais de experiência profissional, em 1964 começou a advogar em escritório próprio, na Rua 14 de Julho, 571, local oferecido por Manoel Wenceslau Leite de Barros, o Manoel de Barros, que se aposentava na carreira do Direito e hoje é reconhecido como um mais importantes poetas brasileiros do século XX.

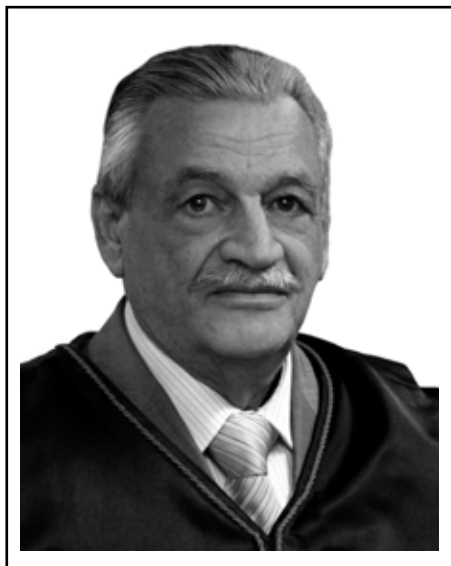
O jovem Stephanini ganhou notoriedade e exerceu a advocacia por quase 30 anos, chegando a ser convidado pelo Governador Pedro Pedrossian para ser Procurador-Geral do Estado no período de 1980 a 1982. Assim, o filho de Waldemar Stephanini e Palmyra Zacchi, casado com Laideclaire Jacobina Stephanini, que sonhava advogar graças aos ensinamentos inspiradores que recebeu de renomados professores da FCC, como Valentim Alves da Silva, José Toledo e Moacyr Lobo da Costa, chega a compor a lista sêxtupla da Ordem do Advogados do Brasil, que se torna tríplice no TJMS e é escolhido para ingressar na Magistratura do Estado, no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça, na vaga reservada ao quinto constitucional a advogados, em 28 de novembro de 1991, quando começa um novo momento na vida.



Enquanto magistrado, sempre fez questão de deixar a porta do gabinete aberta e receber todos que o procurassem. Foi Vice-Presidente do TJMS no biênio 2001-2002 e atuou com grande relevância na função, auxiliando na implantação de projetos como “Judiciário e Escola Formando Cidadãos”, “Justiça Comunitária”, “Justiça Itinerante”, “Juizado de Trânsito”, entre outros. Stephanini considerava que à Presidência, por antiguidade, todos os desembargadores poderiam chegar, mas sabia que quando a vez dele chegasse, já estaria aposentado. Fez da Vice-Presidência do TJMS o seu momento administrativo mais importante e aposentou-se em 28 de agosto de 2007.

O Des. Carlos Stephanini recebeu o título de Cidadão Campo-Grandense em 1990 e de Cidadão Sul-Mato-Grossense em 2008, pelos relevantes serviços prestados à sociedade da Capital e do Estado de MS.





# JOENILDO DE SOUSA CHAVES

Promovido por merecimento do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Campo Grande, para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme Portaria n. 049/95, de 20 de fevereiro de 1995, publicada no DJ. 3981, de 21 de fevereiro de 1995. Assumiu as funções em 9 de março de 1995.

**N**ascido em Ourives (BA), no sertão baiano, no dia 2 de outubro de 1944, filho de José Sousa e Elzita Chaves Sousa. Casou-se com Clarice Maciel Sousa Chaves. Estudou o primário na cidade de Contendas do Sincorá (BA) e os anos seguintes foram em Brumado (BA), no Ginásio General Nelson de Mello. Em Montes Claros (MG) concluiu a formação em Técnica de Contabilidade e exerceu a profissão por 10 anos, chegando a ter uma rede de cinco escritórios de Contabilidade. Foi eleito presidente do Sindicato dos Contabilistas do Norte de Minas Gerais e lecionava contabilidade no Instituto Norte Mineiro.

Formado em Direito pela Faculdade de Direito do Norte de Minas, em Montes Claros (MG), passou exercer a advocacia e, por um período, foi Secretário de Fazenda do município de Montes Claros e continuou dando aulas. Enquanto estudante de Direito, também foi eleito Presidente do Diretório Acadêmico “Ciro dos Anjos”.

Fez concurso para Delegado de Polícia, mas pediu exoneração considerando que o objetivo era passar no concurso da magistratura. Alcançou êxito em 1980, quando ingressou na magistratura sul-mato-grossense na Comarca de Amambai. Foi promovido, por merecimento, para a 3ª Vara Cível da Comarca de Corumbá, de Segunda Entrância, em 1982. Três anos depois foi removido, a pedido, para a Vara Criminal e de Menores da Comarca de Três Lagoas. Por antiguidade, foi promovido para a 2ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande, de Entrância Especial, em 1987. No dia 9 de março de 1995 foi promovido, por merecimento, ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.



Exerceu os cargos de Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de MS, no biênio 2003-2004, Vice-Presidente e Corregedor Regional do Tribunal Regional Eleitoral de MS, no biênio 2011-2012, Vice-Presidente da Associação dos Magistrados de MS (1987-1988), Vice-Presidente da ABRAMINJ - Associação Brasileira de Magistrados da Infância e da Juventude (2001-2008), Presidente da ABRAMINJ (2009-2011), Secretário Nacional da AMB para Assuntos da Infância e Juventude; Coordenador da Infância e da Juventude de MS, membro da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA); Coordenador do Comitê Gestor de Comunicação Institucional do Poder Judiciário de MS e foi Presidente do Colégio de Corregedores Eleitorais do Brasil (2011-2012).

Foi o 20º presidente do Tribunal de Justiça de MS, para o biênio 2013-2014, e teve como Vice-Presidente o Des. João Batista da Costa Marques e como Corregedora-Geral, Des. Tânia Garcia de Freitas Borges. Aposentou-se em 2 de outubro de 2014 e a presidência do biênio foi concluída pelo Des. Paschoal Carmello Leandro. Depois de aposentado voltou para a advocacia.

Entre outros títulos foi pós-graduado em Direito de Empresa pela Universidade Católica de Minas Gerais. Recebeu o título de Cidadão Sul-Mato-Grossense da Assembleia Legislativa. Além dos títulos de Cidadão Três-lagoense, Cidadão Campo-Grandense, Cidadão Ponta-poranense, Cidadão Bela-vistense, Cidadão Honorário de Belo Horizonte (MG) e de Cidadão Honorário de Montes Claros (MG). Foi ainda condecorado com o Colar do Mérito Judiciário e a medalha do Exército, a medalha da Marinha, a medalha Santos Dumont da Aeronáutica e a medalha da Polícia Militar.



(In memoriam)



# ATAPOÃ DA COSTA FELIZ

Promovido por antiguidade do cargo de juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Campo Grande, para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme Portaria n° 253/95, de 31 de agosto de 1995, publicada no Diário da Justiça n° 4113, de 4 de setembro de 1995. Assumiu as funções do cargo em 14 de setembro de 1995.

**N**ascido em Guararapes (SP), em 10 de novembro de 1944, filho de José da Costa Feliz e Maria Soares de Oliveira. Casou-se com Maria Soares de Oliveira.

Formou-se em Direito pela Faculdade de Uberlândia (MG), em 1970. Advogou por sete anos na cidade de São Paulo, antes de ingressar na Magistratura, como Juiz de Direito da Comarca de Glória de Dourados, em 1979. Foi promovido, por antiguidade, para a 2ª Vara da Comarca de Paranaíba, Segunda Entrância, em 1980. Removido para a 1ª Vara da Comarca de Amambai em 1982. Foi removido, a pedido, para a 2ª Vara da Comarca de Corumbá, em 1982. Também por antiguidade, foi para a 7ª Vara Criminal da Comarca de Campo Grande, de Entrância Especial, em 1986. A pedido foi removido para a 5ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande, e removido a pedido, por permuta, para a 3ª Vara Criminal da Comarca de Campo Grande, assumindo as funções em 1992, tendo sido alterado, conforme resolução em 1994 para a 3ª Vara Cível da mesma Comarca. Foi promovido, por antiguidade, para Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, em 1995.

Na Alta Corte exerceu o cargo de Corregedor-Geral de Justiça do Mato Grosso do Sul nos biênios 2003-2004 e 2011-2012. Tornou-se presidente do Tribunal Regional Eleitoral no biênio 2013-2014. Aposentou-se em 9 de outubro de 2014.

Atapôã, contudo, não dedicou sua vida apenas à justiça. Instrumentista extraordinário, voltou-se para a Música de Câmara. Muito conhecido e respeitado, o desembargador deixou algumas obras como: O Zodíaco (2006), Música de Câmara (2007), Casa de Sapo (2008), Constelações (2009), Pedras Preciosas (2010), Atapôã para Piano (2011), disco de boleros Fascínio de Mulher, a sonata Os Ipês (2014) e outras com a trilha sonora Lamentos da Terra (2019).

Faleceu no dia 6 de outubro de 2021.





# HILDEBRANDO COELHO NETO

Promovido por merecimento do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Campo Grande, para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme Portaria nº 233/96, de 29 de agosto de 1996, publicada no DJ. nº 4360, de 4 de setembro de 1996. Assumiu as funções em 19 de setembro de 1996.

**N**asceu em Tocantinópolis, atual Estado do Tocantins, à época Estado de Goiás, em 11 de abril de 1944, filho de Nelson Coelho dos Santos e Margarida Gomes dos Santos. Casou-se com Elza Barbosa Coelho.

Formou-se em Direito, em 1971, pela Universidade Federal de Goiás. Assumiu a Magistratura de Goiás no ano de 1977. Professor de Direito Civil e Direito Tributário pela SOCIGRAN de 1984 a 1988.

Ingressou na Magistratura como Juiz de Direito da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso, de Primeira Entrância, em 1981. Foi promovido, em 1983, por antiguidade, para a 3ª Vara Cível da Comarca de Dourados, de Segunda Entrância. Foi promovido, por antiguidade, para a 4ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande, de Entrância Especial, em 1988. Foi promovido, por merecimento, ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, em 19 de setembro de 1996.

Exerceu o cargo de Corregedor-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul no biênio 2005-2006. Exerceu o cargo de Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul no biênio 2011-2012. Exerceu o cargo de Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, no período de março de 2012 a janeiro de 2013, em decorrência da aposentadoria do então Presidente. Aposentou-se no dia 19 de março de 2014.

Na Assembleia Legislativa, recebeu o título de Cidadão Sul-Mato-Grossense, em reconhecimento pelos relevantes serviços prestados e que contribuíram de forma destacada para o desenvolvimento e projeção do Estado.



# JOÃO MARIA LÓS

Promovido por antiguidade do cargo de Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande, para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme Portaria nº 186/97, de 27 de maio de 1997, publicada no DJ nº 4535, de 28 de maio de 1997. Assumiu as funções em 5 de junho de 1997.



**N**asceu em São José dos Campos (SP), em 20 de novembro de 1953, filho de Stanislaw Jan Lós e Irene Jadwiga Lós. Formou-se em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (PR), em 1976.

Ingressou na Magistratura como Juiz de Direito da Comarca de Miranda, de Primeira Entrância, em maio de 1981. No ano seguinte foi promovido para a Vara Criminal de Corumbá e, em 1987, foi novamente promovido, por merecimento, para a 3ª Vara Criminal de Campo Grande, de Entrância Especial. Na Capital, a pedido, foi removido para a 9ª Vara Cível em 1988. Foi diretor do Foro das comarcas onde julgou e também juiz eleitoral.

Integrou o TRE/MS quando esteve na Missão de Paz da ONU, no Camboja, como observador eleitoral daquele organismo internacional, nas eleições de 1993. Em Campo Grande titularizou o 1º Juizado Especial Criminal e presidiu a Turma Recursal Criminal. Ocupou os cargos de presidente da Associação de Magistrados de MS (Amamsul), no biênio 1987-1988, diretor da Associação de Magistrados Brasileiros (AMB) e diretor da Escola Superior da Magistratura (Esmagis).

Foi promovido ao cargo de desembargador em junho de 1997 e atuou como vice-presidente do TJMS no biênio 2005-2006. Assumiu a Corregedoria Regional Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de MS em outubro 2013 e no final de 2014 presidiu o TRE, até o final de janeiro de 2015. Exerceu a Presidência do Tribunal de Justiça de MS no biênio 2015-2016, tendo como Vice-Presidente o Des. Paschoal Carmello Leandro e como Corregedor-Geral de Justiça, Des. Julizar Barbosa Trindade. Tomou posse como Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral no biênio 2017-2018 e como Presidente do mesmo órgão no biênio 2019-2020.

O Des. João Maria Lós recebeu o Título de Cidadão Três-Lagoense pelos trabalhos de elevação da comarca à Entrância Especial e o Título de Cidadão Campo-Grandense pelos relevantes serviços prestados à comunidade.





# JORGE EUSTÁCIO DA SILVA FRIAS

Promovido por merecimento do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara de Fazenda Pública e Registros Públicos da Comarca de Campo Grande, para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme Portaria n° 705/99, de 11 de fevereiro de 1999, publicada no DJ n° 4959, de 17 de fevereiro de 1999. Assumiu as funções em 4 de março de 1999.

**P**aulistano nascido no Brás, em 27 de março de 1949, e criado em Moema, São Paulo (SP), filho de Eustácio Frias Perez e Lázara da Silva Frias, Jorge Eustácio da Silva Frias estudou seus primeiros anos em escola de freiras e concluiu o estudo ginásial em escola pública.

No vestibular para Direito, foi aprovado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) e na Faculdade de Direito da USP, São Paulo - SP. Optou pela USP e formou-se em Direito em 1973. No período da faculdade trabalhava na prefeitura de São Paulo, onde era concursado como escriturário. Após concluir o curso pediu exoneração do cargo e advogou na área cível por nove anos em São Paulo, em escritório particular. Já casado com Regina Maria Barreto Frias, também fazia pós-graduação e créditos para mestrado e doutorado.

Ingressou na Magistratura Sul-mato-grossense, aprovado em 1º lugar, como juiz substituto, na 1ª Circunscrição de Campo Grande, em março de 1982. Foi Juiz de Direito nas Comarcas de Fátima do Sul, Naviraí e Campo Grande. Foi promovido, por merecimento, ao cargo de Desembargador, em 4 de março de 1999, no qual permaneceu até aposentar-se, aos 57 anos, em 9 de fevereiro de 2007.

Mestre pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra/Portugal e Doutor pela Faculdade de Direito da USP, foi professor de Direito Processual Civil na SOCIGRAN, hoje UNIGRAN, em Dourados (MS) e na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em Campo Grande (MS).

Ao retornar para São Paulo voltou a advogar e a dar aulas na graduação e na pós-graduação junto à Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie (campus de São Paulo). Tem diversos estudos jurídicos publicados, entre os quais se destaca o livro *Interpretação da Sentença Cível - De Acordo com o Novo Código de Processo Civil*.





# ILDEU DE SOUZA CAMPOS

Promovido por antiguidade do cargo de Juiz de Direito da 5ª Vara Cível da comarca de Campo Grande, para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme Portaria nº 1397/2000, de 10 de fevereiro de 2000, publicada no DJ nº 5204, de 16 de fevereiro de 2000. Assumiu as funções em 2 de março de 2000.

**M**ineiro de Itamarandiba (MG), nasceu em 26 de dezembro de 1939, filho de Vicente de Paula Campos e Maria Helena de Souza. Casou-se com Anelza Leite Campos e formou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1970. 5

Ingressou na Magistratura como Juiz de Direito da Comarca de Cassilândia em 1979, onde julgou durante oito meses. Em setembro de 1980 foi promovido para a Comarca de Nova Andradina, onde permaneceu até maio de 1987, onde foi Diretor do Fórum durante três gestões e Juiz Eleitoral. Recusou duas promoções por antiguidade da comarca de Nova Andradina para a Capital. Em 1987, foi promovido para a então 5ª Vara Criminal e de Menores de Campo Grande, e, posteriormente, passou a lutar pela criação da Vara de Menores desta comarca, logrando êxito, graças ao apoio do então Presidente do Tribunal, Des. Gerval Bernardino de Souza.

Foi o primeiro juiz de menores da Capital, permanecendo à sua frente durante dois anos. Em 1989 removeu-se para a 5ª Vara Cível de competência residual, permanecendo à sua frente até a sua promoção para o Tribunal de Justiça. Foi o único juiz, até hoje, a ocupar a Direção do Fórum por três anos consecutivos. Foi juiz eleitoral da 25ª Zona, durante dois anos, e, dali, foi para o Tribunal Regional Eleitoral, onde permaneceu como membro daquela Corte por dois anos.

Tomou posse no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça em 2 de março de 2000. Foi nomeado Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul para o biênio 2007-2008 e aposentou-se em 18 de dezembro de 2009.



# DIVONCIR SCHREINER MARAN

Promovido por antiguidade do cargo de Juiz de Direito da 8ª Vara Cível da comarca de Campo Grande, para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme Portaria nº 1399/2000, de 10 de fevereiro de 2000, publicada no DJ nº 5204, de 16 de fevereiro de 2000. Assumiu as funções em 2 de março de 2000.

**C**atarinense nascido em Dionísio Cerqueira (SC), no dia 6 de abril de 1949, filho de Jacob Maran e Irma Schreiner. Estudou os primeiros anos na Escola José Boiteux, na cidade natal. O ginásio foi no Colégio Estadual Leonel Franca, em Palmas (PR), concluído em 1964. A profissionalização veio pelo curso técnico em Contabilidade no Colégio Comercial Estadual de Pato Branco (PR), em 1969, mas logo após veio o curso superior, formando-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito Santo Ângelo (RS), em 1975.

Ingressou na Magistratura em abril de 1981, por ter alcançado êxito no primeiro Concurso da Magistratura do TJMS, quando foi designado para a Comarca de Bonito. Em agosto de 1983, foi promovido, por merecimento, para a 2ª Vara Criminal da Comarca de Ponta Porã. Em setembro de 1987, foi promovido, por merecimento, para a 2ª Vara Criminal da Comarca de Campo Grande, e removido, a pedido, em outubro de 1988, para a 15ª Vara Cível, hoje 8ª Vara Cível Residual da Capital. Em novembro de 1993, foi designado para integrar a Turma Recursal Cível dos Juizados Especiais da Capital, sendo seu presidente desde então até dezembro de 1999. Em fevereiro de 1995, foi designado para Juiz Diretor do Foro da Comarca de Campo Grande. Em 1º de agosto de 1999, foi designado para Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça.

Foi o primeiro Juiz Eleitoral da 44ª Zona Eleitoral da Capital. Foi membro do Tribunal Regional Eleitoral no biênio 1995-1996. Presidiu a Amamsul no biênio 1991-1992. Tomou posse como Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul em 2000. Foi eleito Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul para o biênio 2007-2008. Exerceu a função de Presidente do Tribunal



Regional Eleitoral de MS no período de janeiro de 2015 a janeiro de 2017. Tomou posse como Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul em 27 de janeiro de 2017, tendo como Vice-Presidente o Des. Julizar Barbosa Trindade e como Corregedor-Geral, Des. Romero Osme Dias Lopes, que veio a falecer, no dia 3 de julho de 2018, durante o mandato. A vaga do Des. Romero foi ocupada pelo Des. Carlos Eduardo Contar.

Posteriormente, no Tribunal Regional Eleitoral, no período 2019-2021, foi Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral, durante a gestão do Presidente do TRE, Des. João Maria Lós. Pelos relevantes serviços prestados durante sua atuação como juiz em Ponta Porã (MS), recebeu o Título de Cidadão Ponta-poranense. O mesmo agraciamento foi recebido da Câmara Municipal de Bonito (MS), em 2003, e em 2015.





# PAULO ALFEU PUCCINELLI

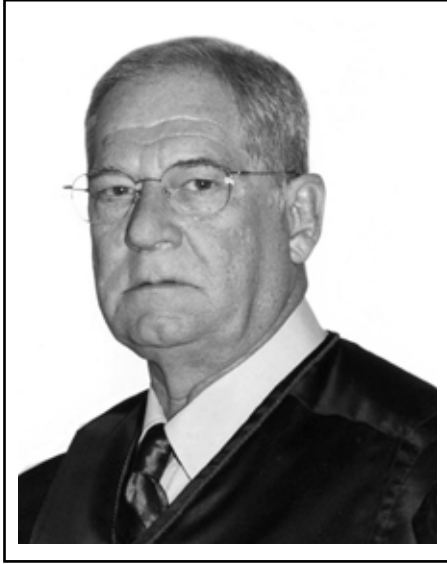
Promovido por merecimento do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca de Dourados, para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme Portaria n° 1398/2000, de 10 de fevereiro de 2000, publicada no DJ n° 5204, de 16 de fevereiro de 2000. Assumiu as funções em 2 de março de 2000.

**N**asceu em Pederneiras (SP), em 6 de agosto de 1942, filho de Humberto Puccinelli e Esmeralda Moura Puccinelli. Casou-se com Aparecida Isaac Puccinelli.

Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Bauru (SP) em 1968. Ingressou na magistratura em abril de 1981, quando foi designado para a Comarca de Camapuã. Foi promovido em 1984, por antiguidade, para a 2ª Vara Cível da Comarca de Três Lagoas e, em novembro do mesmo ano, foi designado para Juiz Diretor do Foro. Em março de 1989, foi promovido, por antiguidade, para a 1ª Vara Criminal da Comarca de Dourados. Em fevereiro de 1988, foi designado como Juiz Diretor do Foro. Exerceu a atividade de Juiz no Juizado Criminal. Em outubro de 1999, foi designado, ad referendum do Conselho Superior da Magistratura, como Presidente da Turma Recursal Cível Única da Comarca de Dourados. Foi Juiz Eleitoral da Comarca de Dourados de 1997 a 2000.

Foi promovido para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça em 2 de março de 2000. Exerceu o cargo de Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul no biênio 2009-2010. Em julho de 2010 assumiu a Presidência do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul em decorrência da aposentadoria do então Presidente, Des. Elpídio Helvécio Chaves Martins. Aposentou-se em 15 de agosto de 2012.





(In memoriam)

# HORÁCIO VANDERLEI NASCIMENTO PITHAN

Nomeado pelo 5º Constitucional (OAB), para exercer o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, na vaga reservada a Advogado, conforme Decreto Governamental “P”, publicado no Diário Oficial nº 5206, de 18 de fevereiro de 2000. Assumiu as funções em 2 de março de 2000.

Natural de Campo Grande (MS), nasceu em 18 de agosto de 1941, filho de Moreira Kardec Pithan e Laurinda Nascimento Pithan. Casou-se com Maria Tereza Mangieri Pithan.

Formou-se em Direito pela FUCMT - Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso, em 1979. Foi coordenador geral do Juizado de Menores de Campo Grande de 1973 a 1980 e professor universitário de 1980 a 2003, na Universidade Católica Dom Bosco - UCDB.

Foi advogado militante da Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça Eleitoral desde 1984, além de professor de Direito Civil da Escola Superior da Magistratura - Esmagis. Também foi Secretário Geral da OAB/MS no biênio 1987-1988 e vice-presidente da OAB/MS no biênio 1988-1989. Foi eleito Presidente da OAB/MS no biênio 1993-1995. Fez Pós-Graduação em Direito Civil e Direito Processual Civil pela FUCMT em convênio com a PUC/SP. Em sua atuação profissional, foi diretor geral do Tribunal Regional Eleitoral de MS no biênio 1981-1982 e superintendente do Pessoal Civil do Estado de Mato Grosso do Sul, de 1982 a 1983. Foi assessor de desembargador nos anos de 1983 e 1984.

Em 2 de março de 2000 foi empossado no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, na vaga reservada ao Quinto Constitucional a Advogados. Foi Diretor-Geral da Esmagis, no biênio 2003-2004. Aposentou-se em 6 de julho de 2007 e faleceu no dia 12 de julho de 2011.





# JOÃO BATISTA DA COSTA MARQUES

Nomeado pelo 5º Constitucional (MP) para exercer o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, na vaga reservada ao Ministério Público, conforme Decreto Governamental "P", publicado no Diário Oficial nº 5261, de 11 de maio de 2000. Assumiu as funções em 9 de junho de 2000.

**N**asceu na fazenda Chave de Ouro no município de Bela Vista (MS), em 23 de junho de 1944, filho de José Simplicio da Costa Marques e Fábila Souza da Costa Marques. Estudou em Bela Vista até o ginásio e em busca da continuidade na educação, mudou-se para Campo Grande (MS), onde estudou o primeiro Científico, quando foi convidado para estudar no Rio de Janeiro (RJ). Terminou o segundo ano e por questões da revolução no Brasil, mudou para Curitiba (PR), para concluir o científico. Formou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná em 1971, onde foi aluno de Lamartine Correia de Oliveira, Fernando Coelho, Joaquim Brito de Lacerda, Heráclito Sobral Pinto, entre outros.

Formado, iniciou a carreira como Delegado de Polícia do Estado do Paraná. Depois ingressou na carreira do Ministério Público em 1980, no novo Estado que recentemente fora instalado, quando foi nomeado para exercer o cargo de Promotor de Justiça da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso. Atuou junto às promotorias de justiça das Comarcas de Coxim e de Pedro Gomes, em sua plenitude. Em 1982 foi promovido para a Comarca de Três Lagoas, onde oficiou perante o juízo eleitoral. Em 1987, foi promovido, por merecimento, para a Comarca de Campo Grande. Na Capital do Estado, exerceu a função em praticamente todas as Varas Criminais, bem como na Auditoria Militar e, privativamente, no Tribunal do Júri, neste durante quatro anos consecutivos. Foi promovido, por antiguidade, para o cargo de Procurador de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.



Foi nomeado para exercer o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, na vaga reservada ao Ministério Público, e assumiu suas funções em 9 de junho de 2000. Assumiu a Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul no período de julho de 2010 a janeiro de 2011. Permaneceu no cargo de Vice-presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul de abril de 2012 a janeiro de 2013 e no biênio 2013-2014. Aposentou-se em 23 de junho de 2014.





# TÂNIA GARCIA DE FREITAS BORGES

Nomeada pelo 5º Constitucional (MP) para exercer o cargo de Desembargadora do TJMS, na vaga reservada ao Ministério Público, conforme Decreto Governamental “P” nº 4070, de 23 de outubro de 2003, publicado no Diário Oficial nº 6110 de 24 de outubro de 2003. Assumiu as funções em 20 de novembro de 2003.



**C**ampo-grandense nascida em 12 de janeiro de 1955, filha de Edmundo Garcia de Freitas e Joana Moreira de Freitas. Formou-se em Direito pela FUCMT, atual Universidade Católica Dom Bosco, em 1980. Fez curso de Pós-Graduação em Processo Civil e Direito Agrário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) em 1995-1996.

Foi aprovada em concurso público e tomou posse em 24 de abril de 1984 como Promotora de Justiça de Primeira Entrância, assumindo suas funções na Comarca de Porto Murtinho, sendo, posteriormente, removida, a pedido, para a Comarca de Ribas do Rio Pardo. Promovida, por merecimento, para a Comarca de Corumbá, Segunda Entrância, em 26 de junho de 1987, sendo, posteriormente, removida, a pedido, para a Comarca de Aquidauana. Promovida, por merecimento, para a Comarca de Campo Grande (MS), Entrância Especial, em 13 de novembro 1990.

Exerceu o cargo de diretora da Fundação Escola Superior do Ministério Público, eleita para o biênio 1991-1992. Exerceu a função de supervisora das Promotorias de Justiça Cíveis da Capital em 1993-1994, sendo reconduzida ao cargo para o exercício 1994-1995. Assessora Especial da Corregedoria-Geral do Ministério Público a partir de março de 2000. Foi promovida, por merecimento, ao cargo de Procuradora de Justiça em 12 de setembro de 2000.

Designada para exercer a função de Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente em 25 de setembro de 2000. Eleita pelo Conselho Superior do Ministério Público como membro titular da Comissão de Concurso Público

de Provas e Títulos para ingresso na carreira do Ministério Público, em 2 de março de 2001, participando dos XVIII, XIX e XX Concursos. Eleita pela primeira instância como membro do Conselho Superior do Ministério Público para o biênio 2002-2003. Designada para exercer a função de coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Cíveis em 16 de outubro de 2002. Eleita pelo Conselho Superior do Ministério como membro titular da Comissão de Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira do Ministério Público, em 13 de outubro de 2003, para atuar no XXI Concurso.

Foi nomeada para exercer o Cargo de Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, na vaga destinada ao Ministério Público do Estado, em 20 de novembro de 2003. Exerceu o cargo de Corregedora-Geral de Justiça no biênio 2015-2017. Atuou como Vice-Presidente e Corregedora Regional Eleitoral no biênio 2015-2016 e tomou posse como Presidente do Tribunal Regional Eleitoral em 30 de janeiro de 2017.

Foi professora de Processo Civil na Fundação Escola do Ministério Público de 1987 a 1993 e professora de Registros Públicos e Direito de Família em vários cursos de adaptação para Promotores de Justiça Substitutos. Foi Diretora-Geral da Escola Superior da Magistratura, nomeada para o biênio 2007-2008, reconduzida ao cargo para o biênio 2009-2010. Foi secretária Nacional do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura, eleita por unanimidade para o biênio 2009-2010, reconduzida ao cargo para o biênio 2011-2012. Aposentou no dia 28 de outubro de 2021.





# PASCHOAL CARMELLO LEANDRO

Promovido por merecimento do cargo de Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, para exercer o cargo de Desembargador do TJMS, conforme Portaria nº 79, de 2 de fevereiro de 2005, publicada no DJ 980, de 4 de fevereiro de 2005. Assumiu as funções em 2 de março de 2005.

O primeiro Desembargador da história do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul a ocupar o cargo de presidente da alta Corte por duas vezes, nasceu em Corumbá (MS), no dia 17 de julho de 1949, filho de Paulo Leandro e Josefina de Siervi Leandro. Casou-se com Célia Márcia de Arruda Leandro.

Formou-se Bacharel em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de São Carlos (SP). Exerceu a advocacia de 1973 a 1982 e em 1983 foi aprovado em concurso público para a Magistratura, quando foi nomeado para o cargo de juiz substituto, iniciando o exercício da judicatura na circunscrição de Aquidauana.

Foi promovido por antiguidade, para o cargo de juiz de direito, em 1984, para Rio Brillhante, Primeira Entrância, comarca onde exerceu o cargo de juiz eleitoral. Depois foi promovido, por merecimento, em 1986, para Jardim, Segunda Entrância, e, em 1990, também por merecimento, para a Comarca de Campo Grande, Entrância Especial.

Em 2005, foi promovido, por merecimento, a Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, onde foi designado para exercer a função de Ouvidor Judiciário em 3 de dezembro de 2013.

Assumiu, por decisão do Tribunal Pleno, a função de Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, em 2014, mas chegou ao cargo de Presidente do Tribunal de Justiça no período de outubro de 2014 a janeiro de 2015, na vaga deixada pelo Des. Joenildo de Sousa Chaves, que se aposentou compulsoriamente.

Depois, teve sua segunda ascensão à Presidência do TJMS, sendo eleito para o Biênio 2019-2020, tendo como Vice-Presidente o Des. Carlos Eduardo Contar e como Corregedor-Geral, Des. Sérgio Fernandes Martins.



Neste período ampliou seu curriculum, em virtude de missão institucional do governador Reinaldo Azambuja no Paraguai, como presidente do Tribunal de Justiça de MS, o Des. Paschoal Carmello Leandro exerceu a chefia do Poder Executivo Estadual nos dias 8 e 9 de julho de 2019, na forma do disposto no artigo 87 da Constituição Estadual.

Para o biênio 2021-2022, foi eleito Presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MS).



(In memoriam)



# MARILZA LÚCIA FORTES

Promovida por antiguidade do cargo de Juíza de Direito da Auditoria Militar, para exercer o cargo de Desembargadora do TJMS, conforme Portaria nº 925, de 1º de março de 2006, publicada no DJ 1222, de 3 de março de 2006. Assumiu as funções em 3 de março de 2006.

A terceira mulher a compor a mais alta Corte do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul nasceu em Cuiabá (MT), no dia 15 de março de 1946, filha de Waldemiro de Arruda Fortes e Mariana Leite Couto Fortes.

Formou-se Bacharel em Direito na Faculdade de Direito de Campo Grande (MT), na turma de 1970. O concurso para a magistratura ocorreu em 1980, quando foi aprovada e nomeada para o cargo de Juíza Auditora, tendo iniciado exercício em Campo Grande, sendo considerada a terceira mulher negra juíza no país.

No mês de abril de 2004, a juíza recebeu o título de cidadã sul-mato-grossense por, entre tantas lutas, ter sido a primeira juíza auditora do Estado, a primeira coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Direito de Campo Grande e ocupou o primeiro cargo de chefe de Departamento Jurídico do Sistema Penitenciário.

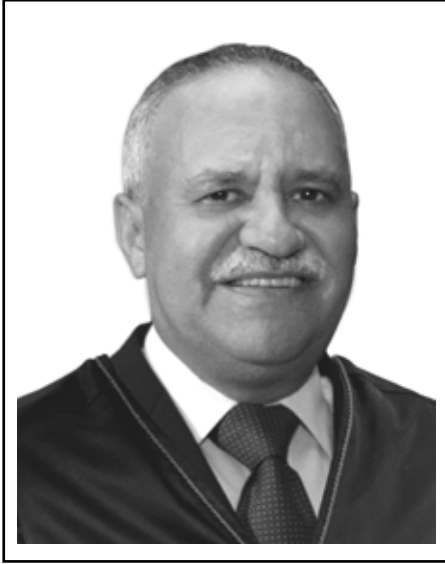
Em dezembro de 2005, a magistrada foi empossada presidente da Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais (Amajme), sendo a segunda mulher e a primeira magistrada de MS a assumir a cadeira da presidência da Amajme desde sua criação, em 1985. Foi promovida por antiguidade, em 2006, a Desembargadora do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

A Desa. Marilza Lúcia Fortes era Licenciada em Letras com Francês, pela Faculdade Dom Aquino de Filosofia Ciências e Letras - FUCMT, em 1969. Chegou a ministrar aulas na Academia Estadual de Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, aos alunos do curso de Formação de Delegado de Polícia e participou ativamente de dezenas de cursos, simpósios e congressos.



Faleceu em 20 de setembro de 2012 e, em reconhecimentos aos seus relevantes serviços prestados, foi homenageada em logradouro, sendo que o Residencial Betaville, em Campo Grande, conta a Rua Desembargadora Marilza Lúcia Fortes. O Fórum da Justiça Estadual de Terenos (MS) foi denominado Desa. Marilza Lucia Fortes e o Espaço Cultural do prédio do Tribunal de Justiça de MS também homenageia a magistrada.





# JULIZAR BARBOSA TRINDADE

Promovido por merecimento do cargo de Juiz de Direito da Vara de Cartas Precatórias Cíveis da Comarca de Campo Grande, para exercer o cargo de Desembargador do TJMS, conforme Portaria nº 105, de 14 de fevereiro de 2007, publicada no DJ 1441, de 21 de fevereiro de 2007. Assumiu as funções em 21 de março de 2007.

**N**ascido em Ouro Branco (BA), hoje município de Guanambi, a sudoeste de Salvador, no dia 16 de maio de 1948, filho de Tranquilino Barbosa da Silva e Idalina Maria da Trindade. Casou-se com Dalva Agostinha Noceti Barbosa. Mudou com a família para Piracema, em Paranavaí (PR), aos cinco anos de idade, onde iniciou seus estudos em escola pública.

Inicialmente morou em sítio, somente no período ginasial foi para a cidade, concluindo o curso médio de Contabilidade na Escola Técnica de Comércio, em Paranavaí. Com a conclusão do curso foi trabalhar em banco e prestou vestibular para Direito em Marília (SP). Nos primeiros anos de faculdade fazia o percurso de Paranavaí para Marília para frequentar as aulas e manter o emprego no banco. Em seguida, a dinâmica ficou inviável e coincidentemente o banco em que trabalhava foi comprado por outra instituição, que promoveu concurso para subgerente. Entre 18 candidatos, Julizar alcançou êxito e foi morar em Getulina (SP), próximo à sede da Fundação Educacional Eurípedes Soares da Rocha, de Marília (SP), onde concluiu o curso de Direito em 1975.

Com a conclusão do curso pediu exoneração do banco para advogar, considerando que a intenção era o concurso para magistratura e havia a exigência de três anos de advocacia para o ingresso na carreira de juiz.

Prestou o almejado concurso e foi aprovado. Ingressou na Magistratura como Juiz Substituto, na Comarca de Corumbá, em 1982. Foi promovido, por merecimento, como Juiz de Direito, para a Co-



marca de Glória de Dourados, em maio de 1982, e, por merecimento, promovido para a 2ª Vara da Comarca de Amambai, Segunda Entrância, em 1984. Removido a pedido para a 1ª Vara Cível da Comarca de Ponta Porã, em 1985. Foi promovido, por merecimento, para a Comarca de Campo Grande, Entrância Especial, em dezembro de 1988, para a Vara de Entorpecentes e Delitos de Trânsito com Vítimas. Por permuta, foi transferido para a Vara da Fazenda Pública e Registros Públicos da Comarca de Campo Grande em 1991 e da mesma forma para a 3ª Vara Cível Residual da mesma comarca em 1993. Foi removido, em 2002, para a Vara de Precatórias Cíveis da Capital.

Em 2007 foi promovido, por merecimento, ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, onde exerceu a função de Corregedor-Geral de Justiça no biênio 2015-2016 e tomou posse como Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul para o biênio 2017-2018.

O Desembargador também foi professor na Esmagis. Durante sua carreira, frequentou e participou de inúmeros cursos e seminários na área jurídica realizados em todo o território nacional. Participou de várias diretorias da Amamsul, até mesmo como Vice-Presidente, e escreveu dezenas de artigos jurídicos para revistas e jornais.



(In memoriam)



# ROMERO OSME DIAS LOPES

Promovido por antiguidade do cargo de Juiz de Direito da 4ª Vara de Família da Comarca de Campo Grande, para exercer o cargo de Desembargador do TJMS, conforme Portaria nº 271, de 2 de maio de 2007, publicada no DJ 1490, de 7 de maio de 2007. Assumiu as funções em 16 de maio de 2007.

**M**ineiro de Manhuaçu, nasceu em 7 de novembro de 1948, filho de Osme de Abreu Lopes e Maria Conceição Dias Lopes. Bacharelado em Direito formado pela Faculdade de Direito do Sul de Minas, em 1971.

Ingressou na Magistratura em 1980, como Juiz de Direito da Comarca de Cassilândia. Em abril de 1983, por merecimento, foi promovido para atuar na Segunda Entrância como juiz da 2ª Vara Cível em Aquidauana. Em setembro do mesmo ano, a pedido, foi removido para a Comarca de Paranaíba. Em 1987, por antiguidade, recebeu outra promoção: desta vez para a Entrância Especial, na Comarca de Campo Grande, para atuar na Vara de Execução Fiscal. Em abril de 2007, por permuta, o juiz foi removido para a 4ª Vara de Família, onde nem chegou a atuar, pois quando estava em transição foi promovido para o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça.

Exerceu as funções de Juiz Diretor do Foro da Capital nos anos de 2001 e 2002. Foi Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça no TJMS, por duas vezes, sendo uma com o Corregedor-Geral, Desembargador Rêmolo Letteriello, e outra com o Corregedor-Geral, Desembargador Atapoã da Costa Feliz. Foi promovido a Desembargador em 2007. Neste período foi coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Foi Coordenador das Varas de Execução Penal (Covep) do Estado de Mato Grosso do Sul. Membro eleito do Órgão Especial do Tribunal de Justiça e tomou posse como Corregedor-Geral de Justiça em 30 de janeiro de 2017, vindo a falecer em pleno exercício da magistratura no dia 3 de julho de 2018.



Além da magistratura, foi diretor de Esporte da Associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul (Amamsul), no período de 1989 a 1992, e diretor de Comunicação da entidade no período de 1993 a 2000, exercendo também a função de Editor-Chefe do periódico jurídico. Foi autor de várias palestras nos circuitos universitários e em Congressos Jurídicos. Foi Juiz Eleitoral da 36ª Zona, designado em 1993, além de compor como membro do Tribunal Regional Eleitoral no período de 1995 a 1997. Foi membro titular da 1ª Turma Recursal Mista de Campo Grande, no período de 21 de fevereiro de 2000 a 4 de março de 2001.

Pós-Graduado em Direito e Antropologia Filosófica pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (Uniderp), lecionou na Escola Superior da Magistratura de MS, na Uniderp e na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), na disciplina de Direito Tributário, por aproximadamente 20 anos.

Apreciador da arte, ao longo da vida colecionou um rico acervo de obras e títulos do músico, dramaturgo, escritor e ator brasileiro Chico Buarque de Holanda e da banda de rock britânica formada na década de 1960, The Beatles. Paixões que, além do Direito Garantista, fazia questão de evidenciar.





# CARLOS EDUARDO CONTAR

Nomeado pelo 5º Constitucional (MP) para exercer o cargo de Desembargador do TJMS, na vaga reservada ao Ministério Público, conforme Decreto Governamental “P” nº 2244, de 3 de agosto de 2007, publicado no Diário Oficial nº 7024, de 6 de agosto de 2007. Assumiu as funções em 29 de agosto de 2007.

**N**atural de Campo Grande (MS), nasceu no dia 1º de julho de 1963, filho de Edson Carlos Contar e Sacha Contar. Casou-sNatural de Campo Grande (MS), nasceu no dia 1º de julho de 1963, filho de Edson Carlos Contar e Sacha Contar. Casou-se com Luiza Helena Bernardes Al-Contar. De origem ucraniana pelo lado materno e libanesa e brasileira pelo lado paterno, fixou raízes em sua terra natal, fundada por José Antônio Pereira, um de seus bisavôs.

Estudou inicialmente no Externato Americano, no Colégio Pequenoópolis e, posteriormente, no Colégio Dom Bosco. Após a conclusão do ensino médio ingressou no curso de Direito das Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso, onde formou-se em 1985. Mais tarde concluiu a graduação no curso de Filosofia. Possui Mestrado em Ciências Jurídicas pela Universidade de Coimbra (Portugal).

Durante a faculdade de Direito, começou a trabalhar no Tribunal de Justiça, como auxiliar judiciário e depois como técnico judiciário. No último ano da graduação, pediu exoneração para fazer estágio voluntário no Ministério Público. Uma vez formado, em 1986 trabalhou na Prefeitura Municipal de Campo Grande e logo prestou o concurso do Ministério Público de Mato Grosso do Sul e ingressou na carreira.

Como Promotor de Justiça Substituto atuou nas comarcas de Campo Grande, Ribas do Rio Pardo, Sidrolândia, Jardim e Porto Murinho. Promovido ao cargo de Promotor de Justiça titularizou-se na comarca de São Gabriel do Oeste, de primeira entrância, com substituições eventuais em Rio Verde de Mato Grosso e Camapuã.

Novamente promovido, seguiu para a comarca de Cassilândia, de segunda entrância, removeu-se, a pedido, para a comarca de Aquidauana, com atuações eventuais em Miranda e Nioaque. Mais uma promoção o levou para a comarca de Campo Grande, de entrância especial. Mais tarde foi para a Procuradoria na condição de convocado, por cerca de dois anos, até ser promovido ao cargo de Procurador de Justiça, em 22 de julho de 2001.



Na Procuradoria de Justiça atuou, entre outras funções, como coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Habitação e Urbanismo e do Patrimônio Histórico e Cultural, e integrante do Conselho Superior do Ministério Público por 2 (dois) mandatos.

Ingressou na magistratura como Desembargador na vaga correspondente ao quinto constitucional reservada ao Ministério Público, em agosto de 2007.

Presidiu a 2ª Câmara Criminal, a Seção Criminal e a 2ª Seção Criminal. Atuou, ainda, como integrante do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MS) nos biênios 2015-2017 e 2017-2019. É membro vitalício do Órgão Especial do TJMS.

Ao longo de sua atuação no Judiciário, integrou as Comissões de Modernização e Gestão do Poder Judiciário; de Técnica de Jurisprudência; Examinadora do IV Concurso de Ingresso e Remoção dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do MS; de Técnica de Organização Judiciária e Legislação; e de Técnica de Biblioteca e Publicações, como presidente. Compôs, também, o Comitê Gestor de Comunicação Institucional do Poder Judiciário do Estado.

Conquistou, em junho de 2018, o primeiro ISO 9001 entre todos os órgãos públicos de Mato Grosso do Sul. A mais importante certificação de Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ) foi concedida após auditoria realizada pela Quality Management System Certification Services, empresa de origem australiana, organismo acreditador habilitado pela International Standardization Organization (ISO), como coroamento de um trabalho sistêmico e eficiente que reduziu substancialmente os processos do gabinete para um acervo mínimo.

Assumiu o cargo de Corregedor-Geral de Justiça em 12 de julho 2018, exercendo a função com foco na busca pela excelência nas atividades ordinárias e na implementação de iniciativas inovadoras direcionadas à efetividade da prestação jurisdicional e extrajudicial.

Permaneceu no cargo até o dia 30 de janeiro de 2019, oportunidade em que assumiu a função de Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado para o Biênio 2019-2020. No dia 22 de janeiro de



2021 foi empossado no cargo de Presidente do TJMS para o biênio 2021-2022, em cuja administração obteve as certificações ISO 9001 (Gestão de Qualidade) e 37001 (Gestão Antissuborno), além de adquirir área para construção do novo Tribunal de Justiça do Estado, com a entrega do seu projeto arquitetônico.

Membro titular do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, criou a Fundação Eduardo Contar, hoje Instituto Eduardo Contar. Dentre as atividades paralelas desenvolvidas ao longo da carreira, foi Diretor Pedagógico adjunto da Funlec, por um mandato, além de Promotor de Justiça Eclesiástico. Atualmente é Juiz Eclesiástico no Tribunal Regional Eclesiástico - Oeste 1 e 2.

Em sua atuação como historiador e delegado da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, foi o criador e autor do desenho de um monumento em homenagem aos Pracinhas, executado e instalado pelo Exército no 9º Batalhão de Engenharia de Combate, em Aquidauana. Deste município, recebeu o título de Cidadão Aquidauanense, em reconhecimento ao trabalho realizado quando por lá atuou como Promotor de Justiça.

Foi um dos coordenadores e colaboradores da obra coletiva “Estudos Contemporâneos de Direito Público”, editada em homenagem ao então presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ministro Cesar Asfor Rocha.

É possuidor de inúmeras condecorações e homenagens, destacando-se a Soberana e Militar Ordem de Malta (Cavaleiro de Graça Magistral), Ordem do Mérito Militar (Oficial), Ordem do Mérito Aeronáutico (Grande Oficial), Ordem do Mérito Judiciário de Mato Grosso do Sul (Grã-Cruz e Colar), Ordem do Mérito Judiciário do Pará (Grã-Cruz), Ordem do Mérito do Estado de Mato Grosso do Sul (Grã-Cruz), Ordem Guaicurus do Mérito Judiciário do Trabalho (TRT 24ª Região) (Grã Cruz), Colar do Mérito Pantaneiro, Medalha Tiradentes (PMMS), Medalha do Mérito Institucional “Zumbi dos Palmares” (PMAL), Emblema de Oro (Bolívia), e outras tantas de órgãos, instituições e poderes





# SÉRGIO FERNANDES MARTINS

Nomeado pelo 5º Constitucional (OAB), para exercer o cargo de Desembargador do TJMS, na vaga reservada a Advogados, conforme Decreto Governamental “P” nº 3136, de 8 de novembro de 2007, publicado no Diário Oficial nº 7090, de 9 de novembro de 2007. Assumiu as funções em 21 de novembro de 2007.

**N**asceu em Dourados (MS), no dia 15 de agosto de 1960, filho de Sérgio Martins Sobrinho e Elisabete Fernandes Martins. Casou-se com Eliana Augusta de Oliveira Gomes com quem tem o filho Sérgio Augusto Gomes Martins e enteada Carolina Gomes Ferro Coelho.

Os primeiros anos de estudos foram no Colégio Dom Bosco em Campo Grande (MS) e no Colégio São Gonçalo em Cuiabá (MT). O Científico foi no Colégio Bahiense no Rio de Janeiro (RJ), município no qual também se formou bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, em 1982.

Fez Mestrado em Direito das Obrigações na Universidade Católica Dom Bosco/UCDB, em convênio com a Universidade Estadual Paulista/UNESP (1999), e Mestrado em Direito e Economia na Universidade Gama Filho/UGF, Rio de Janeiro (2005).

Exerceu a advocacia de 1985 até sua nomeação ao TJMS, em 2007. Foi também assessor e consultor de instituições, professor de Direito Comercial, Direito Econômico e Direito Empresarial na UCDB por 19 anos. Foi professor de Direito Comercial, Direito Econômico e Direito Empresarial na Faculdade de Direito da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), de 1989 a 2007. Exerceu os cargos de subchefe da Secretaria de Estado de Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, de 1990 a 1992, Advogado-Geral do Município de Campo Grande, de 1997 a 2000, e Procurador-Geral do Município de Campo Grande, de 1997 a 2004.

Foi fundador e primeiro presidente da Associação Sul-mato-grossense de Estudantes (AME-SUL), no Rio de Janeiro (RJ). Coordena-

nou a Fundação Projeto Rondon, foi subchefe para Assuntos Jurídicos da Secretaria de Governo do Estado de MS e vereador eleito, em quarto lugar, por Campo Grande e presidente da União de Vereadores de Mato Grosso do Sul.

Presidiu a União dos Vereadores, foi advogado-geral e Procurador-Geral do Município de Campo Grande. Neste período atuou na implantação do Juizado de Trânsito na Capital, pelo convênio firmado entre a Prefeitura Municipal e o Tribunal de Justiça.

Ingressou na Magistratura como Desembargador na vaga correspondente ao Quinto Constitucional reservada a advogados em 21 de novembro de 2007. Na mais alta Corte foi designado Corregedor-Geral de Justiça Adjunto para o período de 18 de julho de 2018 a 31 de janeiro de 2019 e em seguida assumiu a Corregedoria-Geral de Justiça para o biênio 2019-2020.

O Des. Sérgio Fernandes Martins é o primeiro filho de Desembargador a assumir a Magistratura na mais alta Corte do Estado de Mato Grosso do Sul.

Foi membro do Comitê Executivo Nacional do Fórum de Assuntos Fundiários do CNJ de 2009 a 2014 e compõe o Órgão Especial como membro permanente desde 2015. Também foi eleito para compor o Tribunal Regional Eleitoral como substituto para o biênio 2017-2018 e foi Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral de 9 de outubro de 2018 a 30 janeiro de 2019.

Em sua trajetória também fez o curso de Jornalismo pela Escola de Comunicação “Assis Chateaubriand”, no Rio de Janeiro-RJ (1980). Possui incontáveis participações em Cursos, Seminários, Fóruns e Congressos realizados na OAB, UFRJ, UFMS, Escola Superior de Guerra, FUCMT, Sebrae, UCDB, Fórum Nacional de Procuradores Gerais das Capitais Brasileiras, Escola Superior do Ministério Público e Colégio Permanente dos Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil.



Tem ainda diversas palestras proferidas, participações em debates e bancas examinadoras. Entre outros reconhecimentos concedidos, recebeu o título de “Cidadão Campo-grandense” e Diploma de Mérito Legislativo da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul.

Em 8 de março de 2022, como escritor e articulista, Sérgio Fernandes Martins foi eleito pela Academia Sul-Mato-Grossense de Letras e no dia 20 de maio foi diplomado como novo imortal entre os acadêmicos integrantes da Casa de Literatura e Cultura, ocupando a Cadeira n. 32, na sucessão do acadêmico Abílio Leite de Barros, falecido em 2019.

O Des. Sérgio Fernandes Martins é escritor, sendo autor e coautor dos livros “Proposta de Combate à Criminalidade”, em colaboração com o desembargador Sérgio Martins Sobrinho (1991); “Teoria e Direito das Obrigações Contratuais: uma nova visão das relações econômicas de acordo com os Códigos Civil e Consumidor” (2005); “Tributos Municipais na Federação Brasileira como fator de Realização da Justiça Fiscal” (2006); “30 anos de vigência da Constituição Estadual de Mato Grosso do Sul”, comentários a dispositivos da Constituição Estadual (2019); “Revista Jurídica Uniderp”, coautor (2003), e Revista Jurídica Fic-Unaes “Ciência e Direito”, coautor (1998). Foi colunista e colaborador do “Jornal da Cidade” (1983 a 1986) – com crônicas, artigos, poesias e críticas literárias e de cinema -, e teve publicações nas revistas da Academia de Letras Jurídicas de Mato Grosso do Sul (2009) e Justiça e Cidadania (2019).





# SIDENI SONCINI PIMENTEL

Pelo critério de antiguidade foi promovido, do cargo de Juiz de Direito Auxiliar da Capital, para exercer o cargo de Desembargador do TJMS, conforme Portaria nº 296, de 25 de junho de 2008, publicada no DJ 1758, de 27 de junho de 2008. Assumiu as funções em 28 de julho de 2008.

**N**atural de Jales (SP), nasceu em 6 de fevereiro de 1952, filho de Ângelo Viana Pimentel e Maria de Lourdes Soncini Pimentel, retirantes baianos da década de 1930, cuja família migrou para o Sudeste aproveitando os atrativos existentes na região tida como um dos novos eldorados do Brasil, promovendo grandes movimentações de pessoas no século XX.

Instalados na zona rural do promissor Estado de São Paulo, próximo a Jales, o sustento dos Pimentel era proveniente da produção agrícola e Sideni dividia seu tempo entre o auxílio nos afazeres na propriedade rural do pai e o aprendizado na Escola Isolada do Córrego Bom Sucesso, próxima à sua casa.

No quarto e último ano do ensino primário, passou a estudar na cidade e para isso percorria os oito quilômetros de distância da escola no lombo de um cavalo. Com a finalização dessa etapa da educação, os Pimentel transferem a residência para a cidade de Jales e instalam um açougue.

Mesmo com pouca idade, Sideni auxiliava com os documentos e algumas tarefas da empresa. Antes ainda de chegar à maioridade, começou a trabalhar em um cartório extrajudicial em Jales, onde inclusive prestou concurso para efetivar o vínculo e cuidar dos processos do cartório.

Neste período da história do Poder Judiciário o serviço extrajudicial era responsável pela movimentação dos processos do fórum, tendo se tornado este o primeiro encontro de Sideni com as audiên-





cias e com os juízes. O indicativo e o desejo de seguir a carreira jurídica nasce neste período na vida do jovem funcionário do cartório.

O vestibular para Direito foi o próximo passo. Estudar em São José do Rio Preto (SP), a 150 quilômetros de Jales, foi um desafio que perdurou quatro anos percorrendo o trajeto de ônibus à noite, até a conclusão do curso em 1977, pela Faculdade de Direito Riopretense.

No decorrer desse período deixou o emprego no cartório e foi trabalhar como estagiário em um escritório de advocacia. Época na qual também se casou com Maria Aparecida Gonçalves Pimentel, com quem tem três filhos: Renata, Rodrigo e Ana Carolina.

Em Paranaíba (MS), em atendimento a um cliente, deparou-se com o anúncio de inscrições abertas para o concurso da magistratura no Estado de Mato Grosso do Sul. De posse da informação inscreveu-se e fez a prova, logrando êxito no intento, juntamente com outros oito novos juízes.

Em 30 de abril de 1981, ingressou na magistratura como Juiz Substituto, designado para a comarca de Porto Murtinho, de Primeira Entrância. Depois de cerca de seis meses, já com a família instalada na cidade, mas diante da precariedade do local para moradia, a alta incidência de mosquitos, o calor, a iminência de enchentes durante as cheias do Pantanal e o acesso difícil, até por telefone, tornaram a remoção uma necessidade.

Coxim estava sem juiz já há algum tempo, provavelmente por conta da quantidade de processos acumulados, mas serviu como oportunidade para solicitar por ofício o interesse em ser transferido. Assim, por interesse da administração, foi removido para a comarca de Coxim, de igual entrância, em 1981.

Dois anos depois, foi promovido, por merecimento, como Juiz de Direito, para a 2ª Vara Cível da Comarca de Aquidauana, Segunda Entrância, em 1983. Removido, a pedido, para a 2ª Vara da comarca de Cassilândia, em 1985.



Foi promovido, por merecimento, para a 7ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, Entrância Especial, em 1987, e removido, a pedido, para a 12ª Vara Cível da mesma comarca, em 1990.

Na Capital foi presidente da Associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul - Amamsul, no período de 1995 a 1996. Foi diretor da Escola Superior da Magistratura - Esmagis e dedicou tempo à docência na Fucmat na cadeira de Processo Civil.

Com a promulgação da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, foi nomeado um dos primeiros juízes do juizado, juntamente com o juiz Darion Leão Lino, passando a atuar todas as noites no edifício localizado à época na Avenida Calógeras, em frente ao Hotel Cosmos.

Posteriormente, como juiz diretor do Foro da Capital, promoveu a mudança do fórum do prédio da Avenida Fernando Corrêa da Costa para o novo endereço na Rua da Paz. O novo prédio, Fórum Heitor Medeiros, chegou como uma proposta moderna, amplo, informatizado e capaz de acomodar com conforto servidores e os 50 juízes da época, para uma prestação jurisdicional mais rápida.

Por antiguidade, foi promovido, ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul em julho de 2008, no qual atua desde então e, para o biênio 2021-2022, exerce o cargo de Vice-Presidente.

Foi juiz eleitoral e membro do Tribunal Regional Eleitoral e pelos relevantes serviços prestados à comunidade e pela contribuição de forma destacada para o desenvolvimento e projeção da cidade e do Estado, recebeu o Título de Cidadão Campo-Grandense, da Câmara Municipal de Campo Grande, e o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense, da Assembleia Legislativa.





# DORIVAL RENATO PAVAN

Promovido por merecimento, do cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Campo Grande, para exercer o cargo de Desembargador do TJMS, conforme Portaria nº 297, de 25 de junho de 2008, publicada no DJ 1758, de 27 de junho de 2008. Assumiu as funções em 28 de julho de 2008.

**N**asceu em Mandaguari (PR), em 21 de julho de 1957, filho de Osvaldin Pavan e Mafalda Panucci Pavan, porém foi criado em Terra Boa (PR), onde viveu até os 12 anos de idade. Com o objetivo de estudar, mudou-se para Londrina (PR) acompanhando o seu tio Nelson, embora o nome de batismo seja Eugênio Pavão (com “ão” mesmo). No Colégio Londrinense permaneceu até concluir o terceiro ano científico.

Os estudos foram complementados com o cursinho do Colégio Canadá e assim o vestibular na Universidade Estadual de Londrina foi garantido.

Com 16 anos, Pavan começou a trabalhar e garantir o sustento no escritório de advocacia com o primo, advogado Rubens Pavan, e ali permaneceu durante todo o período de faculdade.

Quando se formou em Direito, no ano de 1980, resolveu vir para Campo Grande para advogar, ampliando as possibilidades e evitando concorrer com o escritório do primo. Com as economias montou seu primeiro escritório na Rua Padre João Crippa, entre a Av. Afonso Pena e a Rua 15 de Novembro. Em 1983, mudou-se para a Rua 14 de Julho, época na qual casou-se com Aimê Loureiro de Carvalho Pavan e também começou a estudar para o concurso da magistratura.

A motivação pela magistratura veio da própria figura do juiz que, dentro da rotina do jovem advogado e em suas constantes idas ao fórum, era sinônimo de admiração e apreço. Na primeira oportunidade, em 1985, passou em quinto lugar para Juiz Substituto.



Ingressou na magistratura como juiz substituto na comarca de Coxim e foi designado para atuar na comarca de Pedro Gomes. Em 1986, foi promovido, por antiguidade, para o cargo de Juiz de Direito de Primeira Entrância da comarca de Ribas de Rio Pardo. Neste ano nasceu o filho Renato.

Em 1988, foi promovido, por merecimento, para o cargo de Juiz de Direito de Segunda Entrância da 3ª Vara Cível da comarca de Corumbá, onde nasceu a filha Camila.

Por merecimento, foi promovido ao cargo de Juiz de Direito, Entrância Especial, da 3ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, em 1991. Removido por permuta, no interesse da justiça, para a 5ª Vara Cível da mesma comarca, em 1992. Conforme Resolução n. 221, a designação da 5ª Vara Cível passou à 2ª Vara Cível.

Em 1999, o Des. Rêmolo Letteriello o chamou para ser Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça, junto com o juiz Vilson Bertelli. As administrações seguintes o mantiveram na função, considerando que à época não havia limite temporal para o exercício.

Em 2008, por merecimento, foi promovido ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ao longo da trajetória atuou no Tribunal Regional Eleitoral como Juiz da 35ª Zona Eleitoral de Campo Grande (MS), membro da Coordenação da Fiscalização de Propaganda Eleitoral nas eleições de 2002, Juiz Substituto do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul e autor do livro Propaganda Eleitoral, Livro de bolso, 2008.

Desde a chegada em Campo Grande, a convite do Des. Marco Antônio Cândia, deu uma aula sobre Jurisdição na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e se interessou pela docência. Dedicou, posteriormente, longos anos ao ensino na cadeira de Processo Civil da UCDB, mas também na Uniderp e na Universidade Federal de MS. Montou, ainda, um curso na área, em parceria com o Ministério Público, na Fundação Escola Superior do Ministério Público, por seis anos.



Fez parte da Comissão de Juristas que debateu o Código de Processo Civil no Senado da República, a convite do Senador Valter Pereira. Junto com Luiz Henrique Volpe Camargo e o professor Cassio Scarpinella Bueno, fizeram uma nova proposta do CPC que foi remetido à Câmara dos Deputados. Nesta fase participou minimamente, mas em 2015 o projeto foi aprovado e Pavan tem orgulho de ter participado do processo de formação legislativa do novo Código.

Em 2021 foi eleito Diretor da Escola Judicial do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.

Entre as obras publicadas também estão: Teoria Geral Dos Recursos Cíveis, Editora Oliveira Mendes; Comentários ao Código de Processo Civil, organizada pelo Professor Cassio Scarpinella Bueno, em 4 volumes; Cumprimento de Sentença, junto com Scarpinella. Além disso, possui vários artigos doutrinários publicados na Revista de Processo, Revista dos Tribunais, Revista Jurídica e outros periódicos jurídicos.

Pelos relevantes serviços realizados pela sociedade, em 2008 recebeu o Título de Cidadão Campo-Grandense.



# VLADIMIR ABREU DA SILVA

Foi promovido, por merecimento, do cargo de Juiz de Direito Auxiliar da Capital, para exercer o cargo de Desembargador do TJMS, conforme Portaria nº 295, de 25 de junho de 2008, publicada no DJ 1758, de 27 de junho de 2008. Assumiu as funções em 28 de julho de 2008.

**N**ascido em Bauru (SP), no dia 10 de outubro de 1957, filho de Mário Rodrigues da Silva e Lenita Abreu da Silva. Iniciou os estudos no grupo escolar Irmã Arminda Sbrissia, na cidade natal, onde concluiu o primário e depois prestou admissão ao ginásio para o Colégio Estadual Professor Christino Cabral, permanecendo até finalizar o colegial.

Prestou vestibular para a Faculdade de Direito de Bauru, mantida pela Instituição Toledo de Ensino, concluindo o curso em 26 de dezembro de 1980. Neste período já trabalhava como office-boy na Companhia Energética de São Paulo – Cesp, no setor jurídico de linhas de transmissão.

A vida profissional foi toda em ambientes do Direito e no convívio com advogados, o que despertou interesse irreversível pela profissão. Quando chegou ao terceiro ano da graduação, formou um grupo para começar a vida como advogado e por indicação de um professor optaram por Mato Grosso do Sul como o palco ideal para iniciar a carreira.

Estado novo e promissor ligado por linha férrea com Bauru (SP), tinha tudo para dar certo. A opção de sede foi a cidade de Ivinhema, recém desmembrada de Nova Andradina. Chegaram em julho de 1981 e a comarca havia sido instalada em março do mesmo ano. Eram apenas quatro advogados atuando no local.

Em 1985, prestou concurso para a magistratura e ingressou como juiz substituto, na comarca de Campo Grande, em fevereiro de 1986. Três meses depois foi promovido, por antiguidade, para o cargo de Juiz de Direito da Comarca de Miranda, de Primeira Entrância, em 1986.





Por merecimento, foi promovido em 1988 para o cargo de juiz da 1ª Vara da Comarca de Jardim, de Segunda Entrância, e acumulava a função de primeiro substituto de Porto Murtinho, distante 200 quilômetros de Jardim, com acesso por estrada de chão.

Também por merecimento foi promovido em 1995 para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara de Fazenda Pública e Registros Públicos da comarca de Campo Grande, Entrância Especial. Removido, por permuta, para o cargo de Juiz de Direito Auxiliar da Capital, no ano de 2007.

Foi juiz eleitoral da 36ª Zona de Campo Grande de março de 2000 a março de 2002. Designado membro titular da 3ª Turma Recursal Mista dos Juizados Especiais para o biênio 2001/2003.

Na Associação dos Magistrados de MS (Amamsul), foi diretor de Patrimônio, no biênio 2005-2006. Foi designado juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça para o biênio 2005-2006 e juiz auxiliar da Presidência do Tribunal no biênio 2007-2008.

Em julho de 2008, foi promovido, por merecimento, ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.

Foi membro do Conselho Estadual Antidrogas e presidiu a Comissão de Alienação de Bens Apreendidos em Ações Penais. Na sua gestão foram iniciados os leilões dos bens apreendidos, convertendo patrimônio que estava se deteriorando, em pecúnia disponível para ser requerida pela parte interessada no processo.

O Des. Vladimir Abreu da Silva é casado com Elizabete Machado Abreu da Silva. Pelos relevantes serviços prestados à sociedade recebeu os títulos de Cidadão de Ivinhema e de Campo Grande.





# LUIZ TADEU BARBOSA SILVA

Foi nomeado em vaga criada pela Lei nº 3.507, de 7 de maio de 2008, 5º Constitucional (OAB), para exercer o cargo de Desembargador do TJMS, na vaga reservada a Advogados, conforme Decreto Governamental “P” nº 2287, de 4 de julho de 2008, publicado no Diário Oficial nº 7247, de 7 de julho de 2008. Assumiu as funções em 28 de julho de 2008.

**N**atural de Piquerobi (SP), nasceu em 11 de agosto de 1954, filho de Luiz Bernardino da Silva e Maria José Alves Barbosa Silva, e com seis anos de idade mudou-se para Dourados (MT). A família buscava os benefícios do programa do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário - INDA e se instalou em Vila Brasil, que hoje é o município de Fátima do Sul. Nesta época iniciou seus estudos, concluídos com a formação em Técnico de Contabilidade na Escola Estadual Vicente Pallotti.

Tadeu trabalhava desde pouca idade em escritório de contabilidade e com a chegada do novo juiz, Gilberto da Silva Castro, posteriormente empossado Desembargador, surgiu uma oportunidade que mudaria o curso de sua vida definitivamente.

Neste período da história, os processos judiciais tinham seu curso nos cartórios extrajudiciais, responsáveis também pela oferta de servidores para a Justiça Estadual.

O notário do cartório extrajudicial, Reinaldo Rodrigues de Almeida, responsável pelos processos da comarca foi acionado para juiz Gilberto para que contratasse um exímio datilógrafo para disponibilizar como escrivão do fórum.

Em busca do datilógrafo, Reinaldo teve a indicação de Tadeu por duas vezes, sendo uma no escritório do respeitado Emílio Cândido de Sá e outra pelo despachante Gilberto Ramalho. Apontado como exímio datilógrafo, o convite veio e assim, com 17 anos, Tadeu iniciou novo desafio profissional auxiliando o juiz Gilberto.

Já trabalhando no fórum, com a conclusão do ensino médio, buscou uma graduação em outras localidades, considerando que em Fátima do Sul e região não havia ofertas. A escolha foi o curso vago de Economia na Faculdade de Marília (SP). Uma vez no mês, por cinco dias, o compromisso era com o curso no interior de São Paulo. Assim passaram-se dois anos.

Com a chegada do novo Juiz na comarca, Sílvio Aparecido Barbeto, e abertura do primeiro Curso de Direito na Socigran, que depois veio a se tornar a Unigran de Dourados, o Curso de Economia ficou no passado. Para viabilizar os estudos, além de bolsa parcial de estudos, Tadeu passou a contar com as caronas diárias do Juiz Sílvio Barbeto, que dava aulas no curso de Direito.

Concluindo o Bacharelado em Direito, deixou as atividades de cartório e imediatamente foi convidado para ser professor do curso, atividade que exerceu por 25 anos. A preparação para a docência o levou a se habilitar para o Magistério do 3º Grau, pelo Centro de Pós-Graduação da hoje Universidade de Marília-SP (UNIMAR), e mestrado em Direito pela Universidade Gama Filho (RJ), área de concentração no Direito Econômico Constitucional, com título expedido em 12 de abril de 2005.

Foi Professor licenciado de Direito Processual Civil do curso de Pós-Graduação da Unigran (Centro Universitário da Grande Dourados).

Casado com Norma Suely Freitas Barbosa, além das aulas, Tadeu advogou na região da Grande Dourados, de 1980 a 2008. Participou da Diretoria da 4ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, em Dourados, no biênio 1989-1991, exercendo interinamente a Presidência. Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Mato Grosso do Sul, no biênio 1990-1992. Conselheiro suplente da OAB/MS no biênio seguinte. Fez parte do Tribunal de Ética e Disciplina (TED), da referida instituição, como membro efetivo, de 25 de janeiro de 2004 até o início de setembro de 2007, tendo ocupado a vice-presidência na última gestão.



Candidatou-se para concorrer à vaga de Desembargador, pelo Quinto Constitucional, no início do ano de 2008 e ingressou na magistratura como desembargador na vaga correspondente em 28 de julho de 2008.

Na mais alta corte foi membro do Conselho Estadual Judiciário de Adoção Internacional do TJMS. Exerceu por 10 anos a presidência do Comitê Gestor de Informática do TJMS, tendo implementado o processo totalmente eletrônico. No biênio 2021-2022 exerce o cargo de Corregedor-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

Foi Diretor da Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso do Sul - Esmagis, no biênio 2015-2016. Ao longo da carreira publicou artigos em revistas, livros e sites, dos quais se destacam: Aplicação dos princípios de direito como objeto de investigação jurídica, artigo publicado na Revista Direito em Questão - Aspectos Obrigacionais, p. 249/256, Editora UCDB, Campo Grande-MS, 2000; Reforma estrutural do Judiciário e perspectivas de novas metodologias na aplicação do direito - artigo publicado na Revista Direito em Questão - Aspectos Princiopológicos da Justiça, p. 87/99, Editora UCDB, Campo Grande-MS, 2001; Rescindibilidade da sentença protegida pela coisa julgada - artigo disponibilizado no site [www.jusnavigandi.com.br](http://www.jusnavigandi.com.br), de maio de 2003 e publicado na Revista Jurídica da UNIGRAN - Centro Universitário da Grande Dourados, p. 45/58, Dourados-MS, jul./dez.2003, v. 5; Da ação de adjudicação compulsória resultante do contrato preliminar - artigo publicado na Revista Jurídica da UNIGRAN - Centro Universitário da Grande Dourados, p. 141/160, Dourados-MS, jan./jun.2003, v.5, n. 9.; Livro: Teoria e Direito das Obrigações Contratuais, Campinas: Bookseller, 2005, como colaborador, obra coordenada pela professora Vilma Maria Inocêncio Carli.

Publicou o artigo Da ação de adjudicação compulsória resultante do contrato preliminar e do contrato de compromisso de venda e compra, na Revista dos Tribunais, ano 95, março de 2006, volume 845, p.50/64, ISSN 0034-9275, São Paulo: RT.



Limites éticos na contratação de honorários - artigo disponibilizado no site [www.jusnavigandi.com.br](http://www.jusnavigandi.com.br), acesso em 29 out. 2006. Publicado, de forma resumida, na Revista da OAB de Mato Grosso do Sul, ano II, edição nº 08, 2006, p. 24/25; e o artigo Da captação ilícita de sufrágio a que se refere o art. 41-A da Lei 9.504/97, in Direito Eleitoral Brasileiro - temas contemporâneos -, juntamente com Elton Luis Nasser de Mello, ano 2014, p.146/161, São Paulo: Editora Pillares. Ministrou ainda dezenas de palestras.



# FERNANDO MAURO MOREIRA MARINHO

Promovido por antiguidade do cargo de Juiz de Direito da 11ª Vara Cível da comarca de Campo Grande, para exercer o cargo de Desembargador do TJMS, conforme Portaria nº 403, de 12 de agosto de 2008, publicada no DJ 1792, de 15 de agosto de 2008. Assumiu as funções em 3 de setembro de 2008.

**M**ineiro nascido em Belo Horizonte, no dia 18 de setembro de 1950, segundo dos nove filhos de Fernando Barroca Marinho e Terezinha Mariza Moreira, Fernando Mauro Moreira Marinho começou os estudos na Escola Municipal Dom Bosco, onde fez o pré-primário. Passou pelo Curso Chopen e fez parte do ginásial no Seminário Seráfico Santo Antônio, em Santos Dumont (MG), e no Colégio Santo Agostinho. Terminou o Colegial Clássico no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Minas Gerais, atualmente Centro Pedagógico da UFMG.

Prestou vestibular para a Universidade Católica de Minas, onde formou-se em Direito, em 1975. Passou então a exercer a advocacia na área cível e trabalhista. A base era Belo Horizonte, mas atuava no Brasil inteiro.

Com a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, o desejo de se tornar magistrado aflorou, junto com a oportunidade de ir para um lugar novo e crescer junto com ele. Diante da reportagem televisada do ato de instalação de MS, Fernando comentou com seu pai seu ideal e logo, o que era sonho, se tornou realidade.

Teve êxito no concurso da magistratura e, em 1980, foi nomeado para exercer o cargo de Juiz de Direito de Primeira Entrância na comarca de Jardim, substituindo em Bela Vista e Porto Murtinho, num tempo em que o asfalto da rodovia chegava somente até Aquidauana.





Em Jardim, conheceu e casou-se com a paranaense Rosana Mara Cristofaro de Moreira e Marinho, concluindo a benção do almejado sonho de crescer junto a um Estado novo em todos os sentidos da vida.

Dois anos depois foi promovido por merecimento ao cargo de Juiz de Direito de Segunda Entrância, para a 1ª Vara da comarca de Amambai. Por antiguidade, foi promovido ao cargo de Juiz de Direito de Entrância Especial da Vara Distrital de Terenos, em 1988, e removido, a pedido, para a 1ª Vara Cível da comarca de Campo Grande, em 1991, até chegar, pelo interesse da justiça, para a 2ª Vara Criminal de Campo Grande em 1992.

Em 1994 a designação da 2ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande passou à 2ª Vara da Infância e de Juventude, conforme a Resolução nº 221, de 6 de setembro de 1994. Foi removido para a Vara de Sucessões da mesma comarca em 2002.

Em setembro 2008 foi promovido, por antiguidade, ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.

Tem diversos artigos publicados em revistas especializadas, inclusive sobre Direito Eleitoral. Entre os hobbies se destaca o gosto pela fotografia e as viagens, além de apreciar bons vinhos. Em 2022 completou 42 anos de atividades no Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, sendo atualmente o magistrado mais antigo em atividade no MS, oriundo do 2º Concurso da Magistratura local.





# JÚLIO ROBERTO SIQUEIRA CARDOSO

Promovido, por merecimento, do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da comarca de Campo Grande, para exercer o cargo de Desembargador do TJ/MS, conforme Portaria nº 173, de 18/03/2009, publicada no DJ 1929, de 20/3/2009. Assumiu as funções em 22/04/2009.

**N**atural de Mogi das Cruzes, no Estado de São Paulo, filho de Júlio Bettoi Cardoso e Zélia Siqueira Cardoso. Nascido em 17 de junho de 1949, estudou na Grupo Escolar Coronel Almeida e no Instituto de Educação Washington Luís, ambos em sua terra natal.

Aprovado no vestibular em 1967, formou-se em Direito pela Universidade Braz Cubas (UCB), de Mogi das Cruzes, em 1972. Em 1973 concluiu a graduação no curso de Administração de Empresas na Universidade de Mogi das Cruzes (UMC).

Casado com Elenice Moriconi Garcia Cardoso. Após formado atuou como advogado, com participação na equipe do banco Bradesco, em Osasco; no escritório de advocacia do Dr. Cássio Werneck, em São Paulo; e por último advogou em seu próprio escritório.

Na década de 1970, trabalhou ainda como radialista esportivo na cidade de Mogi das Cruzes e nas rádios Excelsior e Metropolitana, em São Paulo.

Em 1983 fez cursinho no grupo Damásio Educacional, na unidade de origem, em São Paulo, onde teve como professores o próprio Damásio, o ex-ministro Celso de Mello, do STF, Marcato, o ex-governador de SP, Luiz Antônio Fleury Filho, e o ex-ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

Aprovado no concurso da magistratura, foi nomeado para exercer o cargo de Juiz Substituto junto à 2ª Circunscrição Judiciária de Dourados. Em 5 de dezembro de 1984 tomou posse como juiz substituto da comarca de Itaporã, sendo que nessa condição atuou em Fátima do Sul, Maracaju e Glória de Dourados.



Promovido por merecimento em janeiro de 1985, tomou posse como Juiz de Direito de Primeira Entrância na comarca de Aparecida do Taboado, onde permaneceu até 1987. Novamente por merecimento, foi promovido para a comarca de Paranaíba, de Segunda Entrância, como titular da 2ª Vara até 10 de abril de 1995.

Em abril de 1995, mais uma vez por merecimento, foi promovido à Entrância Especial, desta vez à comarca de Campo Grande, onde atuou junto à 1ª Vara do Tribunal do Júri.

Promovido, por merecimento, em abril de 2009, ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

Foi “delegado” do Instituto dos Magistrados Brasileiros, para o Estado de Mato Grosso do Sul, de 1986 a 1992. Atuou como juiz eleitoral na 34ª (Aparecida do Taboado), 7ª (Paranaíba) e 8ª (Campo Grande) Zonas Eleitorais do Estado do Mato Grosso do Sul, e ainda como juiz eleitoral junto ao Tribunal Regional Eleitoral, de março de 2005 a março de 2007. Foi ainda membro titular da 3ª Turma Recursal Mista dos Juizados Especiais.

Em reconhecimento aos trabalhos realizados recebeu os títulos de Cidadão Campo-grandense, em 2001, por indicação da Câmara Municipal de Campo Grande; de Cidadão Sul-mato-grossense, por meio de Decreto Legislativo de 2002; e de Cidadão Paranaibense, em 2006, por indicação da Câmara Municipal de Paranaíba.

Lecionou na Sociedade Civil da Grande Dourados – Socigran, atual Unigran, no ano de 1984; na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, campus de Paranaíba, nos anos de 1994 e 1995; na Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, em 1995 e 1996; nas Faculdades FIC-UNAES, no período de 1996 a 1999; e na Universidade para o Desenvolvimento do Estado e Região do Pantanal – Uniderp, de fevereiro de 2000 a abril de 2005. Ministrou ainda aulas inaugurais de Direito Penal aos novos magistrados, junto à Escola Superior da Magistratura. Foi diretor da Escola Judicial de Mato Grosso do Sul (Ejud-MS) nos biênios 2015/2016, 2017/2018 e 2019/2020.





# DORIVAL MOREIRA DOS SANTOS

Promovido, por antiguidade, do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos da comarca de Campo Grande, para exercer o cargo de Desembargador do TJ/MS, conforme Portaria nº 309, de 27/05/2009, publicada no DJ 1974, de 29/5/2009. Assumiu as funções em 9/9/2009.

**P**aulista de Votuporanga, nascido em 19 de abril de 1946, filho de Sebastiana Moreira dos Santos e Antonio dos Santos Filho. Casado com Ivone Oliveira dos Santos, formou-se na faculdade de Direito de Rio Preto, no Estado de São Paulo.

Aprovado no concurso da magistratura, foi nomeado para o cargo de Juiz Substituto na 1ª Circunscrição - Campo Grande. Tomou posse e prestou compromisso legal no dia 25 de maio de 1982.

Por merecimento, foi promovido ao cargo de Juiz de Direito de Primeira Entrância da comarca de Pedro Gomes, e empossado no dia 2 de setembro de 1982. Promovido, por merecimento, no dia 16 de maio de 1985 assumiu o cargo de Juiz de Direito da Vara Cível da comarca de Corumbá, de Segunda Entrância.

Removido, a pedido, em dezembro de 1987, para a 2ª Vara Cível da comarca de Dourados, onde exerceu o cargo de Diretor do Foro por três oportunidades. Em março de 1989, foi promovido por merecimento para Juiz de Entrância Especial, na mesma comarca.

Em setembro de 2002 foi removido para o cargo de Juiz de Direito Auxiliar na comarca de Campo Grande e, em novembro de 2004, novamente por remoção, passou a atuar na Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos de Campo Grande.

Empossado no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul no dia 9 de setembro de 2009.

Foi presidente da Associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul (Amamsul) no biênio 2009/2010 e Corregedor-Geral de Justiça adjunto no biênio 2011/2012.

Aposentou-se em 6 de fevereiro de 2019.



# MARCO ANDRÉ NOGUEIRA HANSON

Promovido, por merecimento, do cargo de Juiz de Direito da 6ª Vara Cível da comarca de Campo Grande, para exercer o cargo de Desembargador do TJ/MS, conforme Portaria nº 21, de 13/1/2010, publicada no DJ 2115, de 15/1/2010. Assumiu as funções em 10/2/2010.

**N**atural de Campo Grande (MS), nascido em 18 de março de 1959, estudou o primário no Externato São José e no Externato Americano. De lá foi para o Colégio Dom Bosco, em 1969, a partir do 4º ano primário, onde também fez o ginásio e o científico.

No ano de 1977 entrou no curso de Direito da Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT), formando-se em dezembro de 1981. Antes de ingressar na faculdade trabalhou por cerca de um ano na Rádio Difusora.

Filho de Norman Edward Hanson e Célia Nogueira Hanson, desde criança queria ser juiz. Em março de 1979 iniciou a vida pública como assistente administrativo na Procuradoria-Geral do Estado. Em abril de 1982 foi para Três Lagoas como procurador regional do Estado, onde permaneceu por quatro anos. Casou-se com Tânia Aparecida Pereira Hanson, com quem teve os filhos Mahara Pereira Hanson e Marco Antônio Pereira Hanson.

Aprovado no concurso da magistratura em 1986, iniciou a trajetória de magistrado como Juiz Substituto em Dourados. Em 1987, por merecimento, foi promovido a juiz de Direito para atuar em São Gabriel do Oeste, comarca de Primeira Entrância.

No ano seguinte, por merecimento, foi promovido para Segunda Entrância e julgou na Vara Criminal de Naviraí. Em 1990, a pedido e por permuta, foi removido para a 2ª Vara de Coxim. Por antiguidade, em 1996, foi promovido para Entrância Especial para o cargo de juiz titular da Vara de Falências, Concordatas e Insolvências de Campo Grande. Novamente por permuta e a pedido, em 1997, foi removido para a 6ª Vara Cível da Capital.



Em janeiro de 2010, foi promovido, por merecimento, ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

O Des. Marco André Nogueira Hanson atuou como juiz auxiliar da Presidência do TJMS, no biênio 2005-2006, e juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça nos biênios 1999-2000 e 2001-2002. Ele também foi presidente da Associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul (Amamsul) e diretor da Escola Superior da Magistratura (Esmagis). Foi membro efetivo de TRE/MS, na classe de Juiz de Direito, no biênio 2009-2010.

Recebeu os títulos de Cidadão de São Gabriel do Oeste e Corumbá.



(In memoriam)



# MANOEL MENDES CARLI

Promovido, por antiguidade, do cargo de Juiz de Direito da Vara de Execução Fiscal da Fazenda Pública Municipal da comarca de Campo Grande, para exercer o cargo de Desembargador do TJ/MS, conforme Portaria nº 431, de 14/7/2010, publicada no DJ 2238, de 19/7/2010. Assumiu as funções em 18/8/2010.

**P**aulista de Andradina, nasceu em 14 de maio de 1948, filho de Agenor Carli e Mariana Mendes Carli. Casou-se com Vilma Maria Inocência Carli e concluiu o curso de Direito pela Faculdade de Direito Laudo de Camargo, em Ribeirão Preto-SP, em 1975.

Aprovado em concurso público para a Magistratura, foi nomeado para o cargo de Juiz Substituto, em março de 1982, tendo iniciado o exercício da judicatura na 8ª Circunscrição.

Foi promovido, por merecimento, ao cargo de Juiz de Direito de Primeira Entrância, em julho de 1982, para Mundo Novo. Em dezembro de 1984, também por merecimento, foi promovido para a comarca de Amambai, de Segunda Entrância.

Em dezembro de 1985, foi removido para a 1ª Vara Cível da comarca de Três Lagoas.

Promovido em setembro de 1990, por antiguidade, para a 6ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, no cargo de Juiz de Direito de Entrância Especial. Removido, em abril de 2001, para a Vara de Execução Fiscal da Fazenda Pública Municipal da mesma comarca.

Foi convocado para exercer as atribuições de Desembargador no Tribunal de Justiça, durante a vacância do cargo, a partir de setembro de 2009.

No dia 18 de agosto de 2010 foi promovido, por antiguidade, ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

Faleceu no dia 17 de novembro de 2018.





# RUY CELSO BARBOSA FLORENCE

Promovido, por merecimento, do cargo de Juiz de Direito da Vara de Execução Fiscal da Fazenda Pública Estadual da comarca de Campo Grande, para exercer o cargo de Desembargador do TJMS, conforme Portaria nº 270, de 13 de abril de 2011, publicada no DJ 2407, de 25 de abril de 2011. Assumiu as funções em 18 de maio de 2011.

**N**ascido no dia 7 de janeiro de 1955 em Espírito Santo do Pinhal e registrado no município de Aguaí, ambos no Estado de São Paulo, filho de Carlos Alberto Florence e Elvira Barbosa Florence. Casado com Sônia Bertoli Florence, estudou em seu município natal até o penúltimo ano do grupo escolar, quando mudou-se para São João da Boa Vista, onde concluiu o primário, o ginasial e o científico. Seguiu então para fazer cursinho em Campinas e ingressar no curso de Ciências Jurídicas e Sociais na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, onde formou-se em 1979.

Terminada a faculdade, no dia da diplomação foi convidado pelo Reitor para ser professor do Departamento de Filosofia do Direito da PUC-Campinas, onde permaneceu de 1980 a 1986. Além do início na docência, advogou por cinco anos e meio em Campinas e região, principalmente na área criminal. A ideia de prestar o concurso para magistratura em Mato Grosso do Sul veio de um amigo advogado, colega de faculdade, que tinha parentes no Estado e, inclusive, fez sua inscrição no certame.

Prestou então o concurso para a magistratura de Mato Grosso do Sul e logrou êxito. Passou a atuar como Juiz em Bonito, comarca de Primeira Entrância, onde tomou posse em 1986. Foi promovido por merecimento para a 1ª Vara Cível e Criminal da comarca de Paranaíba, de Segunda Entrância, em 1988. A pedido removeu-se para a 1ª Vara Cível da comarca de Aquidauana em 1990 e por merecimento foi promovido para a 4ª Vara de Família de Campo Grande, comarca de Entrância Especial, em 1996. Por permuta seguiu para a Vara de Execução Fiscal Estadual de Campo Grande em 2007.



Ainda magistrado no interior do Estado, participou do grupo de magistrados que atuou na criação dos Juizados Especiais. Em Campo Grande também foi juiz titular do 6º Juizado Especial Cível de 1996 a 1999, e do Juizado do Consumidor de 1999 a 2001, tornando-se o primeiro Juiz do consumidor do país. Atuou como presidente da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais de 2003 a 2005. Foi membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral na classe Juiz de Direito, de 2008 a 2009. Foi Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul – biênios 2001/2002 e 2009/2010. Foi Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul em 2011, até tomar posse como Desembargador.

Como Desembargador, entre outras funções, atua como coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do TJMS, foi diretor-geral da Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul e diretor da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de MS.

Especialista em Direito Penal e Criminologia pela PUC-Campinas (1983), Especialista em Antropologia Filosófica aplicada ao Direito - Escola Superior da Magistratura de MS (1995), Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1995) e Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005).

Professor da Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso do Sul desde 1989, da qual ajudou na criação, e professor decano dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito da Universidade Anhanguera – Uniderp, do qual foi responsável pela instalação dos cursos, tendo sido o primeiro coordenador do Curso de Direito da Uniderp e nome da primeira turma de formandos. Professor convidado da Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul e professor convidado da Escola Paulista da Magistratura.

Professor Doutor da Cadeira de Direito Penal dos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade Insted e coordenador do curso de Pós-Graduação em Direito Penal e Processo Penal da Faculdade



Instituído de Campo Grande (MS). Membro do Conselho da Escola Judicial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, Vice-Presidente da Academia Sul-Mato-Grossense de Direito Público, membro da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras Jurídicas, membro do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, orientador de Projetos de Dissertação e de Teses dos programas de Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado, desenvolvidos pelas principais Universidades da Argentina e Portugal, em parceria com o Instituto de Educação Superior Latino-americano, e membro do Conselho Editorial de diversas publicações jurídicas brasileiras.

Participou de dezenas de Cursos, Simpósios, Seminários, Congressos, Encontros, Ciclos e eventos voltados ao conhecimento jurídico.

Em reconhecimento aos trabalhos prestados à sociedade, recebeu o título de cidadão sul-mato-grossense da Assembleia Legislativa, em 2003, o título de cidadão aquidauanense da Câmara Municipal de Aquidauana-MS, em 2008, título de Cidadão Honorário Paranaibense da Câmara Municipal de Paranaíba-MS, em 2011, e o título de Cidadão Campo-Grandense em 2013. Foi presidente da Associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul no biênio 1997/1998.

Entre as obras publicadas destacam-se: Como Redigir Petição Inicial, publicado pela Editora Saraiva em 2001, com coautoria do professor Hildebrando Campestrini e atualizado em 2010; Teoria da Imputação Objetiva: Sua aplicação aos Delitos Omissivos do Direito Penal Brasileiro, de 2009; o Capítulo 17 – Existe futuro para os partidos políticos?, da obra coletiva Temas Atuais de Direito Eleitoral - estudos em homenagem ao Ministro José Augusto Delgado – Editora Pillares; e o Capítulo 19 – Princípios Constitucionais Penais, da obra coletiva Estudos Contemporâneos de Direito Público - em homenagem ao Ministro Cesar Asfor Rocha – Editora Pillares.



# FRANCISCO GERARDO DE SOUZA

Promovido por antiguidade do exercício de Juiz de Direito da 1ª Vara de Execução Penal da Comarca de Campo Grande, para exercer o cargo de Desembargador do TJMS, conforme Portaria nº 202, de 11 de abril de 2012, publicada no DJ 2627, de 12 de abril de 2012. Assumiu as funções em 25 de abril de 2012.



Cearense, natural de Fortaleza, nasceu em 28 de setembro de 1949, filho de Raimundo Fernandes de Sousa e Albertina Pereira de Sousa. Casou-se com Francisca Nizia Rocha de Sousa.

Fez o Curso Normal até o ingresso na graduação na Universidade Católica do Ceará. Alistou-se no Exército Brasileiro e foi convocado para Campo Grande (MS). Transferiu o curso de Direito para a Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso e o concluiu em 18 de dezembro de 1975. Também fez o Curso de Administração de Empresas. Passou a advogar, inclusive para o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, por cinco anos. Fez concurso para Procurador da República e para Juiz de Direito. Passou nos dois e escolheu a magistratura para seguir adiante.

Ingressou como Juiz Substituto da 1ª Circunscrição Judiciária – Campo Grande em 5 de abril de 1984. Foi promovido, por merecimento, para a Comarca de Porto Murtinho, de Primeira Entrância, em 5 de setembro de 1984. Foi removido, a pedido, para a Comarca de Itaporã em 7 de março de 1985. Foi promovido, por merecimento, para a 1ª Vara Criminal da Comarca de Corumbá, de Segunda Entrância, em 9 de setembro de 1987. Foi Diretor do Foro no ano de 1989. Por merecimento, foi promovido para a 9ª Vara Criminal da Comarca de Campo Grande, de Entrância Especial, em 23 de setembro de 1991, que posteriormente passou a ser denominada Vara de Execução Penal.

No biênio 1999-2000 presidiu a Amamsul - Associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul.

Foi membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral no período de 2005 a 2007.

Foi promovido, por antiguidade, para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, e tomou posse em 25 de abril de 2012. Aposentou-se em 20 de agosto de 2018.

Entre as homenagens pelos relevantes serviços prestados, recebeu o Título de cidadão Campo-Grandense, em 1997.





# MARCOS JOSÉ DE BRITO RODRIGUES

Promovido por merecimento, do cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara de Sucessões da comarca de Campo Grande, para exercer o cargo de Desembargador do TJ/MS, conforme Portaria nº 474, de 5/9/2012, publicada no DJ 2727, de 6/9/2012. Assumiu as funções em 19/9/2012.

**N**atural de Campo Grande (MS), nascido em 11 de julho de 1958, filho de José Rodrigues de Souza e Erli Brito Rodrigues. Casado com Vera Lúcia Ferreira Rodrigues. Iniciou os estudos no Rio de Janeiro aos 8 anos de idade, na Escola Anne Frank, até mudar-se para São Paulo, onde permaneceu até o ginásio, com passagem pelo Grupo Escolar Gomes Cardim e pela Escola João Ernesto de Souza Campos. Concluiu em Cuiabá (MT) os estudos do ginásio e iniciou o científico no Escola Técnica Federal de Mato Grosso e no Colégio Dom Bosco. Retornou a Campo Grande para concluir o científico na escola Biotec.

Iniciou então o curso de Direito da Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT), onde formou-se em 1983. Após formado, trabalhou no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul como assessor do Des. Rui Garcia Dias e do Des. Gerval Bernardino de Souza, ambos na Presidência, até ser aprovado no concurso da magistratura em 1988.

Ingressou na magistratura como Juiz Substituto em 1988, conforme Decreto Governamental publicado em 25 de novembro. Em maio de 1989, por antiguidade, foi promovido ao cargo de Juiz de Direito da comarca de Rio Brillhante, de Primeira Entrância. No mês de agosto de 1991, por merecimento, foi promovido para a 1ª Vara de Ivinhema, comarca de Segunda Entrância, onde atuou também na Direção do Foro.

Em abril de 1999, foi promovido, por antiguidade, para judicar na 2ª Vara Criminal de Dourados, comarca de Entrância Especial. Em

setembro do mesmo ano, a pedido, foi removido para o cargo de Juiz Auxiliar da Capital.

Em dezembro de 2000, por permuta, foi removido da 6ª Vara Cível para a 2ª Vara de Família e Sucessões de Campo Grande, reclassificado para a Vara de Sucessões em 2008. Atuou também como integrante das Turmas Recursais, nos Juizados Especiais, e foi diretor do Foro da Capital por duas vezes.

Foi designado para a função de juiz auxiliar da Vice-Presidência do Tribunal de Justiça no período de julho de 2010 a janeiro de 2011. Em maio de 2011, por designação, tornou-se juiz auxiliar da Presidência do TJMS até abril de 2012, quando foi convocado para atuar em substituição junto à 2ª Câmara Cível e 1ª Seção Cível do TJMS, até setembro de 2012. Promovido por merecimento para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul em 6 de setembro de 2012.

Lecionou na FUCMT, por três anos, e em Dourados por breve período quando lá esteve como juiz. Em reconhecimento ao trabalho realizado, recebeu os títulos de cidadão dos municípios de Ivinhema e Campo Grande.





# MARIA ISABEL DE MATOS ROCHA

Promovida por antiguidade do cargo de Juíza de Direito da 3ª Vara de Fazenda Pública e Registros Públicos da comarca de Campo Grande, para exercer o cargo de Desembargadora do TJMS, conforme Portaria nº 540, de 17 de outubro de 2012, publicada no DJ 2755, de 19 de outubro de 2012. Assumiu as funções em 31 de outubro de 2012.

**M**oçambicana radicada no Brasil, nasceu em Nampula, no dia 18 de maio de 1956, filha de Amando dos Santos Rocha e Maria Alice de Matos. Fez o curso primário na Escola Neutel de Abreu e o curso secundário no Liceu Almirante Gago Coutinho, ambos em Nampula.

Trabalhou como professora do ensino secundário em vários Liceus de Portugal, lecionando disciplinas das áreas de humanas nos dois últimos anos do Liceu (10° e 11° anos de escolaridade), para alunos adolescentes que se preparavam para ingresso na universidade. As disciplinas eram Direito, Economia, Administração Pública e Relações Públicas.

Fez a graduação em Direito na Universidade de Coimbra, em Portugal, uma vez que em Moçambique, na época, não havia o curso de Direito. Formou-se em 1978.

Radicou-se no Brasil em 1980 e atuou por cinco anos como advogada na Prefeitura Municipal de Itapira (SP).

Prestou concurso para a magistratura do Estado de Mato Grosso do Sul e foi nomeada para o cargo de Juiz Substituto na 8ª Circunscrição Judiciária em 17 de maio de 1985, sendo sua primeira comarca Eldorado.

Foi promovida, por merecimento, ao cargo de Juiz de Direito de Primeira Entrância da comarca de Camapuã em 1986. Em 1988, nova promoção, desta vez por antiguidade, a levou para a 2ª Vara da comarca de Cassilândia, de Segunda Entrância.



Foi promovida por antiguidade para a 1ª Vara da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande, de Entrância Especial, em 1995. Nessa Vara, no ano 2000, a juíza Maria Isabel de Matos Rocha implantou o Projeto Padrinho, programa de incentivo à sociedade civil a prestar apoio solidário às crianças e adolescentes dos processos da Vara de Infância, em especial os acolhidos em instituições.

A magistrada integrou a Comissão Estadual Judiciária de Adoção do TJMS, como magistrada da Infância e Juventude.

Em Campo Grande, atuou como magistrada nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e nas Turmas Recursais.

Em 2007, foi reclassificada para a 3ª Vara de Fazenda Pública e Registros Públicos, também em Campo Grande.

Em 2012, foi promovida, por antiguidade, ao cargo de Desembargadora do Tribunal de Justiça, onde atuou na área criminal.

A Desembargadora foi designada como Coordenadora da Infância e da Juventude do TJMS no biênio 2013-2014.

Aposentou-se em 20 de agosto de 2018.

É mestre em Direito Civil pela Universidade de Coimbra (Portugal), graduada em Letras (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS Campo Grande), pós-graduada lato sensu em Direito e Antropologia Filosófica (Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal - Uniderp) e pós-graduada em Gestão Pública (Universidade Católica Dom Bosco em Campo Grande, MS – UCDB).

Deu aulas nos cursos de Direito da Uniderp, da UCDB e da UNAES. Foi docente da Esmagis e da Ejud-MS.

Publicou vários artigos jurídicos em revistas brasileiras e internacionais, a maior parte sobre temas de Direito da Infância.



A magistrada Maria Isabel recebeu várias premiações por sua atuação na área da Infância e Juventude. Em 2007, ela foi a vencedora no concurso nacional “Mude um Destino”, promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), que distinguiu o Projeto Padrinho como o melhor entre mais de 200 inscritos. Em 2012, o Projeto Padrinho recebeu Menção Honrosa do Conselho Nacional de Justiça, premiação entre 68 propostas.

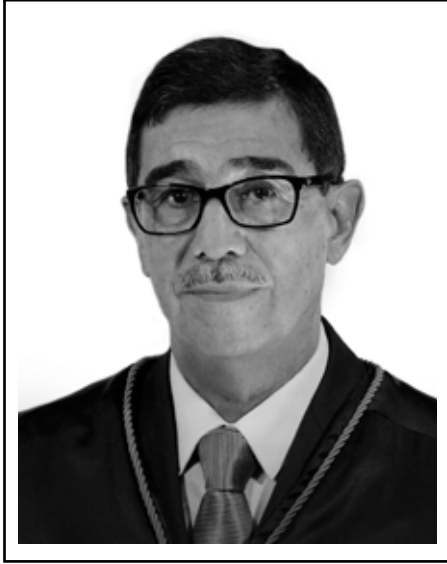
Maria Isabel destacou-se em sua atuação no biênio em que foi Coordenadora da Infância e da Juventude do TJMS, quando foi autora de propostas pioneiras para que o TJMS implantasse a Central do Depoimento Especial de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência, e atuou na instalação da 7ª Vara Criminal de Campo Grande, com competência privativa para julgar os crimes contra crianças e adolescentes, propostas que se tornaram realidade em 2014. Em reconhecimento à boa estruturação e ações da Coordenadoria da Infância, o TJMS recebeu o prêmio do Selo Ouro, outorgado em 2014 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com a UNICEF.

Maria Isabel foi a primeira diretora da Mulher da Associação de Magistrados de Mato Grosso do Sul – Amamsul, quando de sua criação (biênio 2019-2020), desenvolvendo ações de valorização das magistradas estaduais e de mobilização dos magistrados e sociedade em torno do tema da Igualdade de Gênero nas Instituições, mediante várias ações como: o projeto “Eu, Juíza” (2019), com objetivo de dar visibilidade à trajetória das magistradas do TJMS, a ação “Mulheres Falam Direito” e o I Fórum de Igualdade de Gênero nas Instituições. Como resultado desses debates, Maria Isabel organizou uma Coleção de Artigos Científicos produzidos pelas juristas participantes, publicada em 2020.

Em reconhecimento por seu trabalho, a magistrada recebeu Medalhas do TJMS e os títulos de Cidadã Sul-mato-grossense e de Cidadã Campo-Grandense, outorgados pela Assembleia Legislativa de MS e pela Câmara Municipal de Campo Grande, respectivamente.







# LUIZ GONZAGA MENDES MARQUES

Promovido por merecimento do exercício do cargo de Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande, para exercer o cargo de Desembargador do TJMS, conforme Portaria nº 207, de 10 de abril de 2013, publicada no DJ 2861, de 15 de abril de 2013. Assumiu as funções em 24 de abril de 2013.

**G**áucho nascido em São Luiz Gonzaga (RS), no dia 10 de março de 1950, filho de Parahyn Vieira Marques e Almerinda Mendes Marques. Estudou os primeiros quatro anos em escola da rede municipal na terra natal. Fez prova da admissão e estudou até a oitava série no Ginásio dos Freis Franciscanos. Na sequência ingressou na Escola Técnica de Comércio e depois fez vestibular para Direito na Faculdade de Santo Ângelo, onde cursou os primeiros três anos.

Nesta época trabalhava no fórum local, contratado como atendente e, posteriormente, escrevente e escrivão substituto. Como não havia obrigatoriedade de conclusão do curso de Direito para o serviço extrajudicial, fez concurso para os Cartórios Extrajudiciais de Registro Civil do Rio Grande do Sul, passou e foi nomeado para a cidade portuária de Rio Grande (RS), onde concluiu o curso de Direito pela Universidade Federal do Rio Grande, em 1979.

No transcorrer da faculdade e concurso, casou-se com Maria Tereza Noll Marques. As experiências profissionais iniciais, o curso de Direito e algumas pessoas próximas provocaram a admiração pela magistratura e, com a graduação concluída, os estudos específicos para o concurso de juiz se intensificaram.

O desejo começou a se tornar realidade com a aprovação no concurso para Pretor, função que correspondia a uma espécie de “juiz temporário”, existente na Lei de Organização Judiciária do Rio Grande do Sul à época, com nomeação para três anos e renovável somente por mais três anos.

A troca da estabilidade do cartório extrajudicial pela função temporária de Pretor de uma Vara Criminal, para cuidar das matérias que hoje são idênticas às dos Juizados Especiais, exigiu desapego e ousadia. Por sorte foi nomeado na cidade de Rio Grande, onde já havia se estabelecido com a esposa, e o impacto foi pequeno.



Em janeiro de 1987, pediu remoção para Porto Alegre (RS), com objetivo de fazer o curso preparatório na Escola Superior da Magistratura. Lotado na Vara Cível como Pretor, fazia o curso à noite.

Os concursos eram seguidos e culminaram na aprovação almejada no Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, ingressando como Juiz Substituto da 1ª Circunscrição em 1987, na Capital. Em seguida foi promovido, por merecimento, ao cargo de Juiz de Direito de Primeira Entrância, da Comarca de Bandeirantes, onde assumiu as funções do cargo em junho de 1988.

Foi promovido, por merecimento, para a 1ª Vara Cível da Comarca de Coxim em 1989. Por antiguidade, foi promovido para a 4ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande, em junho de 1997. Exerceu o cargo de Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça no período de fevereiro de 2005 a janeiro de 2007.

Foi promovido, por merecimento, para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul em abril de 2013.

Em sua atuação como Desembargador, exerceu a função de Corregedor Adjunto, de 2015 a 2017, e integrou o Comitê de Gênero, Raça e Diversidade no período de 2018 a 2019. Exerce a função de supervisor da Coordenadoria das Varas de Execução Penal – Covep, desde 2017, com mandato até janeiro de 2023.

Participou de dezenas de Congressos, Encontros, Simpósios, Jornadas, Conferências, Seminários, Ciclos de Palestras, Ciclos de Estudos, regionais, nacionais e internacionais, cursos da Esmagis e pós-graduação em Direito Processual Civil.

Recebeu a Medalha Senador Ramez Tebet, de Patrono Penitenciário pelos relevantes serviços prestados aos Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul. Foi Presidente da Amamsul, no biênio 2001-2002, Vice-Presidente da AMB e Presidente do Conselho Fiscal da AMB.





# EDUARDO MACHADO ROCHA

Promovido, por antiguidade, do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Dourados, para exercer o cargo de Desembargador do TJ/MS, conforme Portaria nº 614, de 18/9/2013, publicada no DJ 2968, de 20/9/2013. Assumiu as funções em 20/9/2013.

**S**ul-mato-grossense de Dourados, nascido em 19 de maio de 1953, filho de João Angelo Rocha e Nadir Machado Rocha. Casado com Simone Regina Depiere Machado Rocha. Começou os estudos na escola Metodista, depois passou para o grupo escolar Joaquim Murtinho e concluiu o ensino primário no Patronato de Menores de Dourados, uma escola católica. Concluiu os estudos no Colégio Oswaldo Cruz, onde concluiu o curso técnico de contabilidade.

Antes de ingressar na Magistratura, começou a trabalhar desde cedo, com passagens por uma loja de departamento e uma revenda de carros, quando começou a trabalhar em um escritório de contabilidade. Prestou serviço militar na Base Aérea de Campo Grande e retornou para Dourados para trabalhar em um escritório de contabilidade, onde trabalhou por cerca de seis anos. Em seguida montou, com mais dois sócios, um escritório próprio de contabilidade, mesma época em que advogava. Na juventude foi ainda jogador de futebol em clubes sul-mato-grossenses.

Logo que se formou na primeira turma do curso de Direito da Unigran, em Dourados, no ano de 1980, foi aprovado em um concurso para auditor da Receita Federal, porém preferiu permanecer em seu escritório de contabilidade. Nesse período dava aulas de contabilidade em colégios douradenses.

Abandonou a contabilidade quando foi aprovado no VII concurso de provas e títulos para o cargo de Juiz Substituto, designado para a 1ª Circunscrição, com a posse em 10 de setembro de 1987. Em

junho de 1988 foi promovido, por antiguidade, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Iguatemi, de Primeira Entrância.

No ano seguinte, em abril de 1989, foi promovido, por antiguidade, para atuar em comarca de Segunda Entrância e foi judicar em Coxim, na 2ª Vara Cível e Criminal. Por permuta, em fevereiro de 1990, passou a atuar na Vara Criminal da comarca de Naviraí. Em junho de 1993 foi removido para a 1ª Vara Cível da mesma comarca.

No dia 5 de novembro de 1996, em uma promoção por merecimento, assumiu o cargo de Juiz de Direito de Entrância Especial, na 1ª Vara Cível da comarca de Dourados, onde permaneceu até setembro de 2013. Nesse período lecionou, por cerca de 10 anos, no curso de Direito da Unigran, na área cível.

Muito conhecido e respeitado naquela localidade, em setembro de 2010, Eduardo Machado Rocha, então Juiz Diretor do Foro da comarca de Dourados, assumiu por pouco mais de um mês o cargo de prefeito interino do município em cumprimento à decisão do então Des. João Carlos Brandes Garcia, que atendeu pedido da Procuradoria-Geral de Justiça por meio de medida cautelar. O magistrado substituiu o prefeito, na época preso sob acusação de chefiar esquema de fraude a licitações e desvio de dinheiro público. O vice-prefeito, o presidente e o vice-presidente da Câmara Municipal também foram presos na mesma operação policial.

No dia 20 de setembro de 2013 foi promovido ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

É autor do livro Sucessão Hereditária: Prática do Inventário e Partilha, pela Editora Pillares, que está em sua segunda edição. Por sua trajetória, recebeu os títulos de Cidadão Benemérito da Câmara Municipal de Dourados e de Cidadão Benemérito da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul.



# MARCELO CÂMARA RASSLAN

Promovido, por merecimento, do cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Campo Grande, para exercer o cargo de Desembargador do TJ/MS, conforme a Portaria nº 254, de 14/4/2014, publicada no DJ nº 3097, de 16/4/2014. Assumiu as funções em 30/4/2014.

**N**ascido em Dourados (MS), no dia 5 de agosto de 1960, filho de Aniz Rasslan e Maria da Luz Câmara Rasslan, foi criado na infância em Fátima do Sul, onde o pai era oficial substituto do registro de imóveis, e passou a juventude em Glória de Dourados, para onde a família se mudou.

Fez o ensino primário em Fátima do Sul, em uma escola presbiteriana, e o concluiu em Dourados. Seguiu depois para Glória de Dourados, onde fez o ginásio no Colégio Santa Terezinha do Instituto Educacional Sete de Setembro. Concluiu os estudos em Campo Grande, onde estudou o colegial na escola Mace, quando passou no vestibular para Direito na Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT).

Durante o período de faculdade foi estagiário da Caixa Econômica Federal e da Defensoria Pública. Trabalhou também, por meio do Projeto Rondon, na operação de enquadramento dos servidores públicos do Estado, momento em que percorreu várias cidades do Estado. Finalmente, depois de formado, em fevereiro de 1984, retornou a Glória de Dourados, onde advogou até o momento da aprovação no IX Concurso para o cargo de Juiz Substituto, em 1988.

Casou-se com Simone Vital de Freitas Rasslan, com a qual tem os filhos Marcela Nabiha, Amanda e Yohan. Foi incentivado a fazer o concurso para a magistratura por um tio de sua esposa, o juiz Valdevino Antônio dos Santos. Fez o concurso por insistência do então magistrado e foi aprovado no segundo certame ao qual se inscreveu.

Assumiu o cargo de Juiz Substituto do Estado de Mato Grosso do Sul em 17 de junho de 1988. Foi promovido em 26 de agosto de 1988, por merecimento, para a comarca de Sidrolândia, de Primeira Entrância. No dia 20 de setembro de 1991 foi promovido, por merecimento, para a 2ª Vara da comarca de Ivinhema, de Segunda Entrância.



Em 20 de setembro de 1999 foi promovido, por merecimento, para a comarca de Campo Grande, Entrância Especial, no cargo de Juiz de Direito Auxiliar. Assumiu o cargo de Juiz de Direito titular da 10ª Vara Cível da comarca de Campo Grande em 11 de julho de 2008, reclassificado para a 2ª Vara Cível da mesma comarca em 11 de dezembro de 2008.

Dentre as funções que ocupou, foi designado membro suplente da 1ª Turma Recursal Mista de Campo Grande, em 2001, membro suplente da 2ª Turma Recursal Mista de Campo Grande, em 2002, e membro titular da 3ª Turma Recursal Mista, em 2005.

Foi juiz auxiliar da Vice-Presidência nos biênios 2003-2004 e 2009-2010 e juiz auxiliar da Presidência a partir de julho de 2010 até o início de 2011. O então juiz Marcelo Câmara Rasslan foi designado para atuar perante a 4ª Câmara Cível e 1ª Seção Cível do Tribunal de Justiça de 23 de maio a 11 de agosto de 2013.

Em abril de 2014 foi promovido, por merecimento, para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

Em reconhecimento aos trabalhos realizados recebeu os títulos de Cidadão Glória-Douradense, Ivinhemense, Campo-Grandense e Sidrolandense, além de já ter sido outorgado o título de cidadão de Angélica, todos municípios sul-mato-grossenses onde atuou como magistrado ou advogado.

Especialista em Direito Constitucional e em Processo Civil, recebeu no mês de junho de 2019 o título de Mestre em Garantismo, Direitos Fundamentais e Processo Judicial, da Universidade de Girona, na Espanha.

Foi professor de Direito Civil em Campo Grande nas universidades Unaes e Estácio de Sá e presidente da Associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul no biênio 2005-2006.





# AMAURY DA SILVA KUKULINSKI

Promovido por antiguidade do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos da comarca de Campo Grande, para exercer o cargo de Desembargador do TJ/MS, conforme Portaria nº 398, de 4/6/2014, publicada no DJ 3128, de 5/6/2014. Assumiu as funções em 11/6/2014.

**N**atural de Barra do Ribeiro, no Rio Grande do Sul, nascido em 8 de março de 1958, mudou-se com a família para a capital Porto Alegre aos dois anos de idade. Filho de Benjamin Kuklinski e Moreninha da Silva Kuklinski, formou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2 de julho de 1983.

Antes da graduação, estudou o ginásio na Escola Estadual Costa e Silva e seguiu depois para a Escola Técnica Estadual Parobé, que formava mecânicos, onde ficou até o segundo ano do científico. Transferiu-se depois para o Colégio Escola Estadual Júlio de Castilhos, concluindo a preparação para o vestibular no Colégio Mauá.

Durante o curso superior na UFRGS, trabalhou em uma imobiliária, primeiro como auxiliar de escritório e depois como chefe do departamento de locações de imóveis. No final da faculdade, o banco detentor da imobiliária fechou o estabelecimento. Com os recursos da indenização, comprou livros e passou um ano e meio estudando com o objetivo de ser aprovado em concurso público, para a Magistratura ou Ministério Público.

Foi aprovado então no concurso para pretor, uma espécie de juiz togado temporário no Rio Grande do Sul, cargo no qual permaneceu por três anos. Mato Grosso do Sul foi o primeiro concurso que prestou para a magistratura.

Ingressou na magistratura sul-mato-grossense como Juiz Substituto da 1ª circunscrição, em fevereiro de 1988. Em junho do mesmo ano, foi promovido a Juiz de Direito de Primeira Entrância e atuou em

Bataguassu. Em abril de 1989, foi promovido para Segunda Entrância e julgou na 2ª Vara da comarca de Maracaju.

Em maio de 1998 tornou-se juiz de Entrância Especial e assumiu a 5ª Vara Cível da comarca de Dourados. Em setembro do mesmo ano foi removido para a Vara de Falências e Concordatas de Campo Grande, onde ficou até novembro de 2009, quando foi novamente removido para a Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos da mesma comarca. Foi promovido para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul em junho de 2014.

É pós-graduado em Filosofia e Antropologia Jurídica pela Uniderp e Direito Constitucional pela LFG.

Exerceu o cargo de professor de Direito Comercial do Instituto Campo Grande de Ensino Superior em 2003. Foi professor de Direito Empresarial da UCDB de 2000 a 2010; e da Uniderp em 2010 e 2011. Atuou ainda como articulista da Revista da Esmagis e da Revista Jurídica Unijus (Universidade de Uberaba) na matéria de Direito Comercial e como palestrante de congressos e jornadas de Direito.

Foi membro efetivo do TRE/MS no biênio 2011/2012.



# LUIZ CLAUDIO BONASSINI DA SILVA

Promovido por merecimento do cargo de Juiz de Direito da 3ª Vara do Juizado Especial Central da comarca de Campo Grande para exercer o cargo de Desembargador do TJMS, conforme a Portaria nº 822, de 24 de setembro de 2014, publicada no DJ nº 3202, de 26 de setembro de 2014. Assumiu suas funções em 17 de outubro de 2014.

**N**atural de Pinhal Queimado, então Distrito de Arvorezinha (RS), Luiz Claudio Bonassini da Silva nasceu em 13 de julho de 1955, filho de João Francisco Souza da Silva e Juleide Tereza Bonassini da Silva, que, da roça, proviam o sustento da família com o cultivo de fumo, destinado à indústria de cigarros instalada em Santa Cruz do Sul (RS).

Aos dois anos de vida, seus pais se separaram e passou a morar com os avós maternos, Almir Borges de Camargo e Paulina Rachele Bonassina de Camargo. Aos seis anos mudaram-se para uma fazenda em Formigueiro, Distrito de Soledade (RS), e aos 10 anos para a cidade de Soledade.

Os primeiros anos de estudos foram na Escola Estadual Professora Maria de Abreu e Lima. No início da adolescência passou a trabalhar como entregador do jornal “O Paladino”, único semanário local.

Na localidade havia o Quartel da Brigada Militar e a Cadeia de Soledade. Com um grupo de amigos, a diversão era jogar futebol de salão com os presos na quadra da Brigada.

Com a conclusão da quinta série primária, foi aprovado no exame de admissão e ingressou no Ginásio Estadual da cidade. Nesta época fez, pelo Sebrae, o curso de Eletricista, e passou a trabalhar como instalador em uma empresa de publicidade e propaganda. Viajava por diversas cidades instalando torres de painéis nas praças.



Depois de quatro anos nestas atividades, ingressou no Segundo Grau de ensino, passando a estudar na Escola Normal Maurício Cardoso. Nos esportes disputava os campeonatos estaduais de futebol amador pelo Esporte Clube Avenida e pelo Grêmio Esportivo Pampeiro.

Por concurso público ingressou no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), onde permaneceu por 10 anos. Neste período, após concluir o Segundo Grau, foi aprovado no vestibular para Ciências Jurídicas e Sociais na Universidade de Passo Fundo (RS), localizada a 70 quilômetros de Soledade. Por cinco anos, o deslocamento era diário e por ônibus.

Com a conclusão do curso, passou a advogar no período da manhã e continuou trabalhando no INPS à tarde, por mais algum tempo, até pedir exoneração e permanecer apenas na advocacia.

Em 1982, casou-se com Luziclaire Sanches Colnaghi da Silva, professora estadual, atualmente servidora aposentada do TJMS e psicanalista. Em 1985 nasceu o primeiro filho, Conrado Colnaghi Bonassini da Silva, hoje designer gráfico da Nokia, nos Estados Unidos da América.

Foi uma época de muita dedicação aos estudos e em concursos. Assumiu como Escrivão Judicial concursado na 3ª Vara da comarca de Soledade, onde permaneceu por dois anos, até que, simultaneamente, foi aprovado como Pretor no Rio Grande do Sul e como Juiz Substituto do Estado de Mato Grosso do Sul no VIII Concurso de Provas e Títulos, juntamente com Paulo Cesar de Figueiredo e Amaury da Silva Kuklinski.

Tomou posse no dia 5 de fevereiro de 1988, assumindo a 1ª Vara da comarca de Jardim e de lá foi promovido para o cargo de Juiz de Direito de Primeira Entrância da comarca de Mundo Novo, em junho de 1988. Em 1989 foi promovido para o cargo de Juiz de Direito de Segunda Entrância, da 2ª Vara Criminal da comarca de Corumbá e, em 1995, removido, a pedido, para a 2ª Vara Cível da mesma comarca.



Em 1989, nasceu a filha Ítala Colnaghi Bonassini da Silva, hoje juíza da comarca de Luziânia, em Goiás.

Foi promovido, em agosto de 1998, para o cargo de Juiz de Direito de Entrância Especial para atuar na 3ª Vara de Família e Sucessões de Campo Grande. Em abril de 2010, por remoção, tornou-se titular da 3ª Vara do Juizado Especial Central da Capital, onde exerceu a função de Diretor do Foro, período em que compôs o Tribunal Regional Eleitoral na categoria Juiz, por dois anos.

Em 2014, foi promovido para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, passando a atuar na 3ª Câmara Criminal.

Com grifo do Desembargador, destaca-se sua participação nos Campeonatos Regionais e Nacionais de Futebol da Magistratura, sendo o maior artilheiro do Centro-Oeste, com mais de 100 gols marcados pela Associação dos Magistrados de MS (Amamsul).





# VILSON BERTELLI

Promovido por antiguidade do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande, para exercer o cargo de Desembargador do TJMS, conforme a Portaria n° 912, de 15 de outubro de 2014, publicada no DJ 3223, de 29 de outubro de 2014. Assumiu suas funções em 19 de novembro de 2014.

**N**ascido em Vacaria (RS), no dia 9 de novembro de 1957, filho de Geraldo Bertelli e Maria Noemia Alves Bertelli. Casou-se com Margareth Pereira de Castro Bertelli, tem dois filhos, Isabella e João Otávio. Viveu até os 5 anos de idade na cidade natal e mudou-se com a família para Curitiba (PR), onde estudou o primário e ginásial no colégio Ginásio Erasmo Braga. Depois iniciou o colegial Técnico em Engenharia Elétrica na Escola Técnica do Paraná e concluiu o terceiro ano no Colégio Positivo. Prestou seu primeiro vestibular para Engenharia Florestal, curso que frequentou por quatro anos, mas não concluiu. Paralelamente, no período noturno, cursava Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC, em Curitiba (PR), na qual se formou em 1984.

Durante o período de faculdade, estagiava na área de Direito e próximo à conclusão do curso iniciou seus trabalhos na advocacia. Em seguida recebeu convite do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Paraná, à época sob da direção do atual ministro Luiz Edson Fachin. Ali trabalhou por pouco mais de um ano, quando foi indicado para assessorar o juiz do Tribunal de Alçada do Paraná, Franco de Carvalho. Nesta época iniciou o mestrado pela PUC de São Paulo (SP) fazendo os créditos, mas não apresentou a dissertação, recebendo apenas o título de especialista. A opção pela magistratura aconteceu neste período e pelo concurso no Mato Grosso do Sul também. Obteve êxito em 1988, com a aprovação no IX Concurso de Provas e Títulos para o cargo de Juiz Substituto. Ingressou na Magistratura na 5ª Circunscrição, foi promovido para o cargo de Juiz de Direito de Primeira Entrância, da Comarca de Bela Vista, em agosto de 1988 e, em 1990, foi promovido a Juiz de Direito de Segunda Entrância, da 1ª Vara da Comarca de Paranaíba.



Em Paranaíba também teve a oportunidade de aprofundar sua atuação profissional junto ao magistério. Ajudou a fundar e a instalar o curso de Direito da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Foi professor em várias disciplinas por quatro anos. Em novembro de 1998 foi promovido para o cargo de Juiz de Direito de Entrância Especial, da 1ª Vara Cível de Campo Grande. Foi designado para exercer as funções de Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça na gestão dos Desembargadores Rêmolo Letteriello, José Augusto de Souza, oportunidade em que ajudou a implantar o projeto Judiciário e Escola Formando Cidadãos, Rubens Bergonzi Bossay e Elpidio Chaves. De 2005 a 2007 foi designado para atuar como membro titular da Turma Recursal Mista dos Juizados Especiais de Campo Grande.

Foi designado para exercer as funções de Juiz Auxiliar da Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de 2007 a 2009, gestão do desembargador Ildeu de Souza Campos. De março de 2011 a junho de 2012, atuou como membro titular da Turma Recursal Mista dos Juizados Especiais de Campo Grande. Foi designado para atuar junto ao Tribunal de Justiça como juiz convocado de outubro de 2012 a outubro de 2014, quando foi promovido para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, empossado no dia 29 de outubro de 2014.

Des. Bertelli é Doutor em Direito Processual Civil pela Universidade de São Paulo – USP. É professor da Escola Judicial de Mato Grosso do Sul – Ejud, da Escola Superior da Magistratura do Mato Grosso do Sul – Esmagis. É membro do Instituto de Direito Processual Civil (IBDP) e da Academia de Direito Processual de MS (ADPMS), leciona na Escola de Direito do Ministério Público e foi diretor-geral e diretor de ensino da Esmagis. Coordena a Pós-Graduação em Direito Processual Civil e ministra aulas na Faculdade Insted. É vice-diretor da Ejud-MS e está concluindo o Curso de Formação de Formadores – FOFO, da Enfam, para cadastrar-se entre os formadores nacionais.

Tem publicações em coautoria, como os livros: Magistratura: História, Legislação e Realidade, com a juíza Luíza Vieira Sá de Fi-



gueiredo; e A prova cível - elementos para a convicção judicial, com diversos autores. Possui ainda artigos publicados sobre o processo, com outros autores e individuais em revista de Jurisprudência, especialmente na revista Jurisprudência do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Atualmente trabalha com a atualização da tese de doutorado “Sentença Condenatória para o Futuro”, que pretende publicar como livro em breve.



# ODEMILSON ROBERTO CASTRO FASSA

Promovido por merecimento de Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da comarca de Campo Grande, para exercer o cargo de Desembargador do TJ/MS, conforme a Portaria nº 982, de 5/11/2014, publicada no DJ nº 3229, de 6/11/2014. Assumiu suas funções em 19/11/2014.

**N**atural em Jales (SP), próximo à divisa com Mato Grosso do Sul, nascido no dia 1º de dezembro de 1957, é filho de Mário Fassa e Domingas de Castro Fassa. Casado com Cláudia Bossay Assunção Fassa. Estudou seus primeiros anos em colégios públicos na cidade natal e morava em um sítio no qual o pai cultivava café.

Na adolescência deixa a vida rural e se instala na cidade onde passa a trabalhar em escritórios de contabilidade e depois em cartório extrajudicial, no qual permaneceu por cerca de três anos.

Prestou vestibular e passou para Direito na Instituição Toledo de Ensino, em Araçatuba (SP), cidade vizinha a Jales. Por um ano o percurso entre os municípios era diário, até que surgiu uma transferência para o Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas, FMU, em São Paulo (SP).

Em novo endereço e faculdade, imediatamente começou a trabalhar num escritório de Advocacia do Dr. Mauro Del Ciello, onde pertenceu mesmo depois de formando, somando mais de dez anos de atuação. Época na qual também começou a estudar para concursos até que lograr êxito em Mato Grosso do Sul e chegar a fase oral no concurso da magistratura de São Paulo. No período de três meses entre a aprovação e a nomeação, enquanto aguardava ser chamado no X Concurso para Cargo de Juiz Substituto, mudou-se para Campo Grande e passou a ajudar o então juiz, hoje Desembargador, Sideni Soncini Pimentel, na 7ª Vara Criminal do Fórum de Campo Grande.



Nomeado, ingressou na Magistratura do MS como Juiz Substituto, na 9ª Circunscrição, em 1988. Foi promovido para o cargo de Juiz de Direito de Primeira Entrância, da Comarca de Camapuã, em maio de 1989 e, em 1991, promovido a Juiz de Direito de Segunda Entrância, da 1ª Vara da Comarca de Amambai.

Em fevereiro de 1995, por remoção, tornou-se titular da 2ª Vara da Comarca de Camapuã. Foi promovido, em setembro de 1999, para o cargo de Juiz de Direito Auxiliar de Entrância Especial, da Comarca de Campo Grande.

Em abril de 2001, foi removido para a 3ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande. Foi designado para exercer as funções de juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça no biênio 2003/2004.

Em 2013 foi designado para exercer as funções de juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça no biênio 2013/2014, na gestão do Des. Rubens Bergonzi Bossay. Foi designado para atuar junto ao Tribunal de Justiça como juiz convocado de junho a outubro de 2014.

Foi promovido para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul em novembro de 2014. Na mais alta corte presidiu Câmaras e a Coordenadoria do Comitê de Gênero, Raça e Diversidade no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, foi membro do Núcleo de Precedentes e Centro de Inteligência.

Fez Especialização em Direito Civil e Empresarial pela Universidade Católica Dom Bosco, UCDB, Campo Grande. Mestrado em Direito pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, São Paulo. Doutorado em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC, São Paulo.

Na Associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul (Amam-sul), foi Diretor do Curso de Preparação para Concurso da Magistratura. Na Escola Superior da Magistratura do Estado de Mato Grosso do Sul, (Esmagis), foi Diretor Geral e professor. Na graduação minis-

trou aulas de Direito Civil, Introdução ao Estudo do Direito e Registros Públicos, nas universidades Fadispa e na Unaes.

Com reconhecimentos pelos relevantes serviços prestados, recebeu o Título de Cidadão Campo-Grandense, em 2019; Diploma e Medalha de Honra, Câmara Municipal de São Paulo, em 2018; Diploma e Medalha “Domingos Franciulli Netto”, pelos serviços prestados ao aprimoramento do ensino jurídico, Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura – COPEDEM, em 2012; Medalha Comemorativa pelos bons serviços prestados à Escola Superior da Magistratura do TJPA, Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em 2012; Homenagem Especial da Classe dos Advogados de Camapuã - MS, em 1999; Título de Cidadão Camapuanense, em 1988 e Diploma de Reconhecimento do 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado de Amambai – MS, em 1993.

Publicou diversos artigos em periódicos e como autor o livro Serviços Notariais e de Registro - Formas de Extinção da Delegação - Uma Nova Hipótese, pela editora Pillares, em 2013 e Registrador de Imóveis & Responsabilidade Patrimonial, pela editora Juarez de Oliveira, em 2004.







# NÉLIO STÁBILE

Promovido por antiguidade do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara de Fazenda Pública de Registros Públicos da comarca de Campo Grande, para exercer o cargo de Desembargador do TJMS, conforme Portaria n° 272, de 18 de março de 2015, publicada no DJ n° 3308, de 19 de março de 2015. Assumiu suas funções em 18 de março de 2015.

**N**asceu em Presidente Prudente (SP), em 30 de setembro de 1958, filho de José Stábile Filho e Olívia Pardo Stábile, onde permaneceu até o final de sua trajetória acadêmica. Casado com Fátima Aparecida Luizari Stábile, a qual conheceu ainda nos tempos de colégio. Nélio Stábile estudou a pré-escola no colégio Cristo Rei, o primário no Instituto de Educação Fernando Costa, o ginásio na escola Comendador Tannel Abbud e o colegial no Colégio São Paulo, em período integral.

Quando iniciaria o segundo colegial participou de um intercâmbio escolar nos Estados Unidos, onde ficou por sete meses. Após o período no exterior, onde foi escoteiro, retornou para a conclusão dos estudos escolares e ingressou na Faculdade de Direito na Instituição Toledo de Ensino, em Presidente Prudente.

Enquanto acadêmico estagiou no escritório de advocacia do pai, ainda auxiliando em um escritório de contabilidade, também de seu genitor. No terceiro ano de faculdade, seu pai abriu um escritório em Cuiabá, o qual também passou a auxiliar.

Graduou-se em dezembro de 1979 e em março de 1980 mudou-se para São Paulo, advogando em processos do escritório de seu pai nos tribunais na Capital paulista. Lecionou por oito meses em uma escola de inglês, quando ingressou no Banco Mercantil de São Paulo, para ser subgerente de agência, onde ficou do final de 1980 a 1982. Foi então para o departamento jurídico do banco, de onde saiu para trabalhar em um escritório de advocacia na Avenida Paulista, onde permaneceu três anos.



Graças à facilidade também nas ciências exatas, fez um curso de comércio exterior na Fundação Getúlio Vargas. Com este conhecimento adquirido ingressou então em uma empresa de importação e exportação como vendedor de produtos importados, função na qual permaneceu por três anos.

Em 1987 foi para Cuiabá e por lá ficou neste ano para auxiliar o pai no escritório que este tinha montado na Capital mato-grossense, tendo fechado o escritório em Presidente Prudente. Nas férias, no final de 1987, foi para São Paulo com a família, esposa e suas duas filhas à época. Voltando desse período, em janeiro de 1988, estava a trabalho no fórum de Cuiabá quando viu um cartaz com anúncio do Concurso da Magistratura de Mato Grosso do Sul. Como iria prestar o concurso no Estado vizinho, resolveu inscrever-se também no Concurso do Judiciário sul-mato-grossense.

Em fevereiro de 1988 voltou para São Paulo e, em abril de 1988, foi realizado o concurso em MS, no qual foi aprovado na quarta colocação na classificação final. Em junho de 1988 foi convocado para a posse e nomeado juiz substituto em Três Lagoas. Em agosto de 1988 foi promovido no cargo de Juiz de Direito para Itaporã, comarca de Primeira Entrância. No ano seguinte, em maio de 1989, nasceu então sua terceira filha.

Em janeiro de 1989, quando Dourados foi elevada à Entrância Especial, era o Juiz Diretor do Foro em substituição legal.

Foi promovido então, em dezembro de 1990, para Três Lagoas, para atuar na Vara Criminal, comarca na qual também foi diretor do foro por cerca de cinco anos. Na comarca atuou ainda no juizado especial adjunto e no juízo eleitoral.

Em abril de 1999 foi promovido para Campo Grande, Entrância Especial, para atuar na 1ª Vara de Fazenda Pública e Registros Públicos até ser promovido ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça, em março de 2015, com atuação na área cível desde então.



Em 2017 assumiu a coordenação do Comitê de MS do Fórum Nacional da Saúde do CNJ, o qual busca encontrar soluções para a judicialização da saúde. Além deste, foi incumbido do comitê da saúde dos magistrados e servidores e do Comitê de análise das condições para o retorno gradual ao trabalho presencial da pandemia de Covid-19, já extinto.

Ministrou aulas pelo período de seis meses na Escola Superior da Magistratura da Amamsul, unidade de Dourados. Proferiu também palestras em faculdades de Três Lagoas, Itaporã e Campo Grande. Por cinco anos foi diretor do Departamento de Assistência Médico-Hospitalar (Dameh) da Associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul.

Recebeu o título de Cidadão Campo-grandense, em 2010, e homenagens da Câmara Municipal de Três Lagoas, além da medalha Tiradentes da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul. Apaixonado por música, tocava violão na dupla de MPB Nós e Vozes, inclusive com participações em festivais.



# PAULO ALBERTO DE OLIVEIRA

Nomeado pelo 5º Constitucional, Procurador de Justiça, para exercer o cargo de Desembargador do TJMS, conforme Decreto Governamental “P” nº 2.667, publicado no DO nº 8.465, de 4 de julho de 2013.

**N**ascido em Ribeirão do Pinhal (PR), no dia 25 de janeiro de 1960, filho de Oscar Hadrianus Nathan de Oliveira e Maria Bernardes da Cunha Oliveira. Estudou o ensino fundamental em seu município natal, no Grupo Escolar Dr. Marcelino Nogueira.

Em 1971 mudou-se com sua família para o município de Santo Antônio da Platina, também no Estado do Paraná, onde iniciou os estudos do ginásio. Concluiu esta etapa e iniciou o ensino médio já em terras sul-mato-grossenses, na Escola Estadual Senador Filinto Müller, em Fátima do Sul.

Nesta época queria fazer o curso superior de Medicina. Conheceu então o médico André Puccinelli, dono do Hospital Nossa Senhora de Fátima, e este lhe deu o primeiro emprego como aprendiz no hospital aos 15 anos de idade, enquanto ainda estudava, onde aprendeu a fazer partos, cirurgias e cesarianas.

Em janeiro de 1977 seguiu para Campo Grande, onde concluiu o ensino médio em 1978, na Mace – Moderna Associação Campo-Grandense de Ensino.

Seu primeiro emprego formal foi como agente administrativo na então Assembleia Constituinte, em março de 1979, que meses depois viria a ser a Assembleia Legislativa de MS, com a promulgação da Constituição Estadual. Foi o primeiro teletipista da ALMS, capacitado para operar o aparelho de telex comprado pelo órgão.



Ingressou no curso de Direito da Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso, hoje Universidade Católica Dom Bosco – UCDB. Após o início da graduação resolveu trancar a faculdade e mudar-se para os Estados Unidos, onde morou em Nova York e Hartford – Connecticut, tendo iniciado a Community College, onde permaneceu por 1 ano e 8 meses. Voltou então para Campo Grande e retomou o curso de Direito, concluindo a graduação em 1985.

Em sua vida profissional, também trabalhou na Empaer e exerceu a função de agente administrativo no Ministério do Exército, junto ao Comando Militar do Oeste. Ingressou então no Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul como auxiliar judiciário no Fórum de Campo Grande; e depois como técnico judiciário na Secretaria do Tribunal de Justiça.

Em seu período como técnico judiciário, com a aposentadoria do Des. Leão Neto do Carmo, trabalhava meio período no Tribunal de Justiça e meio período no escritório de advocacia do então desembargador aposentado. Por indicação do Des. Leão, seguiu para assessorar o desembargador Nelson Mendes Fontoura, de onde saiu para ingressar no Ministério Público Estadual, por meio de concurso público de provas e títulos, sendo nomeado Promotor de Justiça Substituto em 6 de outubro de 1989.

Em agosto do ano seguinte, foi promovido a Promotor de Justiça e designado para a comarca de Deodápolis, de Primeira Entrância. Depois, tornou-se Promotor de Justiça da comarca de Naviraí, de Segunda Entrância, e, em 1996, foi promovido a Promotor de Justiça de Entrância Especial, titularizando a 6ª Promotoria de Justiça de Campo Grande.

Foi designado para coadjuvar a Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, Social e Curadoria das Fundações da comarca de Campo Grande em 1997, ano em que também foi designado, com prejuízo de suas funções, a exercer o cargo de assessor especial do Procurador-Geral de Justiça.

De 2004 a 2008, exerceu as funções de chefe da Secretaria de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça e de Secretário-Geral do Ministério Público. Assumiu o cargo de Procurador de Justiça em março de 2008.

Atuou como coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Eleitorais e integrou a Coordenadoria de Recursos Especializados Criminais. Foi eleito representante do Colégio de Procuradores de Justiça no Conselho Superior do Ministério Público em 16 de abril de 2010.

No período de 2010/2011 foi eleito Vice-Presidente da Região Centro-Oeste do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais - CNPG, exercendo também a Presidência do Grupo de Controle Externo, do Comitê de Violência nos Estádios e do Comitê da Copa do Mundo, todos no Conselho Nacional de Procuradores-Gerais.

Foi Procurador-Geral de Justiça no biênio 2010/2012 e Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico no biênio 2012/2013. Como Promotor de Justiça, atuou por muitos anos na Vara de Fazenda Pública e Registros Públicos de Campo Grande, tornando-se familiarizado com as questões cíveis. Depois de se tornar Procurador de Justiça, atuou em causas criminais, qualificando-o para tal área.

No dia 4 de julho de 2013, Paulo Alberto de Oliveira foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul e tomou posse no cargo em 24 de fevereiro de 2016, preenchendo a 31ª vaga do TJMS destinada ao quinto Constitucional pelo Ministério Público de Mato Grosso do Sul.

Recebeu o título de Cidadão Sul-mato-grossense, da Assembleia Legislativa, a Medalha do Mérito Policial Militar e a Medalha Imperador Dom Pedro I, do Corpo de Bombeiros Militar.





# ALEXANDRE BASTOS

Nomeado pelo quinto constitucional OAB, na 32ª vaga para exercer o cargo de Desembargador do TJMS, conforme Decreto Governamental “P” nº 5.585/2016, publicado no DO nº 9.303, de 9 de dezembro de 2016.

**P**aulistano do Capão Redondo, no grande Santo Amaro, nascido em 9 de março de 1971, adotou Campo Grande (MS) por moradia desde a infância com os pais Antônio Souza Bastos e Ruth Aguiar Quina.

Estudou os primeiros anos na rede pública de ensino de São Paulo, na Escola Municipal de Primeiro Grau Luiz Tenório de Brito, e continuou em Campo Grande, na Escola Bernardo Franco Baís. O ensino médio foi como bolsista, no Colégio Dom Bosco. Voltou então para São Paulo para iniciar a faculdade Direito, intento que depois, por questões pessoais, foi transferido para Campo Grande, onde concluiu Direito pela extinta FUCMT, hoje Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, em 1993, e tornou-se Advogado militante desde 1995.

Foi diretor da AB Advogados Associados e advogado com ampla experiência na área de Direito Público, com ênfase em Repartição de Receitas Tributárias, além de ter tido ampla atuação na Ordem dos Advogados do Brasil – MS, sendo Conselheiro Seccional da OAB/MS (2001-2002). Presidente da Comissão de Exame de Ordem (2007-2012). Secretário-Geral da Comissão de Direitos Humanos da OAB/MS (2001-2002). Membro da Comissão Nacional de Exame da Ordem junto ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - Brasília (DF). Representante da OAB/MS no Conselho Consultivo da Justiça Comunitária do Tribunal de Justiça do Estado, nomeado em 24 de abril de 2002. Membro da Comissão Temporária Especial do Direito Tributário - OAB/MS. Representante do Estado na Comissão Nacional de Credores Públicos - Precatórios, pelo Conselho Federal da OAB e Presidente da Comissão de Exame de Ordem e Estágio da OAB/MS (2007-2009) e posteriormente (2010-2012).

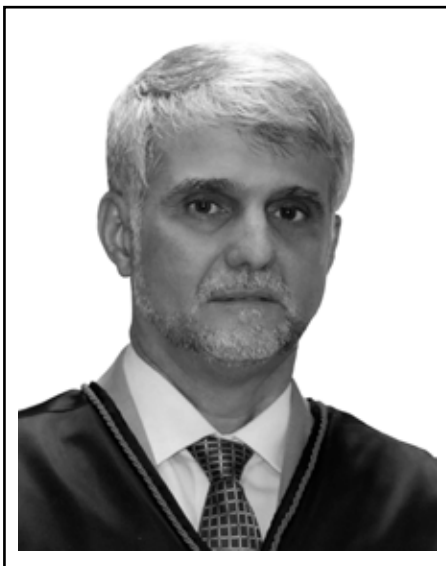


Pós-graduado em Direito Constitucional pela PUC/ESA (Pontifícia Universidade Católica/Escola Superior de Advocacia) e especialista em Direito Tributário formado pelo IBET (Instituto Brasileiro de Estudos Tributários).

Foi membro da banca examinadora, em representação da OAB, do Concurso de Promotor de Justiça (2006-2007), responsável pelas áreas de Direito Constitucional e Tributário, membro da banca examinadora do Concurso de Juiz Federal do Trabalho, na fase de arguição oral, em fevereiro de 2005, e membro das bancas examinadoras do XXIII e XXIV Concurso de Juiz Substituto, realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, nos anos de 2001 e 2002, representando a OAB/MS. É professor universitário, atualmente na Faculdade Insted.

Em 9 de dezembro de 2016, Alexandre Aguiar Bastos foi empossado desembargador para preencher a 32ª vaga destinada ao Quinto Constitucional.

Pelos bons serviços prestados recebeu, em 2013, da Assembleia Legislativa, o Título de cidadão Sul-mato-grossense. Recebeu o título de cidadão Campo-Grandense e Medalha do Mérito Legislativo, em 2014, e a Medalha Mérito Maçônico - Grande Oriente do Brasil - Mato Grosso do Sul.



# JOSÉ ALE AHMAD NETTO

Promovido por merecimento do cargo de Juiz de Direito da 4ª Vara de Fazenda Pública e Registros Públicos da comarca de Campo Grande, para exercer o cargo de Desembargador do TJ/MS, conforme a Portaria nº 204, de 22/2/2017, publicada no DJ nº 3749, de 23/2/2017. Assumiu as funções em 8/3/2017.

**N**ascido em Paraguaçu Paulista, no Estado de São Paulo, em 11 de abril de 1958, filho de Dibe Monir Ale e Leonilda Clemente Ale. Como o pai era bancário, mudou-se com a família para os municípios paulistas de Rancharia e Quatá, onde foi alfabetizado. Em 1969 retornou para sua cidade natal, onde ficou até 1975, terminando os estudos do ginásio e científico na Escola Estadual Diva Figueiredo da Silveira.

Seguiu então para a Capital paulista para estudar na Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie (SP), onde formou-se em 1982. Durante a graduação foi estagiário nas áreas cível e criminal na Procuradoria-Geral do Estado de SP, que atuava na época como uma Defensoria Pública. Depois de formado trabalhou em um escritório de advocacia com um advogado amigo de infância de seu pai, por cerca de cinco anos, até que viu o anúncio do concurso da magistratura de Mato Grosso do Sul no Fórum João Mendes Júnior, em São Paulo. Sonho de carreira profissional, passou no terceiro concurso que prestou, em abril de 1988.

Aprovado no IX Concurso de Provas e Títulos, ingressou na Magistratura de MS como Juiz Substituto em junho de 1988, na 9ª circunscrição, em Coxim. Dois meses depois foi promovido para a comarca de Ribas do Rio Pardo, de Primeira Entrância, onde permaneceu por três anos e oito meses. Em abril de 1992 foi promovido para Maracaju, comarca de Segunda Entrância, e, em outubro de 1999 foi novamente promovido, desta vez para o cargo de Juiz Auxiliar em Campo Grande, de Entrância Especial.

Na Capital, atuou no 8º Juizado Especial Cível e como membro da Turma Recursal, antes de ser designado para juiz auxiliar da Vice-Presidência, em 2011, juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça, no biênio 2013/2014, e para atuar como designado no TJMS como desembargador no período de 2014 a 2016. Foi titular da 4ª Vara de Fazenda Pública e Registros Públicos.

Enquanto juiz em Maracaju, lecionou por cinco anos em Dourados, na Socigran. Em Campo Grande foi professor por cinco anos no curso de Direito da UCDB.

Tomou posse no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul em 8 de março de 2017.



# JAIRO ROBERTO DE QUADROS

Promovido, por antiguidade, do cargo de Juiz de Direito da 3ª Vara do Juizado Especial Central da comarca de Campo Grande, para exercer o cargo de Desembargador do TJMS, conforme a Portaria nº 205, de 22 de fevereiro de 2017, publicada no DJ nº 3749, de 23 de fevereiro de 2017. Assumiu as funções em 8 de março de 2017.

**S**ul-mato-grossense de Nova Andradina, nascido em 17 de maio de 1960, aos oito anos de idade mudou-se com a família para Dourados. Filho de Jairo de Quadros e Efantina de Quadros. Estudou nas escolas Educandário Santo Antônio, Castro Alves e a maior parte do tempo, já na pré-adolescência e adolescência, na Escola Estadual Presidente Vargas.

Com pai serventuário de cartório extrajudicial e irmãos advogados, optou pelo curso de Direito e seguiu para Campo Grande, onde graduou-se na Faculdades Unidas Católicas de MT (Fucmat), na turma de 1983. Além do ambiente familiar, a opção pelo curso veio da possibilidade real de propiciar com discrição e, sobretudo, celeridade, o que, por justiça, a cada um é devido, conforme o que é correto e justo.

Paralelo a isso ingressou nos juniores do Operário Futebol Clube, onde atuou ainda por um período como profissional, de onde seguiu para os clubes Ubiratan e Clube Atlético Douradense, ambos em Dourados.

Após a conclusão da graduação, Jairo Roberto de Quadros retornou para Dourados para advogar, junto do irmão, com o qual abriu um escritório. Advogou por aproximadamente seis anos atuando em todas as áreas, quando resolveu fazer o Concurso da Magistratura. Nesse período casou-se com Adriana Araújo Quadros, em maio de 1986, com a qual tem dois filhos, Davi e Tássia, ambos também advogados.

Começou então a estudar e fez o concurso em 1988, foi aprovado e assumiu o cargo de Juiz Substituto designado para a comarca de Corumbá em janeiro de 1989. Em junho de 1989 foi promovido a Juiz





de Direito e passou a judicar em Aparecida do Taboado, comarca de Primeira Entrância. Em novembro de 1992, foi promovido para Ponta Porã, de Segunda Entrância, onde atuou também como Diretor do Foro. Dois anos depois, em 1994, a pedido e por remoção, deixou a área criminal para atuar em vara cível na mesma comarca.

Em outubro de 1999, foi promovido para a 2ª Vara Criminal de Dourados, comarca de Entrância Especial onde atuou, concomitantemente, como integrante e suplente da Turma Recursal Mista e Diretor do Foro em duas oportunidades (2001-2002 e 2009-2010).

Por remoção, em novembro de 2014, passou a judicar na 3ª Vara do Juizado Especial Central em Campo Grande. Duas semanas depois, foi convocado para a função de desembargador.

Tomou posse no cargo de Desembargador em 8 de março de 2017.

Dentre as homenagens recebidas destaca-se o título de cidadão Ponta-poranense, recebido em 2006, como reconhecimento do trabalho desenvolvido naquela comarca. Destinatário, quando ainda titular da 2ª Vara Criminal da comarca de Dourados, de menções elogiosas expressamente consignadas em termos de correições realizadas pela Corregedoria-Geral de Justiça e Inspeção realizada pelo Conselho Nacional de Justiça, tendo em vista inclusive o cumprimento de metas estabelecidas pelo CNJ.



# GERALDO DE ALMEIDA SANTIAGO

Nomeado, por merecimento, do cargo de Juiz de Direito da 5ª Vara Cível da comarca de Campo Grande, para exercer o cargo de Desembargador do TJ/MS, conforme a Portaria nº 206, de 22/2/2017, publicada no DJ nº 3749, de 23/2/2017. Assumiu as funções em 8/3/2017.

**N**ascido em Campo Grande (MS), no dia 2 de setembro de 1953, filho de Dauto de Almeida Santiago e Elza de Almeida Santiago. Fez o ginásio e colegial na Escola Estadual Maria Constanta de Barros Machado, na Capital sul-mato-grossense.

Prestou vestibular e cursou Direito nas Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT), formando-se na turma de 1982.

Trabalhou como bancário antes de ingressar no Poder Judiciário, ainda como servidor do Fórum de Campo Grande, em 1974.

Ingressou na magistratura sul-mato-grossense no cargo de Juiz Substituto em junho de 1988, na 7ª Circunscrição.

Dois meses depois, foi promovido para o cargo de Juiz de Direito de Primeira Entrância na recém-criada comarca de Angélica, da qual foi o primeiro magistrado.

Em dezembro de 1990, uma nova promoção o levou para a comarca de Jardim, de Segunda Entrância. No período de quase 10 anos em que lá permaneceu, teve a oportunidade de responder por quase toda a região, como Bela Vista, Porto Murтинho, Nioaque, Bonito e Aquidauana.

Em abril de 2000, foi promovido para a comarca de Campo Grande, de Entrância Especial, e assumiu a 5ª Vara Cível Residual. Foi membro e suplente da Turma Recursal e, em 2015, atuou por três meses como juiz convocado no Tribunal de Justiça.

Promovido por merecimento, foi empossado no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul em 8 de março de 2017.



# JONAS HASS SILVA JÚNIOR

Promovido, por antiguidade, do exercício de Juiz de Direito da 5ª Vara Cível da comarca de Dourados, para exercer o cargo de Desembargador do TJMS, conforme Portaria n. 889, de 18 de julho de 2018, publicada no DJ n. 4070, de 19 de julho de 2018. Assumiu as funções em 19 de julho de 2018.

**N**ascido em Fernandópolis, interior paulista, em 23 de novembro de 1960, filho de Jonas Hass Silva e Juracy Martins da Silva. Formou-se no curso de Direito, pela Universidade Mackenzie, em 9 de janeiro de 1984.

Casado com Maria Aparecida S. Hass Silva, ingressou na magistratura de MS em janeiro de 1989, como juiz substituto na 2ª Circunscrição, depois de ser aprovado no XI concurso de provas e títulos.

Em junho de 1989 foi promovido para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Porto Murtinho, de Primeira Entrância, e, em agosto de 1992, foi removido para judicar em Caarapó. Uma nova promoção, em setembro de 1993, levou o juiz para a 2ª Vara Cível de Aquidauana, comarca de Segunda Entrância, onde foi também diretor do Foro por mais de uma vez.

Promovido mais uma vez, em junho de 2000, assumiu a titularidade da 5ª Vara Cível da comarca de Dourados, Entrância Especial, onde também respondeu, por mais de uma vez, pela direção do Foro, e permaneceu cumprindo a função de magistrado na prestação jurisdicional.

Em julho de 2018 foi promovido ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.



# EMERSON CAFURE

Promovido por merecimento do cargo de Juiz de Direito da 11ª Vara do Juizado Especial da comarca de Campo Grande, para exercer o cargo de Desembargador do TJMS, conforme a Portaria nº 1256, de 26 de setembro de 2018, publicada no DJ nº 4120, de 28 de setembro de 2018. Assumiu as funções em 3 de outubro de 2018.

**N**atural de Porto Murtinho (MS), Emerson Cafure nasceu em 12 de dezembro de 1954, filho de Antonio Cafure e Filomena Ovando Cafure. Na infância, em uma família de oito irmãos, as oportunidades eram singelas. O arrimo de família era o pai que mascateava mercadorias à população ribeirinha do Rio Paraguai, realizando longas viagens que duravam até mais de 30 dias.

O tempo foi passando e não havia boas perspectivas de estudo na cidade natal. Tudo se limitava ao ensino inicial no Colégio Rui Barbosa e a mãe Filomena vislumbrava um cenário mais promissor para os filhos. Assim, em 1970, os rumos da família mudaram. Campo Grande (MS) é o novo cenário e todos os filhos se encaixaram em empregos que garantissem o sustento.

Emerson Cafure começou como engraxate no Salão Joia, na Galeria São José, da Rua 14 de Julho. Em seguida passou a trabalhar na loja Riachuelo e depois na Campo Grande Diesel, Concessionária Mercedes Benz, e posteriormente como vendedor de peças na Move-ma Scania.

Concomitantemente, Cafure estudava. Concluiu o Segundo Grau na Escola Estadual José Antônio Pereira e ingressou no Curso de Direito, em 1975, na Faculdade Unidas Católicas do Mato Grosso (FUCMAT) à época, hoje Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Quando concluiu o curso, em 1979, coincidiu de ser a primeira turma de formandos de Direito do recém-instalado Estado de Mato Grosso do Sul.

Casado com Ana Maria Grincevicus Cafure e formado em Direito, passou a atuar na área, por nomeação, como escrivão de polícia da Delegacia Central. Alguns meses depois foi trabalhar na Corregedoria da Polícia Civil, com o delegado Rui de Oliveira Luiz (in memoriam). A inquietude o levou a prestar concurso e passou no cargo de Técnico Judiciário na primeira turma do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, em 1981.

Fez concurso para a Defensoria Pública e, aprovado, foi lotado na comarca de Naviraí, de onde foi removido a pedido para Dourados, onde atuou de 1983 a 1986, quando surgiu a oportunidade de promoção para Campo Grande, para atuar junto à 6ª Vara Criminal, de titularidade do então juiz Hamilton Carli, hoje desembargador aposentado.

O Tribunal de Justiça, em 1988, na gestão do Des. Gerval Bernardino de Souza, realizou diversos concursos para a magistratura e Emerson Cafure participou de três deles. No primeira não alcançou êxito, na segunda foi aprovado em primeiro lugar na prova escrita, com duas notas 10, e reprovou na prova oral, fato que não concebe até hoje.

Derrotado, pensou em desistir, mas um estímulo extra veio do Des. Rêmolo Letteriello e, pela terceira vez, Cafure se inscreveu e desta vez logrou êxito. Aprovado no X Concurso de Provas e Títulos, ingressou na magistratura em 9 de dezembro de 1988.

Em maio de 1989, foi promovido para a comarca de Bonito, de Primeira Entrância, e, em fevereiro de 1992, uma nova promoção o levou para Corumbá, comarca de Segunda Entrância.

Em março de 2001, foi promovido a juiz de Entrância Especial, assumindo a 4ª Vara Criminal de Campo Grande. Na Capital, julgou também na 8ª Vara Cível e, em 2005, por remoção, titularizou a 11ª Vara do Juizado Especial. Foi membro da Turma Recursal e diretor do Foro dos Juizados Especiais.





Em maio de 2018 foi designado para atuar como juiz convocado no Tribunal de Justiça e tomou posse como desembargador em 3 de outubro de 2018.

Entre os feitos que merecem memória, Cafure lembra da Ação de Desapropriação do Balneário de Bonito (MS), a qual julgou procedente e cuja sentença possibilitou o desenvolvimento deste importante complexo aquático natural, patrimônio do ecoturismo sul-mato-grossense.





**DILETA  
TEREZINHA  
SOUZA THOMAZ**

Promovida por antiguidade do cargo de Juíza de Direito da 7ª Vara Cível da Comarca de Dourados, para exercer o cargo de Desembargador do TJ/MS, conforme a Portaria nº 1257, de 26/9/2018, publicada no DJ nº 4120, de 28/9/2018. Assumiu as funções em 3/10/2018.

**N**ascida no dia 9 de outubro de 1948 no município de Catuípe, no Rio Grande do Sul, filha de Eurico de Souza e Marieta Souza. Com cinco anos de idade mudou-se com a família para Santo Ângelo, também no RS, onde teria melhores condições de estudo.

Toda sua vida escolar foi no Instituto Estadual de Educação Odão Felipe Pippi. Ingressou no curso de Direito da Faculdade de Santo Ângelo, onde formou-se em março de 1972. Durante a graduação, trabalhou na secretaria da própria faculdade. Após a conclusão do ensino superior, trabalhou por cerca de 17 anos em um escritório de advocacia, até prestar o concurso da magistratura e ser aprovada no XI Concurso de Provas e Títulos.

Assumiu o cargo de Juíza Substituta na comarca de Aquidauana, onde ficou por cerca de cinco meses, até ser promovida ao cargo de Juíza de Direito da comarca de Anaurilândia, de Primeira Entrância, em junho de 1989. Permaneceu na comarca por um ano e oito meses e, por remoção, seguiu para a comarca de Deodápolis, em 1991.

Na época, o fórum funcionava na Prefeitura. Insatisfeita com a situação, a magistrada conseguiu com o prefeito local, a doação de um terreno para a construção do prédio do fórum e, por insistência dela junto à administração do Tribunal de Justiça, apoiada pelos membros dos Poderes Executivo e Legislativo deodapolense, foi realizada a obra e a comarca passou a contar com prédio próprio do Poder Judiciário.

Após quatro anos em Deodápolis, foi promovida, em outubro de

1994, para a Vara Criminal de Ponta Porã, comarca de Segunda Entrância. Na comarca, viabilizou, com parcerias, a construção do presídio feminino de Ponta Porã, construído com mão de obra dos presos de bom comportamento. Para isso, mobilizou o empresariado do Brasil e Paraguai, além dos operadores do Direito, para a arrecadação dos fundos para a construção.

Uma nova promoção em junho de 2000 levou-a para a 6ª Vara Cível de Dourados. Por remoção, no ano seguinte, assumiu a 1ª Vara Criminal. Em agosto de 2011, por remoção, titularizou a 7ª Vara Cível de Dourados. Foi diretora do Foro por duas vezes e integrante da Turma Recursal dos Juizados Especiais.

Após a promoção, por antiguidade, tomou posse como Desembargadora do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul em 3 de outubro de 2018.

Lecionou nos cursos de Direito da Unigran e da Uniderp, em Dourados. Foi homenageada com o título de Cidadã Ponta-poranense pelo trabalho realizado na comarca, onde também foi diretora do foro.



# ELIZABETE ANACHE

Promovido por merecimento da 17ª Vara Cível Virtual da Comarca de Campo Grande, para exercer o cargo de Desembargador do TJ/MS, conforme a Portaria nº 1.730, de 12/12/2018, publicada no DJ nº 4174, de 7/1/2019. Assumiu as funções em 23/1/2019.

**N**atural de Campo Grande (MS), nasceu em 22 de janeiro de 1966, filha de Fehmi João Anache e Ermelinda Gonçalves Anache. Estudou seus primeiros anos no Colégio Auxiliadora e o Segundo Grau (hoje Ensino Médio), no Colégio Dom Bosco da Capital. Prestou vestibular na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul para Farmácia Bioquímica e para Direito na Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT).

Foi aprovada nas duas áreas de conhecimento e no primeiro dia de aula de farmácia entendeu que sua vocação era realmente para a área jurídica.

Antes do concurso de Direito, iniciou carreira profissional como professora num curso de inglês. Depois foi estagiária em escritórios de advocacia e nos gabinetes do juiz Elpídio Helvécio Martins e da juíza Dagma Paulino dos Reis que posteriormente foram promovidos a Desembargadores.

Com a formatura em Direito pela FUCMAT, em 1988, advogou por quase três anos, até vir para o Tribunal de Justiça como assessora do Des. Elpídio, onde permaneceu por mais três anos, até lograr êxito no concurso para a Magistratura. Foi Assessora Jurídica da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Campo Grande e exerceu o magistério jurídico, lecionando Direito Civil na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e na Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso do Sul.

Foi aprovada no concurso da magistratura do TJMS e empossada em 1994. Foi Juíza Substituta da 1ª Circunscrição, na Comarca de Campo Grande, de fevereiro a novembro de 1994, após o que exerceu suas funções como titular nas comarcas de Bataguassu, Bela Vista e na Vara Criminal de Aquidauana. Foi promovida para Campo Grande em novembro de 2001, onde foi titular da 1a Vara de Família até 2009, quando se removeu para a 17ª Vara Cível de Competência Especial.

Foi Juíza Auxiliar da Presidência do TJMS de 2009 a 2012 e de julho a setembro de 2014. Foi Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul de dezembro de 2014 a janeiro de 2017. Foi membro do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul de abril de 2017 a janeiro de 2019. Foi Ouvidora Eleitoral do TRE-MS de agosto de 2017 a janeiro de 2019 e exerceu o cargo de Coordenadora da Infância e da Juventude do TJMS no biênio 2019/2020 e reconduzida no biênio 2021/2022.

Foi Supervisora da COVEMS - Coordenadoria das Varas de Execução de Medidas Socioeducativas e indicada como representante do Tribunal Pleno para integrar a CEJAI - Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional para os biênios de 2019/2020 e 2021/2022. Exerceu o cargo de Corregedora-Geral de Justiça Adjunta durante o biênio 2019/2020.

Fez cursos de pós-graduação com Especialização Lato Sensu em Direito Civil (UCDB); Especialização Lato Sensu em Metodologia do Ensino Superior (UCDB); Especialização em Direito Tributário (IBET); Especialização lato sensu em Controle de Constitucionalidade e Direitos Fundamentais (PUC-RIO); e Curso de Mestrado em Garantismo, Direitos Fundamentais e Processo Judicial (Universidade de Girona-Espanha).

Desa. Elizabete Anache é casada com Felipe Reis Pouso Salas e tem um casal de filhos. Atualmente se dedica exclusivamente à Magistratura.





# ZALOAR MURAT MARTINS DE SOUZA

Promovido, por antiguidade, do cargo de Juiz de Direito da Vara da Infância e da Adolescência da Comarca de Dourados, para exercer o cargo de Desembargador do TJ/MS, conforme a Portaria nº 392, de 20/3/2019, publicada no DJ nº 4224, de 21/3/2019. Assumiu as funções em 24/4/2019.



**N**ascido em Cruz Alta (RS), no dia 16 de junho de 1952, desde o nascimento Zaloar Murat Martins de Souza morou em Jacuizinho, pequeno distrito da região à época. Filho de Faustino Martins de Souza e Dorilda Murat Martins de Souza. Mudou-se aos 10 anos com a família para Espumoso, também no Rio Grande do Sul.

Neste município começou a trabalhar aos 13 anos auxiliando no cartório judicial do fórum local e lá permaneceu até concluir o ensino médio. Sua proximidade com o Judiciário do período em que trabalhou no fórum e o incentivo do pai o levaram a escolher o curso de Direito ao ingressar no ensino superior. E assim rumou para a graduação na Faculdade de Cruz Alta, ainda morando em Espumoso nos dois primeiros anos do curso, quando seu pai resolveu mudar-se com a família e encerrou as idas e vindas de viagens semanais de Zaloar para os estudos. Concluiu o curso em 1975 e começou a advogar no mesmo município por cerca de dois anos.

Partiu então para seguir sua vida profissional em Pato Branco, no Paraná, onde permaneceu advogando por cerca de oito anos e nesse período casou-se com Maria Inês Kipper de Souza. Infeliz na advocacia, resolveu então prestar concurso. Foi então que um fato inusitado ocorreu no início do ano de 1988. Sua esposa, em viagem ao litoral paranaense com um casal amigo, viu ao seu alcance na areia da praia um exemplar de jornal impresso. Ao tomá-lo em suas mãos, chamou-lhe a atenção o edital de concurso público ao cargo de Juiz Substituto do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ao regressar a Pato Branco, comentou com Zaloar sobre o que havia lido. Como decidira prestar concurso público, pensou então em inscrever-se nesse certame em Mato Grosso do Sul, embora não conhecesse o Estado. Graças ao acaso ou ao destino, provavelmente não teria tomado conhecimento do concurso em tempo hábil caso não tivesse ocorrido o passeio de sua esposa.

Inscriveu-se então no concurso em janeiro de 1988 e as provas foram realizadas em abril. Não passou na primeira tentativa, mas já se inscreveu para o próximo, realizado em junho, dois meses depois. Em um ano que contou com a realização de quatro concursos para Juiz, na terceira oportunidade, em setembro do mesmo ano, foi aprovado no XI Concurso para o cargo de Juiz Substituto e ingressou na magistratura em 12 de janeiro de 1989, na 10ª circunscrição, na comarca de Paranaíba.

Em agosto do mesmo ano, uma promoção o levou ao cargo de Juiz de Direito da comarca de Sete Quedas, de Primeira Entrância, onde permaneceu até março de 1991, quando, por remoção, passou a judicar em Itaporã.

Em março de 1995, foi promovido para a 1ª Vara de Amambai, comarca de Segunda Entrância. Foi promovido para Dourados em março de 2001 e na comarca de Entrância Especial judicou na 6ª Vara Cível, sendo removido em 2004 para a Vara da Infância e da Juventude. Permaneceu na comarca por 18 anos até sua promoção ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, em 21 de março de 2019.

Em reconhecimento ao trabalho desenvolvido foi homenageado com os títulos de Cidadão Douradense e de Cidadão Amambaiense.





# ALEXANDRE LIMA RASLAN

Promovido na vaga do Quinto Constitucional, do cargo de Procurador de Justiça, para exercer o cargo de Desembargador do TJ/MS, conforme Decreto Governamental “P” nº 1.190, publicado no DO nº 10.709, de 16/12/2021. Assumiu as funções em 16/12/2021.

**N**ascido em Campo Grande (MS), no dia 24 de outubro de 1969, filho de Omar Rabiha Raslan e Leide Lima Raslan. Seus avós chegaram do Líbano ao Brasil em 1938. Com mãe e avós professores, seguiu os caminhos do pai, formado em Direito quando Alexandre Lima Raslan tinha 10 anos.

Estudou a vida inteira no Colégio Salesiano Dom Bosco, onde sua mãe era professora e, por isso, tinha bolsa de estudos.

Ao ingressar na faculdade, em 1987, iniciou simultaneamente os cursos de Direito, na Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMAT), e Engenharia, na Universidade Federal de MS (UFMS), da qual desistiu durante o segundo semestre do curso. Para se dedicar integralmente à faculdade de Direito, no ano seguinte refez o primeiro ano do curso.

Dentre os mestres que marcaram sua vida acadêmica, destacam-se os desembargadores Marco Antônio Cândia e Josué de Oliveira, então juiz.

Durante todo o período da faculdade estagiou no escritório de advocacia do pai, onde atuou também como advogado de 1993 ao início de setembro de 1995, tratando das questões cíveis, até que passou no concurso do Ministério Público para o cargo de Promotor de Justiça.

Ingressou no Ministério Público de MS em setembro de 1995 e foi promotor de justiça em Ribas do Rio Pardo até setembro de 1996, quando foi promovido para Corumbá, onde permaneceu até julho



de 1998. Foi então removido para Maracaju, onde ficou até agosto de 2001. Promovido para Campo Grande, foi titular da 34ª Promotoria de Justiça até dezembro de 2016, com atribuições na defesa do meio ambiente. No dia 16 de dezembro de 2016 foi promovido ao cargo de Procurador de Justiça.

Foi presidente da Fundação Escola Superior do Ministério Público, ocupou a Coordenadoria de Recursos Especiais e Extraordinários do MP, e foi conselheiro do Conselho Superior do MP. Em Brasília, foi membro auxiliar do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), atuando na Comissão do Sistema Prisional e na Assessoria da Presidência.

Na docência, foi professor voluntário na UFMS pelo período de seis meses. Depois disso, deu aula na Fundação Escola do MP e, eventualmente, em cursos de pós-graduação em Campo Grande. Em 2019 foi convidado para coordenar o curso de graduação em Direito da Faculdade Insted, momento em que lecionava na Unigran, da qual se desligou. Permaneceu como coordenador e professor na Insted no ano de 2019. No ano de 2020 deixou a coordenação da graduação para assumir a coordenação da pós-graduação em Direito na mesma faculdade, onde permanece até hoje.

É mestre em Direito das Relações Sociais (Direitos Difusos) na Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP); doutor em Direito em Função Social do Direito pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (FADISP); e especialista em Direito Civil (Direitos Difusos) pela Universidade Federal de MS (UFMS).

Foi promovido em 16 de dezembro de 2021 ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, onde atua na Quinta Câmara Cível, na Segunda Seção Cível e no Tribunal Pleno.



# JACEGUARA DANTAS DA SILVA

Promovida pelo Quinto Constitucional, do cargo de Procuradora de Justiça, para exercer o cargo de Desembargador do TJ/MS, conforme Decreto Governamental “P” nº 43, publicado no DO nº 10.737, de 21/1/2022. Assumiu as funções em 21/1/2022.

**N**atural do município de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, nascida em 13 de abril de 1962, filha de Gonçalo Elias da Silva e Leonir Dantas da Silva. Morou até os 8 anos de idade em terras rondonienses, quando seu pai, militar, foi removido para Curitiba, no Paraná, seguindo após para Cuiabá, no Mato Grosso, e, por último, para Campo Grande, onde se aposentou.

Em Campo Grande, estudou o ginásio na Escola Estadual Lúcia Martins Coelho e, posteriormente, seguiu para o Colégio Salesiano Dom Bosco, onde estudou o científico. Prestou o vestibular para Direito na Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT), única instituição de ensino superior que disponibilizava o curso na Capital à época. De participação intensa na vida acadêmica, tornou-se a primeira mulher presidente do Centro Acadêmico do curso de Direito.

Ao concluir o curso superior e após passagens em escritórios de advocacia, resolveu prestar o concurso do Ministério Público de Mato Grosso do Sul e, paralelamente, iniciou o curso de Mestrado na Universidade de São Paulo. Com a aprovação no certame do MPMS, em 1992, e designação para a comarca de Mundo Novo, teve que abandonar o curso de Mestrado.

De Mundo Novo foi removida para a comarca de Camapuã. Após, foi promovida por antiguidade para a comarca de Campo Grande para atuar na Vara de Família. Posteriormente foi removida, a pedido, para atuar na promotoria da Vara da Fazenda Pública.

Após nova remoção tornou-se a primeira promotora da recém-instalada Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos, onde atuou

com os segmentos mais vulneráveis da sociedade. Em 9 de setembro de 2015 foi promovida e assumiu o cargo de Procuradora de Justiça, com atuação na 1ª Procuradoria de Justiça Criminal por seis anos. Foi Diretora-geral da Escola Superior do Ministério Público de MS e membro do Conselho Superior do MPMS nos biênios 2017/2018 e 2019/2020.

É Especialista em Direito Civil, com concentração em Direitos Difusos e Coletivos, pela Universidade Federal de MS (UFMS), Mestre em Direito do Estado e Doutora em Direito Constitucional, ambos pela PUC/SP. É autora do livro “Ministério Público e Violência Contra a Mulher: Do Fator Gênero ao Étnico-Racial”, publicado em 2018, pela editora Lumen Juris. Lecionou por quatro anos na UFMS como professora voluntária na área de Direitos Humanos.

Integrou o Grupo de Trabalho da Ouvidoria do Conselho Nacional do Ministério Público para avaliação e formulação de propostas sobre atuação do MP na promoção da igualdade racial. Foi coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos do Ministério Público (CAOPJCCDH), no período de 2015-2016.

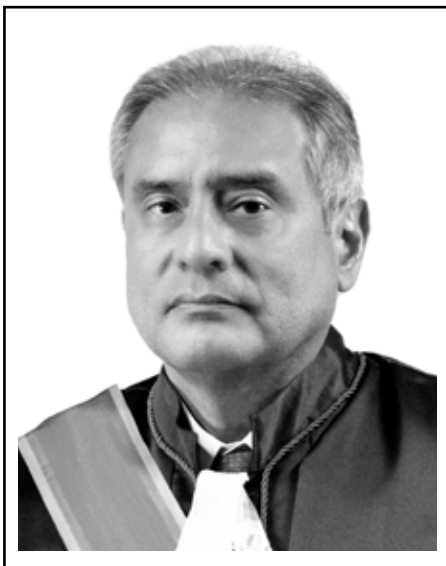
Recebeu premiação da ONU - Prêmio Guardiões dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODM-ODS), por sua contribuição para o alcance desses objetivos no Estado. Em reconhecimento ao seu trabalho em prol de uma sociedade mais justa e igualitária em direitos, principalmente voltado pelo protagonismo das mulheres na sociedade brasileira, recebeu, do Senado Federal, o Diploma Bertha Lutz – homenagem a quem se destaca na luta pelo protagonismo feminino no Brasil. Foi homenageada pela Câmara dos Deputados com a Medalha Mérito Legislativo.

Em março de 2022, foi contemplada pela Embaixada dos Estados Unidos com o prêmio “Mulheres Brasileiras que Fazem a Diferença”, pela atuação na defesa dos direitos humanos, em especial das mulheres e minorias.





Em 21 de janeiro de 2022 foi nomeada pelo Governador de Mato Grosso do Sul para ingressar, pelo quinto constitucional, à vaga destinada ao Ministério Público, no cargo de Desembargadora do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, com atuação na Quinta Câmara Cível e Quarta Seção Cível.



# LUIZ ANTONIO CAVASSA DE ALMEIDA

Promovido por merecimento do cargo de Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, para exercer o cargo de Desembargador do TJMS, conforme a Portaria nº 44, de 19 de janeiro de 2022, publicada no Diário da Justiça nº 4877, de 21 de janeiro de 2022. Assumiu as funções em 21 de janeiro de 2022.

Corumbaense nascido em 18 de fevereiro de 1963, filho de Antonio Vieira de Almeida e Rosemary Cavassa de Almeida.

Foi advogado por 10 anos nas cidades de Maracaju e Campo Grande, servidor efetivo do Tribunal de Contas do Estado e assessor do Des. Claudionor Abss Duarte, no TJMS, em 1994.

Filho de advogado, ingressou na Unaerp – Universidade de Ribeirão Preto e concluiu o curso de Direito em 30 de janeiro de 1986. A magistratura foi alcançada em dezembro de 1996, quando obteve êxito no 17º Concurso Público para provimento de cargos de Juiz Substituto de MS.

Tomou posse na Comarca de Eldorado. Em novembro de 1998 foi promovido para a Comarca de Eldorado e, no mês seguinte, uma nova promoção o levou para Costa Rica. Por remoção, em setembro de 1999 passou a atuar na 2ª Vara de Miranda. Foi diretor do Foro nas comarcas por onde passou e, em abril de 2002, foi promovido a Juiz Auxiliar da Capital.

No biênio 2005-2006 foi Juiz Auxiliar da Presidência do TJMS. Em outubro de 2007 assumiu a 4ª Vara de Família. Foi diretor do Foro de Campo Grande. Em julho de 2014 foi removido para a 1ª Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos e, em outubro do mesmo ano, foi designado para ser Juiz Auxiliar da Presidência do TJMS permanecendo até janeiro de 2019, quando passou a atuar como juiz de Direito substituto em 2º grau. Foi promovido a Desembargador no dia 21 de janeiro de 2022.

O Des. Luiz Antonio Cavassa de Almeida presidiu a Associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul – Amamsul, no biênio 2007-2008, e entre as homenagens destaca-se a Medalha do Mérito Legislativo Antonio Maria Coelho, oferecida pela Câmara de Vereadores de Corumbá (MS).

# BIBLIOGRAFIA:

SANTOS, Ana Claudia Martins dos. **Navegação e Limites: Peculiaridades de uma Província Fronteira**, Universidade do Estado do Mato Grosso, 2012.

COSTA E SILVA, Paulo Pitaluga. **Aleixo Garcia, o homem e o mito**. Cuiabá, Carlini & Caniato Editorial, 2012,

SILVA, Edil Pedroso da. **O cotidiano dos viajantes nos diano dos viajantes nos diano dos viajantes nos caminhos fluviais d caminhos fluviais de Mato Grosso no século XIX no século XIX**, Entrelinhas, 2004

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Trajetória do Tribunal de Justiça de Mato Grosso: 130 anos / Cuiabá: Entrelinhas**, 2005.

**História do TJMS** <https://www.tjmt.jus.br/Institucional/C/12059/#.Ygaac-rMKbg>

WEHLING, Arno; Maria José, **Direito e Justiça no Brasil Colonial: o tribunal da relação do Rio de Janeiro (1751-1808)**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.







**PODER JUDICIÁRIO**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL